



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

14 MAI 2020

05-002282/20  
S/SUBG/CIL/GI/SCA

Ofício S/SUBREG n.º 273/2020

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2020.

Ilma Sr<sup>a</sup>.

Claudia Magina de Souza

Subgerência de Comunicação Administrativa

Secretaria Municipal de Saúde

Senhora Subgerente,

Encaminhamos a V<sup>a</sup>.S<sup>a</sup>. documentação para constituir processo administrativo, com posterior encaminhamento à S/SUBREG.

Solicitamos que os dados abaixo constem na capa do processo conforme seguem:

**NOME:** S/SUBREG

**ASSUNTO:** Solicitação de cessão de 30 (trinta) ventiladores FD300 para UERJ/HUPE.

Atenciosamente,

*Deborah do ES Bejder.*  
DEBORAH DO ESPÍRITO SANTO BEJDER

Assessor I

Subsecretaria de Regulação, Controle e Avaliação, Contratualização e Auditoria

Matrícula: 11/238.432-9

09-002282/20

14 MAI 2020

03  
9



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Of. UERJ/HUPE nº 144

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2020.

Exma. Secretária Municipal de Saúde  
*Dra. Ana Beatriz Busch*

Assunto: Cessão de 30 Ventiladores FD300


Solicito a cessão de 30 ventiladores FD 300, para que possamos disponibilizar mais 30 leitos de Centro de Tratamento Intensivo para o combate à pandemia do novo coronavírus.

Informamos ainda que temos infra estrutura adequada e recursos humanos para implantação e funcionamento para atender o núcleo de regulação.

Antecipadamente, agradecemos a atenção dispensada por V.S.<sup>a</sup>, nos colocando à disposição para qualquer esclarecimento.

Na oportunidade, manifestamos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
Prof. Ronaldo Damião  
DIRETOR GERAL DO HUPE / UERJ  
Matrícula 61044 / ID 8975825  
Ronaldo Damião  
Diretor Geral HUPE / UERJ  
Matr. 6104-4 / ID. 897582

Processo nº <b>09-002282/20</b>	
Data de Autuação: <b>14 MAI 2020</b>	Fls. <b>04</b>
Rubrica 	

A(AO) <b>SKUBREG</b>	COM
solict.	
Em <b>14 MAI 2020</b>	

**EURENICE GALBARDOS SANTOS**  
 Matr. 99/900 25-0  
 SUBREG/CIL/CI- COM ADMINISTRATIVAS

<b>S/SUBREG</b>	
Recebido em <b>14 / 05 / 2020</b>	
por <b>Nicole Abreu Costa</b>	
Assistente Administrativo	
<b>S/SUBREG</b>	
Matr. 989064-0	



Recebido em: 15/05/2020  
Mat.: \_\_\_\_\_  
Rub.: \_\_\_\_\_  
Nicolé Abreu Costa  
Assistente Administrativo  
S/SUBREG  
Mat.: 989064-0



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

22:05

Of. UERJ/HUPE nº 144

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2020.

Exma. Secretária Municipal de Saúde  
*Dra. Ana Beatriz Busch*

Assunto: Recursos Humanos para utilização de 30 Ventiladores FD300

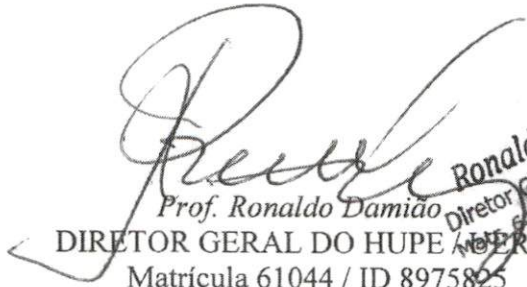
Reiterando a solicitação de cessão de 30 ventiladores FD 300, para que possamos disponibilizar mais 30 leitos de Centro de Tratamento Intensivo para o combate à pandemia do novo coronavírus.

Informo que o Hospital Universitário Pedro Ernesto possui toda a infra-estrutura e Recursos Humanos qualificados e em quantidade adequada para manuseio dos equipamentos.

Antecipadamente, agradecemos a atenção dispensada por V.S.<sup>a</sup>, nos colocando à disposição para qualquer esclarecimento.

Na oportunidade, manifestamos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
Prof. Ronaldo Damiano  
DIRETOR GERAL DO HUPE / UERJ  
Matrícula 61044 / ID 8975825  
Ronaldo Damiano  
Diretor Geral HUPE/UERJ  
Matrícula 61044 / ID 8975825



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Rua São Francisco Xavier, 524 - RJ - CEP 20550

**R E S O L U Ç Ã O    Nº 551/89**

Estabelece a representação dos servidores no Conselho Universitário e altera a redação do artigo 10 do Estatuto.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO, no uso da competência que lhe atribui o artigo 46 do Estatuto, com base no Processo 3758/85 aprovou e, de acordo com o que estabelece a Lei 1318/88, tendo sido ouvido o Conselho Estadual de Educação, eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica incluída a representação dos servidores não docentes da UERJ na composição do Conselho Universitário.

Art. 2º - O artigo 10, da Seção III, do Capítulo IV, do Estatuto da UERJ passa a ter a seguinte redação:

- O Conselho Universitário é constituído:

- a) pelo Reitor, que o presidirá, e pelo Vice-Reitor;
- b) pelos ex-Reitores, salvo se destituídos do cargo ou renunciantes;
- c) pelos Sub-Reitores;
- d) por três representantes docentes de cada centro setorial;
- e) por um representante de cada categoria da carreira do magistério;
- f) por três representantes da comunidade, sendo um da Associação dos Diplomados da UERJ;
- g) por um representante estudantil de cada centro setorial;

## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua São Francisco Xavier, 524 - RJ - CEP 20550

(cont. RESOLUÇÃO Nº 551/89)

.2

h) por quatro representantes de servidores não docentes.

§ 1º - Os mandatos dos membros previstos nas alíneas d, e, f e h deste artigo serão de dois anos e os dos representantes estudantis de um ano, permitida, em ambos os casos, uma única recondução.

§ 2º - Os representantes dos centros setoriais e os das categorias do magistério serão eleitos na forma do Regimento Geral.

§ 3º - Os representantes da comunidade serão escolhidos pelo Reitor dentre personalidades eminentes, não pertencentes à Universidade, indicados pelo Conselho Universitário, em listas quintuplas, salvo o da Associação dos Diplomados da UERJ, que será eleito pela respectiva entidade.

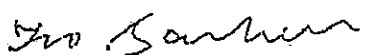
§ 4º - Os representantes estudantis serão escolhidos na forma prevista na legislação específica.

§ 5º - Os representantes dos servidores serão eleitos pelo corpo de servidores da Universidade.

§ 6º - Os membros do Conselho Universitário, salvo os membros natos, terão suplentes escolhidos pela mesma forma dos titulares.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, com eficácia a partir de 14 de junho de 1988, revogadas as disposições em contrário.

UERJ, em 17 de janeiro de 1989



IVO BARBIERI  
Reitor

# UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO Nº 004/98

Define nova composição para o Conselho  
Universitário e altera a redação do artigo 10 do  
Estatuto da UERJ.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO, no uso da competência que lhe atribui o artigo 46  
do Estatuto da UERJ, com base no processo nº 13065/98 e de acordo com o que estabelece o artigo  
da Lei nº 9394/96, aprovou e eu promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Fica modificado o Artigo 10 do Estatuto da UERJ, que passe a ter a seguinte

redação:

Art. 10 - O Conselho Universitário é constituído :

- pelos Diretores dos Centros Setoriais;
- pelos Sub-Reitores;
- pelos Diretores dos Centros Setoriais;
- por um representante docente de cada Unidade Acadêmica, do Hospital  
Pedro Ernesto, do Campus Regional Instituto Politécnico do Rio de  
Janeiro, do Campus Regional de Resende e do Colégio de Aplicação  
Fernando Rodrigues da Silveira;
- por um representante docente de cada Centro Setorial;
- por dois representantes da comunidade;
- por dois representantes discentes de cada Centro Setorial;
- por oito representantes dos funcionários técnico-administrativos, sendo 03  
do Hospital Universitário Pedro Ernesto, 03 das Unidades Acadêmicas e  
02 da Administração Central.

§ 1º - Os mandatos dos membros previstos nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f" e "g" são  
de dois anos e dos representantes discentes de um ano, sendo permitida, em  
ambos os casos, uma única recondução.

§ 2º - Os representantes docentes dos Centros Setoriais, os representantes  
discentes e os representantes dos funcionários técnico-administrativos serão  
eleitos por seus pares.

§ 3º - Os representantes da Comunidade serão os mais votados pelo Conselho  
Universitário dentre personalidades eminentes, não pertencentes aos quadros  
da Universidade, indicadas pelo próprio Conselho em listas quintuplas, nos  
termos do Regimento Geral.

§ 4º - Os representantes docentes das Unidades serão eleitos pelos docentes,  
funcionários técnico-administrativos e discentes de cada Unidade, guardado, na

09/002282/20





## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(Continuação da resolução 004/98)

contagem dos votos, o critério de 50% (cinquenta por cento) para docentes e técnico-administrativos e 50% (cinquenta por cento) para discentes de cada Unidade, exceto no Hospital Universitário Pedro Ernesto, cujo critério será de 1/3 para cada segmento.


§ 5º - Os membros eleitos do Conselho Universitário e os representantes da Comunidade terão suplentes escolhidos da mesma forma que os titulares.

§ 6º - Os suplentes dos membros natos do Conselho Universitário são os seus substitutos administrativos eventuais para faltas e impedimentos, com exceção dos suplentes dos Sub-Reitores que são os ocupantes dos cargos que figuram, com tal atribuição, nas estruturas correspondentes.

Art. 2º - As demais adequações estatutárias necessárias frente à Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional serão realizadas no prazo máximo de seis meses a partir da constituição do Conselho Universitário eleito na forma do Artigo 1º desta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

UERJ, em 21 de dezembro de 1998

  
ANTONIO CELSO ALVES PEREIRA  
REITOR



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## RESOLUÇÃO N.º 007 /99

Altera o parágrafo 4º do Artigo 15 do Estatuto da UERJ e dá outras providências.


O CONSELHO UNIVERSITÁRIO, no uso da competência que lhe atribui o artigo 46 do Estatuto da UERJ, aprovou em Sessão realizada a 26 de outubro de 1999 e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º – Fica modificado o texto do parágrafo 4º do Artigo 15 do Estatuto da UERJ, o qual passará a ter a seguinte redação:

“§ 4º - Os mandatos do Reitor e do Vice-Reitor terão início a dois de janeiro do primeiro ano do quadriênio.”

Art. 2º – A presente Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

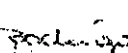
UERJ, em 26 de outubro de 1999

  
ANTONIO CELSO ALVES PEREIRA  
REITOR

U.E.R.J / Secretaria dos Conselhos

Recebido em 27 / 10 / 99

Às 15:00 hs.

Por: 



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## RESOLUÇÃO Nº 002 / 02

Altera o Art. 10 da Resolução 004/98.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO, no uso da competência que lhe atribui o artigo 9º, parágrafo 3º do Estatuto, com base no processo nº 4795/01, aprovou e eu promulgo a seguinte resolução;

Art. 1º - Fica modificado o Art. 10, alínea d, do Estatuto da UERJ, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 10 - O Conselho Universitário é constituído:

d) por um representante docente de cada Unidade Acadêmica, do Hospital Universitário Pedro Ernesto e do Campus Regional de Resende;

Art. 2º - A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

UERJ, em 24 de janeiro de 2002.

  
NILCEA FREIRE  
Reitora

Rua São Francisco Xavier, 524 - sala T-037 - Maracanã - Rio de Janeiro - RJ - 20550-013  
Tel. (021) 234-1928 234-0545 587-7720 587-7637 FAX (021) 284-5033

U.E.R.J. / Secretaria dos Conselhos

Recebido em 04 / 01 / 02

Às 10:00 h.

Por: 22609-9



FD 12  
A

## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## RESOLUÇÃO N.º 003 /03

Altera a redação do artigo 10 do  
Estatuto da UERJ.

A REITORA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe atribui o artigo 46 do Estatuto da UERJ, de acordo com o que estabelece o artigo 56 da Lei nº 9394/96, aprovou e eu promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO:

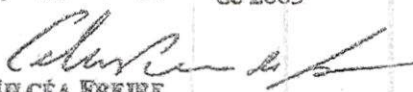
Art. 1º - Fica modificado o Artigo 10 do Estatuto da UERJ, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 10 - O Conselho Universitário é constituído por :

- a) pelo Reitor que o presidirá e pelo Vice-Reitor;
- b) pelos Sub-Reitores;
- c) pelos Diretores dos Centros Setoriais;
- d) por um representante docente de cada Unidade Acadêmica e do Hospital Universitário Pedro Ernesto;
- e) por um representante docente de cada Centro Setorial;
- f) por dois representantes da comunidade;
- g) por dois representantes discentes de cada Centro Setorial;
- h) por oito representantes dos funcionários técnico-administrativos, sendo 03 (três) do Hospital Universitário Pedro Ernesto, 03 (três) das Unidades Acadêmicas e 02 (dois) da Administração Central."

Art. 12 - A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

UERJ, em 29 DE MAIO de 2003

  
NILCEA FREIRE  
REITORA  
Celso Pereira de Sá  
Reitor em Exercício

## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## RESOLUÇÃO Nº 05/2011

Altera o Estatuto da UERJ (Lei 1318, de 10 de junho de 1988), estabelecendo a possibilidade do exercício de dois mandatos consecutivos para os cargos de Reitor, de Vice-Reitor, de Diretores de Centros Setoriais, de Diretores e Vice-Diretores de Unidades Acadêmicas e do HUPE, de Diretor do CEPUERJ e Diretor da Rede SIRIUS.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO, no uso da competência que lhe atribui o parágrafo 3º do artigo 9º do Estatuto da UERJ e com base no processo nº 5248/2011, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:


Art. 1º - O Reitor, o Vice-Reitor, os Diretores de Centros Setoriais, os Diretores e Vice-Diretores de Unidades Acadêmicas e do HUPE, o Diretor do CEPUERJ e Diretor da Rede SIRIUS poderão exercer até dois mandatos consecutivos.

§ 1º - É vedado o exercício de um terceiro mandato consecutivo no mesmo cargo.

§ 2º - Os atuais ocupantes destes cargos que assim desejarem poderão candidatar-se, em conformidade com as normas estabelecidas pelas Resoluções 02/2007 e 03/2007.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

UERJ, em 15 de junho de 2011.

  
RICARDO VIEIRALVES DE CASTRO  
REITOR





## Atos do Governador

## DECRETOS DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

## RESOLVE:

EXONERAR ANGELA REGINA PIRES MACEDO do cargo em comissão de Presidente, símbolo PR-1, da Presidência da Fundação para a Infância e Adolescência - FIARJ, da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos.

DESIGNAR a Assessora Especial TERESA CRISTINA FRANCO COSENTINO, ID Funcional nº 4382751-9, da Governadoria do Estado, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder, interinamente, pela Presidência da Fundação para a Infância e Adolescência - FIARJ, da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos.

Id: 1925862

## DECRETO DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista o que consta no Processo nº E-04/057/40/2015,

## RESOLVE:

DESIGNAR o servidor, abaixo mencionado, para exercer a função de Auditor Tributário, da Secretaria de Estado de Fazenda, nos termos do art. 248, § 1º do Decreto-Lei nº 5, de 15 de março de 1975, e do artigo 5º do Decreto nº 44.407, de 25 de setembro de 2013.

Nome	Cargo efetivo	ID Funcional
João Nicolau Rucos	Auditor Fiscal da Receita Estadual - 2ª Categoria	4365069-4

Id: 1925869

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o que consta no Processo nº E-03/001/14750/2014, vol. II,

## RESOLVE:

NOMEAR, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Docente I 30 horas, do Quadro I - Permanente do Magistério da Secretaria de Estado de Educação, os candidatos abaixo relacionados, em virtude de aprovação e classificação em Concurso Público, realizado em 2011, homologado em 17 de fevereiro de 2012, na conformidade do Edital publicado no Diário Oficial de 06 de outubro de 2011 e retificado no Diário Oficial de 31/10/2011.

## REGIONAL CENTRO SUL

## DISCIPLINA: HISTÓRIA

## NOME

GUILHERME TENÓRIO DA SILVA MELO

## REGIONAL METROPOLITANA IV

## DISCIPLINA: BIOLOGIA

## NOME

RODRIGO DE JESUS OLIVEIRA FONSECA

## REGIONAL METROPOLITANA VII

## DISCIPLINA: HISTÓRIA

## NOME

JACOB SOARES SILVA

VÂNIA GERMANO DA SILVA FERNANDES

## REGIONAL SERRANA II

## DISCIPLINA: HISTÓRIA

## NOME

RONALD FONSECA JUNIOR

Id: 1925868

EXONERAR, com validade a contar de 01 de dezembro de 2015, DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO, ID FUNCIONAL Nº 4431563-5, do cargo em comissão de Assessor II, símbolo DAS-6, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente, Processo nº E-07/002/13668/2015.

EXONERAR, com validade a contar de 01 de dezembro de 2015, JOSÉ AUGUSTO ROMANEL RODRIGUES, ID FUNCIONAL Nº 4332483-5, do cargo em comissão de Adjunto II, símbolo DAJ-2, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente, Processo nº E-07/002/13668/2015.

NOMEAR ALEXANDRE MOURA DE OLIVEIRA para exercer, com validade a contar de 01 de dezembro de 2015, o cargo em comissão de Adjunto II, símbolo DAJ-2, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente, anteriormente ocupado por José Augusto Romanel Rodrigues, ID Funcional nº 4332483-5, Processo nº E-07/002/13668/2015.

NOMEAR CARLOS HENRIQUE MOUSINHO NUNES para exercer o cargo em comissão de Coordenador Regional de Políticas Públicas Participativas, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária, em vaga prevista pelo Decreto nº 44.227, de 24 de maio de 2013, Processo nº E-02/001/1734/2015.

NOMEAR LUIZA BRITO FERREIRA para exercer, com validade a contar de 10 de dezembro de 2015, o cargo em comissão de Adjunto de Serviço, símbolo DAJ-4, da Seção de Manutenção, da Divisão Operacional, da Diretoria Administrativa e Operacional, da Fundação Anita Manguano de Artes do Estado do Rio de Janeiro - FUNARJ, da Secretaria de Estado de Cultura, anteriormente ocupado por Valeska Silva Oliveira, ID Funcional nº 3926956-6, Processo nº E-18/002/12452/2015.

Id: 1925863

## DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE

DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

PROCESSO Nº E-13/001/531/2014 - AUTORIZO.

Id: 1925866

## DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE

DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

PROCESSO Nº E-18/001/1360/2015 - AUTORIZO, com fundamento no artigo 40, §2º, da Lei Complementar nº 08/77, a celebração de Termo de Cessão de Uso, em favor da Fundação de Arte de Niterói - FAN, de parte de imóvel localizado Rua Presidente Pedreira, nº 78, Niterói, na forma descrita e delimitada no Processo Administrativo nº E-18/001/1360/2015, desde que atendidas as considerações lançadas pela Subsecretaria Jurídica da Casa Civil.

A Secretaria de Estado de Cultura - SEC, com vistas à FUNARJ, para prosseguimento.

Id: 1925771

## DESPACHOS DO SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE

DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

PROCESSO Nº E-13/001/1173/2015 - AUTORIZO, sem ônus para o Estado, com base no inciso IV do art. 1º do Decreto nº 25.244, de 12.04.99, alterado pelo Decreto nº 25.685, de 06.07.2000. Encaminham-se os autos à Subsecretaria Militar da Casa Civil, para as providências complementares.

PROCESSO Nº E-13/001/1181/2015 - AUTORIZO, sem ônus para o Estado, com base no inciso IV do art. 1º do Decreto nº 25.244, de 12.04.99, alterado pelo Decreto nº 25.685, de 06.07.2000. Encaminham-se os autos à Subsecretaria Militar da Casa Civil, para as providências complementares.

Id: 1925641

§ 4º - O contido no parágrafo anterior não se aplica às transferências constitucionais e legais.

§ 5º - A abertura e encerramento de contas para acolher disponibilidades financeiras do Tesouro Estadual, fora dos mecanismos da CUT, cabe, exclusivamente, à SEFAZ.

§ 6º - O previsto neste artigo não se aplica ao Fundo Único de Previdência do Estado do Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA, e a todos os fundos integrantes da estrutura da Defensoria Pública Geral do Estado, da Procuradoria Geral do Estado e do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, tais como o Fundo Especial da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro - FUNDEPERJ, o Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado - FUNPERJ e o Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - FEMP, bem como os fundos dos respectivos Centros de Estudos Jurídicos dos referidos órgãos.

Art. 9º - Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e demais legislação sobre transparência fiscal, o SIAFE-Rio assegurará à sociedade, em tempo real, por meio de integração entre sistemas, o acesso às seguintes informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Estado no seu Portal de Transparência:

I - Quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários.

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso.

II - Quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

Art. 10 - A SEFAZ providenciará as instruções necessárias sobre a execução orçamentária, financeira e contábil de todos os órgãos estaduais, quanto às implicações possíveis na contabilidade, inclusive quanto ao encerramento do exercício e ao estabelecimento de prazos internos aos definidos neste artigo.

Art. 11 - Este Decreto entrará em vigor, na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2016, revogando o Decreto nº 22.935, de 30 de janeiro de 1997, bem como demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2015

LUIZ FERNANDO DE SOUZA

Id: 1925671

RETIFICAÇÃO  
D.O. DE 28/12/2015  
PÁGINA 01 - 1ª COLUNA

Onde se lê:

DECRETO Nº 25.521 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETA ESTADO DE EMERGÊNCIA NO SISTEMA ESTADUAL DE SAÚDE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Leia-se:

DECRETO Nº 45.521 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETA ESTADO DE EMERGÊNCIA NO SISTEMA ESTADUAL DE SAÚDE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Id: 1925873

## DECRETOS DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o que consta no Processo nº E-03/001/19643/2013,

## RESOLVE:

NOMEAR, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Docente I 30 horas, do Quadro I - Permanente do Magistério da Secretaria de Estado de Educação, os candidatos abaixo relacionados, em virtude de aprovação e classificação em Concurso Público, realizado em 2011, homologado em 17 de fevereiro de 2012, na conformidade do Edital publicado no Diário Oficial de 06 de outubro de 2011 e retificado no Diário Oficial de 31/10/2011.

## REGIONAL METROPOLITANA I

## DISCIPLINA: PORTUGUÊS

## NOME

DANIELLE DA SILVA PEREIRA

MARIA DE LOURDES CORREA COUTINHO

## REGIONAL METROPOLITANA VI

## DISCIPLINA: QUÍMICA

## NOME

SANDRA REGINA DA SILVA DUARTE

## REGIONAL NOROESTE FLUMINENSE

## DISCIPLINA: PORTUGUÊS

## NOME

JULIANA TEIXEIRA DA SILVA

## REGIONAL SERRANA I

## DISCIPLINA: PORTUGUÊS

## NOME

GILMARA HELENA VICENTE

## MUNICÍPIO

NOVA IGUAÇU

NOVA IGUAÇU

## MUNICÍPIO

RIO DE JANEIRO

## MUNICÍPIO

NATIVIDADE

## MUNICÍPIO

TERESÓPOLIS

## MUNICÍPIO

BARRA DO PIRAI

## MUNICÍPIO

RIO DE JANEIRO

## MUNICÍPIO

BELFORD ROXO

BELFORD ROXO

## MUNICÍPIO

CACHOEIRAS DE MACACU

## DECRETOS DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº E-26/008/1493/2015,

## RESOLVE:

NOMEAR, nos termos do Decreto nº 30.672, de 19 de fevereiro de 2002, e suas alterações, TERESA DE JESUS PEIXOTO FARIA, ID Funcional 641511-5, para exercer, com validade a contar de 01 de janeiro de 2016, o cargo em comissão de Vice-Reitor, símbolo UENF-2, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI, anteriormente ocupado por Edson Correa da Silva.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº E-26/008/1493/2015,

## RESOLVE:

NOMEAR, nos termos do Decreto nº 30.672, de 19 de fevereiro de 2002, e suas alterações, LUIS CESAR PASSONI, ID Funcional 641511-5, para exercer, com validade a contar de 01 de janeiro de 2016, o cargo em comissão de Rector, símbolo UENF-1, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI, anteriormente ocupado por Silvério da Paiva Freitas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº E-26/007/12045/2015,

## RESOLVE:

NOMEAR a Professora MARIA GEORGINA MUNIZ WASHINGTON, matrícula nº 5742-2, para o cargo de Vice-Reitor da Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, no quadriênio 2016-2019, com validade a contar de 01 de janeiro de 2016, em virtude do resultado final das eleições, homologado em Sessão Conjunta dos Conselhos Universitário, Superior do Ensino, Pesquisa e Extensão e do Curadores, realizadas em 07 de dezembro de 2015, disciplinada pela Resolução nº 002/2007, do Conselho Universitário, de acordo com o disposto no art. 310 da vigente Constituição Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº E-26/007/12045/2015,

## RESOLVE:

NOMEAR o Professor RUY GARCIA MARQUES, matrícula nº 32184-4, para o cargo de Rector da Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, no quadriênio 2016-2019, com validade a contar de 01 de janeiro de 2016, em virtude do resultado final das eleições, homologado em Sessão Conjunta dos Conselhos Universitário, Superior do Ensino, Pesquisa e Extensão e do Curadores, realizadas em 07 de dezembro de 2015, disciplinada pela Resolução nº 002/2007, do Conselho Universitário, de acordo com o disposto no art. 310 da vigente Constituição Estadual.

Id: 1925872

## Despachos do Governador

## DESPACHO DO GOVERNADOR

EXPEDIENTE DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015

PROCESSO Nº E-14/26348/2010 - AUTORIZO a celebração de acordo judicial nos autos do Processo Judicial nº 0001397-34.2010.8.19.0004, que trata a demanda de Direito da 4ª Vara Civil de Comarca de São Gonçalo, nos termos propostos pela d. Procuradoria-Geral do Estado à fl. 403 do Processo Administrativo nº E-14/26348/2010.

À o. Procuradoria-Geral do Estado, em prosseguimento, para ciência e adoção das medidas complementares cabíveis.

Id: 1925776



Els 15  
8

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 33.540.014/0001-57 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 31/12/1969	
NOME EMPRESARIAL UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) UERJ			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.31-7-00 - Educação superior - graduação			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA -7 - Fundação Pública de Direito Público Estadual ou do Distrito Federal			
RUA R SAO FRANCISCO XAVIER		NÚMERO 524	COMPLEMENTO
CEP 20.550-013	BAIRRO/DISTRITO MARACANA	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (21) 2234-1928	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) RJ			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/09/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL indefinida		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL indefinida	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

do no dia 22/01/2013 às 17:20:24 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta CSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página  
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)



09/0022824/20

Al. 156  
8

Confere com o original

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro

Maria Carmem da Rocha Ribeiro  
Luzia Lamosa Arantes

TAU - Mat. 2478-4

Coordenadora Geral  
S/SUBREG/CGCA  
Mat. 74/303065-7

## REGIMENTO GERAL

### CAPÍTULO I

#### DA CONSTITUIÇÃO E FINS DA U.E.G.

Art. 1º. A Universidade do Estado da Guanabara (U.E.G.), organizada como fundação, nos termos do artigo 84, da Constituição Estadual, e regida pelo Estatuto, a que se refere o Decreto «Ex. nº 3.527» de 9 de dezembro de 1969, é uma pessoa jurídica de duração limitada, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, gozando de autonomia patrimonial, financeira, administrativa, docente-científica e disciplinar.

§ 1º. O Estatuto da U.E.G. é complementado pelo presente Regimento Geral.

§ 2º. Os atos normativos da U.E.G. normalizam-se nos seguintes mandamentos universitários, segundo a competência especificada neste Regimento Geral:

- a) Resoluções do Conselho Universitário;
- b) Deliberações do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa;
- c) Provimentos do Conselho de Curadores;
- d) Atos Executivos do Reitor.

§ 3º. Os atos referidos no § 2º, lincens a e b, deste artigo, serão promulgados pelo Reitor, dentro de dez dias de sua aprovação pelo órgão competente.

§ 4º. Os atos normativos de competência conjunta do Conselho Universitário e do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa serão promulgados como Resoluções.

Art. 2º. A U.E.G. concentra todas as atividades de ensino superior do Estado da Guanabara, de acordo com as diretrizes e bases fixadas pela União e segundo o sistema constante do Estatuto e deste Regimento Geral.

Art. 3º. São fins principais da U.E.G. a execução do ensino superior e da pesquisa, tanto em nível de graduação como de pós-graduação, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, a formação e aperfeiçoamento de profissionais de nível superior, a prestação de serviços à comunidade e a contribuição ao desenvolvimento econômico, social e cultural.

§ 1º. A U.E.G. realizará os seus fins através das unidades universitárias e demais órgãos e serviços que integram a sua estrutura e com a colaboração de instituições públicas ou privadas, em regime de convênio ou de mandato universitário.

§ 2º. A U.E.G. contribuirá para a solução de problemas que interessam ao bem-estar do povo e ao progresso das instituições.

## **CAPÍTULO II**

### **DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA**

Art. 4º. O patrimônio da U.E.G. constitui-se dos bens e direitos referidos no Estatuto e dos que venha a adquirir.

§ 1º. O regime patrimonial e financeiro da U.E.G. atenderá ao disposto no Estatuto e às normas fixadas pelo Conselho Universitário.

§ 2º. A gestão patrimonial e financeira da U.E.G. será disciplinada complementarmente pelo Reitor, mediante Ato Executivo.

§ 3º. Os valores incorporados ao patrimônio da U.E.G. não poderão ser gravados, alienados ou liberados, salvo quando as correspondentes operações se destinarem à obtenção de recursos a serem investidos em imóveis, obras ou equipamentos.

§ 4º. As operações financeiras prescritas no parágrafo anterior não poderão ser efetuadas sem prévia aprovação do Conselho de Curadores.

Art. 5º. Cada orçamento da U.E.G. compreenderá um exercício financeiro, que se iniciará a 1º de março e se extinguirá no último dia de fevereiro do ano seguinte, consignando-se na estimativa da despesa as dotações previstas em programas plurianuais.

§ 1º. Os programas plurianuais serão aprovados pelo Conselho Universitário, na conformidade dos planos administrativos da U.E.G., podendo prever fundos vinculados e indisponíveis, salvo para o fim específico a que se destinam.

§ 2º. A proposta do orçamento, acompanhada da manifestação do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, na forma da alínea a, do art. 24, será apresentada pelo Reitor ao Conselho Universitário no penúltimo mês do exercício financeiro em curso.

§ 3º. Se o Conselho Universitário não se manifestar até cinco dias antes do término do exercício financeiro em

curso, ter-se-á como aprovada a proposta do Reitor.

§ 4º. Mediante proposta do Reitor, aprovada pelo Conselho Universitário, poderão ser autorizados créditos adicionais, com vigência até o término do exercício, salvo no caso do parágrafo seguinte.

§ 5º. Os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício poderão ser reabertos, nos limites de seus saldos, mediante Ato Executivo, para terem vigência até o término do exercício financeiro subsequente.

§ 6º. Não haverá aumento de despesa sem correspondente acréscimo na receita, ou mediante cancelamento de igual importância em crédito orçamentário ou adicional em vigor.

§ 7º. Compete ao Reitor fixar as taxas remuneratórias de serviços, assim como autorizar as respectivas isenções, observadas as normas estabelecidas pelo Conselho Universitário.

Art. 6º. A fiscalização orçamentária, financeira e patrimonial será exercida pelo Conselho de Curadores, na forma prevista no Estatuto e segundo o respectivo Regimento.

## **CAPÍTULO III**

### **DO CHANCELER E DO VICE-CHANCELER**

Art. 7º. O Governador do Estado e o Secretário de Educação e Cultura, são, respectivamente, o Chanceler e o Vice-Chanceler da U.E.G., exercendo a competência prevista no Estatuto.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

#### **SEÇÃO I**

#### **Da estrutura da U.E.G.**

Art. 8º. A U.E.G., constituindo uma unidade de patrimônio e administração, compreende em sua estrutura:



a) órgãos superiores de administração e supervisão;

b) órgãos setoriais de coordenação, integração e administração;

c) unidades universitárias de ensino e pesquisa;

d) órgãos e serviços especiais, destinados a suplementar as atividades de ensino e pesquisa, bem como as de extensão e assistência técnica;

e) órgãos de administração geral.

§ 1º. O departamento é a menor fração da estrutura universitária, compreendendo disciplinas afins, preferentemente dentro do mesmo âmbito setorial.

§ 2º. Excepcionalmente poderá o departamento abranger disciplinas integrantes de mais de um órgão setorial, de forma a evitar a duplicação ou a dispersão de atividades.

§ 3º. Mediante encaminhamento, pelo Reitor, da proposta dos Centros Setoriais, ouvidos os colegiados das unidades universitárias, o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa aprovará a discriminação dos departamentos, ou seções didáticas, e das disciplinas que os integram, cabendo ao Reitor baixar os correspondentes Atos Executivos.

Art. 9º. São órgãos superiores da U.E.G.:

a) a Reitoria;

b) o Conselho Universitário;

c) o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa;

d) o Conselho de Curadores;

e) a Assembléia Universitária.

§ 1º. Em matéria de atribuição corrente dos Conselhos Universitários e Superior de Ensino e Pesquisa poderá ser constituída, para fim específico, Comissão Paritária Mista, com poderes deliberativos, composta de membros designados pelos plenários desses ór-

gãos superiores e presidida pelo Reitor ou, mediante delegação deste, por um dos Sub-Reitores.

§ 2º. A decisão aprovada pela Comissão Mista, se for unânime, valerá como Resolução comum dos Conselhos e será promulgada pelo Reitor. Se houver divergência o parecer da Comissão será submetido à deliberação dos Conselhos, em sessão conjunta especial.

Art. 10. São órgãos de coordenação das unidades afins, para promover a integração de suas atividades, os Centros Setoriais, cujas atribuições serão exercidas nos termos do Estatuto e segundo normas a serem baixadas pelo Reitor, com observância dos critérios estabelecidos pelo Conselho Universitário e o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, no âmbito de suas atribuições.

§ 1º. Os Centros serão dirigidos por um Professor da U.E.G., designado pelo Reitor, podendo a escolha recair no Vice-Reitor, em Sub-Reitor ou em Diretor de unidade universitária, sem prejuízo do respectivo mandato.

§ 2º. Ficam instituídos os seguintes Centros, com as unidades sujeitas à sua coordenação:

#### I — CENTRO BIOMÉDICO

a) Faculdade de Ciências Médicas

b) Faculdade de Odontologia

c) Faculdade de Enfermagem

d) Instituto de Medicina Social

e) Instituto de Biologia

f) Hospital de Clínicas.

#### II — CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

a) Faculdade de Direito

b) Faculdade de Ciências Econômicas

c) Faculdade de Administração e Finanças

d) Faculdade de Serviço Social

- e) Instituto de Ciências Humanas
- f) Instituto de Criminologia
- g) Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos.

### III — CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS

- a) Faculdade de Engenharia
- b) Instituto de Matemática e Estatística
- c) Instituto de Física
- d) Instituto de Química
- e) Instituto de Geociências
- f) Instituto de Desenho e Artes Aplicadas
- g) Colégio Técnico.

### IV — CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

- a) Faculdade de Educação
- b) Instituto de Filosofia e Letras
- c) Instituto de Psicologia e Comunicação Social
- d) Colégio de Aplicação
- e) Colégio Universitário.

§ 3º. O Hospital de Clínicas funcionará como órgão relativamente autônomo, subordinado ao Reitor, nos termos do art. 44, do Estatuto e vinculado, tecnicamente, ao Centro Biomédico.

§ 4º. Para executar a coordenação e a integração a cargo dos Centros, o respectivo Diretor deverá manter articulação com os Diretores das unidades universitárias, que funcionarão, em conjunto, como órgão de orientação e consulta, nas matérias de interesse comum.

§ 5º. O Conselho Universitário, com audiência do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, poderá criar outros centros, transformar os ora criados, bem como alterar a distribuição prevista no

§ 2º deste artigo, atendendo à conveniência do ensino e da pesquisa.

§ 6º. O professor designado para a direção do Centro poderá ser licenciado das funções docentes, ou de direção, mediante ato do Reitor.

§ 7º. Compete ao Diretor do Centro e aos Diretores das unidades universitárias integrantes de cada Centro, em sessão conjunta, eleger os representantes dos Centros setoriais e respectivos suplentes no Conselho Universitário e no Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, bem como elaborar listas triplas para provimento de cargos de Diretor e Vice-Diretor dos Institutos especializados e Colégios e ainda, fazer as designações a que se refere o parágrafo único do art. 39.

Art. 11. A estrutura e as normas básicas do funcionamento administrativo do Colégio de Aplicação, do Colégio Universitário e do Colégio Técnico serão as aprovadas pelo Conselho Universitário.

§ 1º. O Colégio de Aplicação é órgão relativamente autônomo, subordinado ao Reitor e vinculado tecnicamente ao Centro de Educação e Humanidades, tendo por objetivo o treinamento pedagógico de alunos da Faculdade de Educação e constituindo uma unidade de experimentação e de aperfeiçoamento metodológico e didático do ensino de nível médio.

§ 2º. O Colégio Universitário, integrado no Centro de Educação e Humanidades, será organizado, mediante iniciativa do Reitor, tendo por objetivo ministrar o ensino correspondente à série final dos cursos de nível médio, com a finalidade de preparar, em caráter propedêutico, para os cursos de ensino superior.

§ 3º. O Colégio Técnico, integrado no Centro de Tecnologia e Ciências, será organizado, por iniciativa do Reitor, com a finalidade de atender às solicitações do mercado de trabalho regional, mediante ensino técnico-profissional de nível médio.

Art. 12. Os cursos mantidos pela U.E.G. são os constantes do Anexo nº 1, que integra este Regulamento Geral.

Parágrafo único. A criação de novos cursos dependerá da aprovação do Conselho Universitário e Conselho Superior de Ensino e Pesquisa e do reconhecimento que for exigido, na conformidade da legislação federal de ensino.

Art. 13. São órgãos e serviços especiais, além de outros que forem criados pelo Conselho Universitário, o Centro de Processamento de Dados, a Comissão Executiva de Imprensa e Publicidade, a Imprensa Universitária, o Teatro, o Museu, o Centro de Desportos, a Prefeitura do Campus Universitário Francisco Negrão de Lima e a Biblioteca Central.

§ 1º. A Associação de Diplomados é órgão especial de congraçamento e cooperação, devendo ser estimulada a sua expansão, a fim de exprimir amplamente a representação dos ex-alunos da U.E.G., segundo diretrizes fixadas pelo Conselho Universitário.

§ 2º. A organização e funcionamento dos órgãos e serviços especiais serão regulados pelo Reitor, segundo a orientação fixada pelo Conselho Universitário e o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, no âmbito das respectivas competências.

Art. 14. Compete ao Conselho Universitário, mediante proposta do Reitor, criar, modificar e extinguir os órgãos de administração geral da U.E.G. e determinar-lhes as atribuições, respeitada a competência dos órgãos e das unidades universitárias, definida no Estatuto e neste Regimento Geral.

## SEÇÃO II

### Da Reitoria

Art. 15. A Reitoria, órgão executivo a cargo do Reitor, representa, coordena, superintende e administra o patrimônio e os interesses da U.E.G., nos termos do Estatuto.

§ 1º. Incumbe ao Reitor, com aprovação do Conselho Universitário, o planejamento das atividades da U.E.G., visando ao seu desenvolvimento e à plena consecução de seus fins.

§ 2º. A nomeação do Reitor e do Vice-Reitor e o exercício de seus mandatos atenderão ao disposto no Estatuto.

§ 3º. O Reitor não poderá exercer outro cargo na U.E.G.

§ 4º. Nos termos do Estatuto, o Reitor, com autorização do Conselho Universitário, poderá criar cargos de Sub-Reitor, para assessorá-lo no planejamento e na coordenação das atividades da U.E.G., determinando-lhes as atribuições.

§ 5º. A escolha de Sub-Reitores recairá em Professor efetivo da U.E.G., ao qual se aplicará o disposto no § 6º, do art. 10.

Art. 16. São atribuições do Reitor, além de outras referidas neste Regimento Geral, as enumeradas no art. 10, do Estatuto.

§ 1º. O Reitor poderá fazer delegações de competência, expressas e específicas, ao Vice-Reitor, aos Sub-Reitores, aos Diretores dos Centros setoriais, aos dirigentes de unidades universitárias e de órgãos ou serviços especiais e aos chefes de órgãos de administração geral da U.E.G.

§ 2º. O Vice-Reitor substituirá o Reitor, nas suas ausências ou impedimentos, podendo, ainda, exercer as atribuições que lhe forem delegadas pelo Reitor, ficando, nessa hipótese, afastado das funções docentes.

§ 3º. No impedimento simultâneo do Reitor e do Vice-Reitor, ou na vacância de ambos os cargos, o Conselho Universitário designará um Reitor **pro tempore**, sem prejuízo da observância do disposto no art. 8º, § 6º, do Estatuto.

§ 4º. O Reitor poderá, excepcionalmente, em caso de urgência, dirimir dúvidas sobre a execução do presente Regimento Geral ou do Estatuto, submetendo o ato à apreciação do Conselho Universitário ou do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, segundo a competência específica desses órgãos superiores.

Art. 17. Caberá recurso para o Conselho Universitário das decisões do Reitor que importem violação da lei ou de mandamento universitário.

§ 1º. O recurso será interposto, dentro do prazo de quinze dias da ciência do ato, em petição fundamentada, pelo titular do direito, ou, em matéria de sua competência, por dirigente de Centro setorial ou de unidade universitária, ou, ainda, pela maioria absoluta da totalidade dos membros de órgão colegiado da U.E.G.

§ 2º. O recurso será encaminhado ao Conselho Universitário por intermédio do Reitor, que o instruirá com a sustentação do ato recorrido, se não modificar a decisão.

### SEÇÃO III

#### Do Conselho Universitário

Art. 18. O Conselho Universitário é a instância suprema da U.E.G., como órgão normativo, deliberativo e consultivo, ressalvada a competência própria do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa.

§ 1º. Além das atribuições privativas definidas no art. 13, § 1º, do Estatuto, compete ao Conselho Universitário:

a) estabelecer normas sobre o regime do pessoal docente, técnico e administrativo da U.E.G., observadas as normas da legislação do trabalho e do ensino e as peculiaridades dos serviços da U.E.G.;

b) aprovar, após audiência do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, os Regimentos Internos das unidades universitárias e dos Centros setoriais;

c) aprovar o seu Regimento Interno;

d) deliberar sobre a extensão à comunidade dos serviços especiais da U.E.G.;

e) decidir os recursos interpostos de atos do Reitor, de Diretores dos Cen-

tros setoriais ou de unidades universitárias que importem violação da lei ou de mandamento universitário;

f) opinar sobre consultas que lhe forem submetidas pelo Reitor.

§ 2º. Os recursos previstos na alínea e, do parágrafo anterior, serão interpostos por quem tiver qualidade, no prazo de quinze dias da ciência do ato, observado quanto aos do Reitor ou de órgãos das unidades universitárias o disposto nos arts. 17 e 33.

§ 3º. As decisões do Conselho Universitário, de teor normativo, no âmbito de sua competência, serão formalizadas em Resoluções, promulgadas pelo Reitor.

Art. 19. O Conselho Universitário é constituído:

a) pelo Reitor, que o presidirá e o Vice-Reitor;

b) por três representantes de cada Centro setorial, sendo um deles o Diretor do Centro e os dois outros eleitos na forma do art. 10, § 7º;

c) por três representantes da comunidade, sendo um das classes produtoras e outro da Associação de Diplomados da U.E.G.;

d) por três representantes estudantis, eleitos na forma do art. 87, § 2º.

§ 1º. Os membros natos do Conselho Universitário dêle participarão durante os respectivos mandatos.

§ 2º. O representante da Associação de Diplomados da U.E.G. será o seu dirigente, eleito nos termos do estatuto da entidade, aprovado pelo Conselho Universitário.

§ 3º. Os mandatos dos membros referidos nas alíneas b e c deste artigo serão de dois anos, observando-se, quanto ao representante da Associação dos Diplomados, a duração do seu mandato na entidade.

§ 4º. O mandato dos representantes estudantis será de um ano.

§ 5º. Os representantes da comunidade, salvo o da Associação de Diplomados da U.E.G., serão escolhidos pelo Reitor dentre nomes de personalidades eminentes indicados pelo Conselho Universitário, em listas quintuplas.

§ 6º. Os Sub-Reitores e os Diretores de unidades universitárias, que não forem membros do Conselho Universitário, poderão ser convocados pelo Reitor, ou a requerimento de um terço dos Conselheiros, para participar, sem direito a voto, da discussão de assuntos de sua competência ou de interesse das respectivas unidades universitárias.

§ 7º. Os membros do Conselho Universitário terão suplentes escolhidos pela mesma forma do titular, adotando-se, quanto aos membros natos, a forma de substituição prevista para seus impedimentos ou ausências.

Art. 20. As decisões do Conselho Universitário são irrecorríveis na instância administrativa, salvo no caso da revisão de que trata o art. 6º, § 1º alínea c, do Estatuto, a ser requerida no prazo de trinta dias.

Parágrafo único. O Conselho Universitário poderá admitir pedido de reconsideração de suas decisões, requerida, uma única vez, pela parte interessada, no prazo de trinta dias.

#### SEÇÃO IV

##### Do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa

Art. 21. O Conselho Superior de Ensino e Pesquisa é o órgão central de supervisão e coordenação do ensino e da pesquisa na U.E.G., com atribuições deliberativas no âmbito de sua competência.

Art. 22. O Conselho Superior de Ensino e Pesquisa é constituído:

a) pelo Reitor, que o presidirá, e o Vice-Reitor;

b) pelos Sub-Reitores com atribuições de planejamento ou de coordenação do ensino e da pesquisa;

c) por três professores de cada Centro setorial, integrantes das diversas categorias do magistério e dos ciclos de ensino, sendo um deles o Diretor do Centro setorial e os dois outros eleitos na forma do art. 10, § 7º.

d) por dois representantes estudantis, eleitos na forma do art. 87, § 2º.

§ 1º. Os membros do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, previsto nas alíneas c e d deste artigo, terão suplentes escolhidos pela mesma forma e prazo dos titulares.

§ 2º. O mandato dos representantes dos Centros setoriais será de dois anos e de um ano o dos representantes estudantis.

Art. 23. Ao Conselho Superior de Ensino e Pesquisa incumbe a supervisão e a coordenação didática e técnica das atividades exercidas pelos Centros setoriais e unidades universitárias, visando especialmente à integração do ensino e da pesquisa e à fixação de critérios de ministração das várias modalidades de cursos.

§ 1º. No exercício de suas atribuições, o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa atenderá ao planejamento administrativo da U.E.G., aprovado na forma do art. 15, § 1º, e, respeitada a competência própria dos demais órgãos superiores, estabelecerá diretrizes sobre:

a) ordenação e integração do regime do ensino e da pesquisa;

b) sistema de créditos, visando à maior flexibilidade de rendimento curricular;

c) coordenação didática em cada Centro setorial e integração do trabalho nos departamentos;

d) funcionamento dos cursos de graduação e criação de novos cursos destinados a atender aos fins precípuos da U.E.G.;

e) funcionamento dos cursos de pós-graduação, bem como dos de especialização, aperfeiçoamento e extensão;

f) funcionamento de cursos profissionais de curta duração, destinados a proporcionar habilitações intermediárias de nível superior;

g) implantação progressiva do regime de dedicação exclusiva em áreas prioritárias do ensino e pesquisa;

h) atividades culturais, educacionais, cívicas e desportivas;

i) concursos vestibulares;

j) critérios de avaliação do aproveitamento escolar;

k) critérios técnicos de seleção, acesso e aperfeiçoamento do corpo docente.

Art. 24. Compete, ainda, ao Conselho Superior de Ensino e Pesquisa:

a) opinar, no âmbito de sua competência, sobre a proposta orçamentária apresentada pelo Reitor, entendendo-se aprovada se não houver pronunciamento, dentro do prazo de vinte dias;

b) rever, em grau de recurso, a ser interposto no prazo de quinze dias, decisões dos Centros setoriais e das unidades universitárias, em matéria de sua competência;

c) opinar sobre a criação de novos Centros setoriais, bem como transformação dos instituídos no art. 10, § 2º, inclusive no tocante à distribuição das unidades universitárias;

d) aprovar o currículo e a duração dos cursos de graduação e pós-graduação, ouvidos os respectivos colegiados;

e) aprovar a discriminação das disciplinas integrantes dos departamentos, ou seções didáticas, mediante, iniciativa do Reitor, na forma do art. 8º, § 3º;

f) aprovar o plano anual de atividades didáticas e culturais da U.E.G.;

g) autorizar a prorrogação do ano letivo, nos casos do art. 37 do Estatuto;

Art. 25. As decisões do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, salvo nos assuntos constantes do art. 24, serão formalizadas em Deliberações, promulgadas pelo Reitor.

§ 1º. Mediante Atos Executivos, o Reitor poderá complementar e regular a execução das Deliberações do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa.

§ 2º. As Deliberações do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa serão obrigatoriamente observadas pelas unidades universitárias e os Centros setoriais, sem prejuízo da competência deliberativa própria.

§ 3º. As decisões do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa poderão ser revistas, no tocante à sua legalidade, na forma prevista no art. 13, alínea f, do Estatuto.

## SEÇÃO V

### Do Conselho de Curadores

Art. 26. O Conselho de Curadores, órgão de fiscalização orçamentária, financeira e patrimonial da U.E.G., compõe-se do Reitor, que o presidirá, e mais quatro membros, três deles designados pelo Governador e outro pelo Conselho Universitário.

§ 1º. Juntamente com os membros efetivos do Conselho de Curadores serão designados os seus suplentes.

§ 2º. O mandato dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Curadores, salvo o Reitor, será de três anos.

§ 3º. O Conselho Universitário poderá elevar até sete o número de membros efetivos e suplentes do Conselho de Curadores, para permitir a representação de instituições públicas ou privadas que contribuírem, substancialmente, com recursos financeiros para a U.E.G.

§ 4º. Na hipótese do parágrafo anterior, os representantes das instituições serão escolhidos pelo Governador dentre nomes por elas indicados, em lista triplíce, com observância dos requisitos fixados em Resolução do Conselho.



§ 5º. O Reitor, os dirigentes das unidades universitárias, dos Centros setoriais, ou qualquer Curador, poderão recorrer para o Governador, no prazo de quinze dias, em petição fundamentada, das decisões do Conselho de Curadores.

Art. 27. Compete ao Conselho de Curadores acompanhar a execução orçamentária, fiscalizar a administração financeira, apreciar os atos que interessarem à posição patrimonial da U.E.G. e dar parecer sobre as contas anuais do Reitor.

§ 1º O Conselho de Curadores emitirá parecer prévio sobre o oferecimento de bens, ou receitas futuras da U.E.G., como garantia de empréstimos internos ou externos, assim como sobre as operações financeiras referidas no art. 4º, § 3º.

§ 2º. O Conselho de Curadores poderá baixar Provimentos, disciplinando o exercício de suas atribuições, respeitada a autonomia universitária e a competência própria do Reitor e do Conselho Universitário.

§ 3º. O Conselho de Curadores aprovará o seu Regimento Interno e elegerá um de seus membros para presidir aos trabalhos, por impedimento de Reitor ou de seu substituto.

§ 4º. Mediante proposta do Conselho de Curadores, o Reitor poderá constituir Junta de Controle, para exercer a fiscalização financeira de órgão relativamente autônomo.

## SEÇÃO VI

### Da Assembléia Universitária

Art. 28. A Assembléia Universitária, constituída na forma do art. 20, do Estatuto, é o centro de representação comum dos poderes públicos do Estado e dos órgãos da U.E.G.

Parágrafo único. A Assembléia Universitária ouvirá em sessão magna, no início de cada ano letivo, uma exposição do Reitor sobre os fatos marcantes da vida universitária e presenciará, se for o caso, a outorga de títulos e dignidades da U.E.G.

## CAPÍTULO V

### DA INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

#### SEÇÃO I

##### Disposições Gerais

Art. 29. A U.E.G. atenderá a seus fins de ensino e pesquisa através de um sistema de órgãos e serviços, hierarquicamente subordinados ao Reitor, que executarão as normas e diretrizes aprovadas pelo Conselho Universitário e o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, no âmbito das respectivas competências.

§ 1º. Integram o sistema universitário:

- a) Centros setoriais;
- b) Faculdades;
- c) Institutos básicos;
- d) Institutos especializados;
- e) Órgãos e serviços especiais.

§ 2º. A estrutura dos órgãos do sistema universitário será regulada em Resoluções do Conselho Universitário e em seus Regimentos Internos, aprovados por esse mesmo Conselho, ouvido o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, sobre a matéria de sua competência.

§ 3º. A organização dos serviços administrativos dos órgãos referidos no § 1º será fixada mediante Ato Executivo do Reitor, com observância dos preceitos legais e dos mandamentos universitários.

#### SEÇÃO II

##### Dos Centros Setoriais

Art. 30. Aos Centros Setoriais, constituídos e administrados na forma prevista no art. 10 e seus parágrafos, compete, especialmente, além das outras atribuições que lhe forem conferidas pelos órgãos superiores da U.E.G.:

a) coordenar as unidades universitárias, visando à integração de suas atividades e ao pleno aproveitamento dos seus recursos humanos e materiais;

b) colaborar com o Reitor, Conselho Universitário, Conselho Superior de Ensino e Pesquisa e os Sub-Reitores, no planejamento e ordenação das atividades da U.E.G., conforme a orientação deles recebida;

c) promover, diretamente ou com a cooperação das unidades universitárias, a execução das atividades de pós-graduação, especialização e aperfeiçoamento, salvo se atribuídas a órgão especial;

d) assistir às unidades universitárias na execução de seus serviços próprios.

Parágrafo único. O Diretor do Centro setorial será substituído, nas suas faltas ou impedimentos, por um dos diretores de unidades universitárias, para esse fim designado pelo Reitor.

### SEÇÃO III

#### Das Unidades Universitárias

Art. 31. São unidades universitárias, sujeitas à coordenação dos Centros setoriais:

- a) as Faculdades;
- b) os Institutos básicos;
- c) os Institutos especializados;
- d) Colégio de Aplicação;
- e) Colégio Universitário;
- f) Colégio Técnico.

§ 1º. São as seguintes as atuais Faculdades da U.E.G.:

- a) Faculdade de Direito;
- b) Faculdade de Ciências Médicas;
- c) Faculdade de Educação;

e) Faculdade de Odontologia;

f) Faculdade de Enfermagem;

g) Faculdade de Ciências Econômicas;

h) Faculdade de Administração e Finanças;

i) Faculdade de Serviço Social.

§ 2º. Operam como Institutos básicos as seguintes unidades da U.E.G.:

a) Instituto de Biologia;

b) Instituto de Filosofia e Letras;

c) Instituto de Ciências Humanas;

d) Instituto de Física;

e) Instituto de Química;

f) Instituto de Matemática e Estatística;

g) Instituto de Geociências;

h) Instituto de Desenho e Artes Aplicadas;

i) Instituto de Psicologia e Comunicação Social.

§ 3º. São os seguintes os Institutos especializados da U.E.G.:

a) Instituto de Criminologia;

b) Instituto de Medicina Social;

c) Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos

§ 4º. A coordenação, a cargo dos Centros setoriais, será exercida com resguardo do princípio da liberdade de ação administrativa, didática, pedagógica e disciplinar essencial às unidades universitárias, assegurada nos respectivos Regimentos Internos, respeitada, correlatamente, a subordinação hierárquica aos órgãos superiores da U.E.G. e a supremacia dos mesmos.

§ 5º. São objetivos das unidades universitárias, na forma de seus Regimentos Internos e segundo as diretrizes e mandamentos universitários:

a) ministrar cursos de graduação, aperfeiçoamento, especialização e extensão;

b) realizar pesquisas e atividades de difusão cultural e científica;

c) promover cursos profissionais de curta duração destinados a proporcionar habilitação intermediárias de grau superior;

d) incentivar atividades cívicas, artísticas e desportivas;

e) promover a cooperação entre professores e alunos, em benefício do ensino, da cultura e da convivência universitária;

f) estimular o intercâmbio com entidades públicas e privadas, visando à integração com a comunidade.

§ 6º. Os objetivos das unidades universitárias deverão ser atendidos com observância do princípio da organização setorial e departamental.

§ 7º. As unidades universitárias terão um Diretor e um Vice-Diretor, ambos com mandato de quatro anos, escolhidos pelo Reitor dentre professores da U.E.G., constantes de lista tríplice organizada nas Faculdades pela Congregação e nos Institutos básicos pelos Chefes de Departamento, pelo menos sessenta dias antes do término dos mandatos em curso.

§ 8º. A lista tríplice para provimento dos cargos de Diretor e Vice-Diretor dos Institutos especializados e Colégios será organizada na forma do art. 10, § 7º, com observância do prazo fixado no parágrafo anterior.

§ 9º. Na lista tríplice para escolha de Diretor e Vice-Diretor de Instituto especializado poderá ser incluída pessoa estranha ao corpo docente da U.E.G., de notório saber na especialidade.

§ 10. Aplicar-se-á ao Diretor de unidade universitária o disposto no art. 10, § 6º

§ 11. O Diretor e o Vice-Diretor não poderão ser reconduzidos, não se estendendo o impedimento ao caso de exercício do cargo, em substituição.

Art. 32. Os Diretores das Faculdades e Institutos básicos serão assistidos, na administração da unidade universitária, pelo Conselho Departamental, como órgão de representação dos departamentos.

§ 1º. O Conselho Departamental será constituído:

a) do Diretor, que o presidirá, e do Vice-Diretor;

b) dos Chefes de Departamento, até o máximo de seis;

c) de um representante estudantil, com mandato de um ano, escolhido na forma do art. 87, § 1º.

§ 2º. Se houver, nas Faculdades ou Institutos básicos, mais de seis departamentos, a representação no Conselho Departamental far-se-á mediante rodízio anual, na forma estabelecida em Resolução do Conselho Universitário.

§ 3º. Compete ao Conselho Departamental:

a) colaborar com o Diretor na administração da unidade, manifestando-se sobre as consultas dele recebidas;

b) coordenar as atividades dos departamentos;

c) promover a articulação com outras unidades, segundo os mandamentos universitários e a orientação do Centro setorial;

d) supervisionar a execução dos cursos de graduação, especialização, aperfeiçoamento, extensão ou outros realizados pela unidade universitária;

e) organizar as comissões julgadoras dos concursos para os cargos de Profes-

sor Adjunto e de Professor Assistente, assim como para Livre Docente.

f) fiscalizar a regularidade da representação estudantil e promover as respectivas eleições, no âmbito da unidade universitária.

g) aprovar o calendário escolar e submeter ao Reitor, para os fins do art. 57, § 1º, proposta do número de matrículas a serem preenchidas no ano letivo seguinte;

h) decidir os pedidos de transferência de alunos e de adaptações de cursos;

i) decidir os recursos de atos dos departamentos, nos casos e na forma do Regimento Interno;

j) exercer as demais atribuições definidas no Regimento Interno da unidade, ou em mandamento universitário.

§ 4º. O Conselho Departamental reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo Diretor, ou pela maioria absoluta de seus membros.

§ 5º. Nos Institutos básicos, o Conselho Departamental exercerá, cumulativamente, as atribuições da Congregação.

§ 6º. O Conselho Departamental será secretariado por um servidor da unidade, designado pelo Diretor.

Art. 33. Das decisões do Diretor e do Conselho Departamental caberá recurso, no prazo de quinze dias, para o Conselho Universitário ou o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, conforme o caso, quando importem violação da lei, ou de mandamento universitário, ou, ainda, divergirem da orientação firmada pelos órgãos superiores da U.E.G.

§ 1º. Em matéria disciplinar ou didática, o recurso, nas Faculdades, será interposto para a Congregação, de cuja decisão caberá novo recurso, em igual prazo, para os órgãos superiores da U.E.G.

§ 2º. O recurso será interposto pela parte interessada, ou pelo Diretor, com a indicação da norma violada ou de divergência específica com a orientação de órgãos superiores.

§ 3º. O processo dos recursos será regulado no Regimento Interno dos Conselhos Superiores e das unidades universitárias.

Art. 34. Nos Colégios funcionará como órgãos consultivo o Conselho Pedagógico, constituído pelos coordenadores das seções didáticas, com atribuições definidas no Regimento interno da unidade.

Parágrafo único. As seções didáticas dos Colégios reunirão os professores de disciplinas afins, sob orientação de um Coordenador, designado pelo Reitor.

Art. 35. O Conselho Universitário, mediante proposta do Reitor poderá criar, nos Institutos especializados, Conselho Consultivo, presidido pelo Diretor, com atribuições de assistência administrativa e técnica.

§ 1º. O Conselho Consultivo será constituído de cinco membros designados pelo Reitor, mediante proposta do Diretor do Instituto, entre especialistas de notório saber, podendo ser escolhidas pessoas estranhas ao corpo docente da U.E.G.

§ 2º. Os membros do Conselho Consultivo servirão pelo prazo de dois anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 36. A Congregação compete:

a) colaborar com o Diretor e o Conselho Departamental, manifestando-se sobre as consultas por eles formuladas;

b) acompanhar a execução dos cursos e promover as medidas necessárias ao seu aperfeiçoamento;

c) aprovar o relatório anual das atividades da Faculdade, a ser apresentado pelo Diretor, em abril de cada ano;

d) organizar as Comissões julgadoras dos concursos de habilitação para provimento de cargos de Professor Titular e deliberar, em geral, sobre a aprovação dos pareceres nos concursos para o magistério;

e) elaborar as listas tríplices para escolha do Diretor e do Vice-Diretor.

f) propor a reforma ou emenda do Regimento Interno da unidade;

g) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas no Regimento Interno, ou em outro mandamento universitário.

Parágrafo único. A Congregação será secretariada por um servidor da unidade, para este fim designado pelo Diretor.

Art. 37. A Congregação será constituída:

a) pelo Diretor, que a presidirá e o Vice-Diretor;

b) pelos Professores Titulares em exercício,

c) pelos Professores Titulares substitutos, desde que tenham título de Livre Docente ou grau de Doutor;

d) por representantes dos Professores Adjuntos e Professores Assistentes, com mandato de dois anos, em número não excedente, em cada categoria, a um terço do total de cargos de Professores Titulares da unidade;

e) por um representante estudantil escolhido na forma do art. 87, § 1º, com mandato de um ano.

§ 1º. Os representantes a que se referem as alíneas d e e deste artigo terão suplentes em igual número.

§ 2º. O Conselho Universitário estabelecerá, mediante Resolução, o número de representantes dos Professores Adjuntos e Assistentes nas Congregações das várias Faculdades e o respectivo processo eleitoral.

Art. 38. Se o número de Professores Titulares em exercício for igual ou

inferior à metade do total dos membros da Congregação, o Conselho Universitário poderá indicar, para integrá-la, Professores Titulares de outras unidades, mediante proposta do Centro setorial.

Parágrafo único. O Conselho Universitário poderá avocar as atribuições da Congregação da Faculdade, se o número de Professores Titulares em exercício for igual ou inferior a um terço do total dos seus membros.

Art. 39. A Congregação, nas Faculdades, e o Conselho Departamental, nos Institutos básicos, designarão um colegiado, com representantes das várias categorias do magistério, para a coordenação didática de cada um dos cursos mantidos pela unidade.

Parágrafo único. Se o curso tiver a participação de mais de uma unidade, o colegiado será constituído de representantes de cada uma delas, mediante designação do Centro setorial, pela forma prevista no art. 10, § 7º.

Art. 40. Os serviços administrativos das unidades universitárias serão executados, de acordo com o disposto no art. 29, § 3º, e no respectivo Regimento Interno, com observância dos mandamentos universitários.

Parágrafo único. O Conselho Universitário, mediante proposta do Reitor, poderá unificar os serviços administrativos de duas, ou mais, unidades universitárias.

## SEÇÃO IV

### Dos Departamentos

Art. 41. O Departamento constitui a menor fração da estrutura universitária, ficando extinta a cátedra ou cadeira na organização do ensino da U.E.G., nos termos do art. 33, § 3º, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

§ 1º. Compõem o Departamento as disciplinas afins, preferentemente dentro do mesmo Centro setorial, ou, excepcionalmente, de Centros setoriais diversos.

§ 2º. Integram cada Departamento os professores das várias categorias do

magistério, vinculados às disciplinas que o compõem.

Art. 42. O Departamento será dirigido por um Chefe eleito, preferentemente, entre os Professores Titulares, juntamente com um Subchefe, com mandato de dois anos, pelo voto dos professores dele integrantes.

§ 1º. O Chefe e o Sub-Chefe não poderão ser eleitos para mais de dois mandatos sucessivos, e deverão ter o interstício mínimo de dois anos de exercício em disciplina integrante do Departamento.

§ 2º. No impedimento simultâneo do Chefe e do Subchefe do Departamento, o Diretor da unidade designará um professor para exercer *pro tempore* a Chefia, até a cessação do impedimento, ou novo provimento dos cargos.

Art. 43. Compete ao Departamento, com observância dos mandamentos universitários e da orientação dos órgãos superiores:

a) promover a integração do ensino e da pesquisa entre as várias disciplinas do Departamento;

b) aprovar os programas e os planos de ensino de cada disciplina;

c) fixar os créditos e pré-requisitos de cada disciplina, com observância dos critérios legais e das normas fixadas pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa;

d) regular os trabalhos escolares específicos das disciplinas nele integrantes, observados os mandamentos universitários e respeitada a liberdade didática dos professores;

e) propor a criação de novas disciplinas ou de serviços especiais, dentro dos critérios estabelecidos pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa;

f) distribuir a carga-horária dos professores pelas atividades docentes, inclusive as de pesquisa, respeitado o disposto no art. 66.

Parágrafo único. Os Regimentos Internos das unidades universitárias...

rão fixar normas e critérios complementares sobre o funcionamento dos respectivos departamentos, em função de suas peculiaridades.

Art. 44. As deliberações dos Departamentos serão adotadas pelos votos dos Professores Titulares e de um representante de cada uma das demais categorias docentes.

§ 1º. O Conselho Superior de Ensino e Pesquisa estabelecerá normas gerais sobre o funcionamento dos departamentos e a escolha dos representantes referidos neste artigo.

§ 2º. Caberá ao Chefe do Departamento o voto de qualidade.

Art. 45. Os Departamentos se subordinam à unidade universitária a que atendam a maioria de suas disciplinas, sem prejuízo da cooperação com as demais unidades, nos termos fixados nos mandamentos universitários e segundo a orientação do Centro setorial.

## CAPÍTULO VI

### DO REGIME DIDÁTICO E CIENTÍFICO

#### SEÇÃO I

##### Do Ensino e Pesquisa

Art. 46. O ensino e a pesquisa, como atividades fundamentais da U.E.G., deverão realizar-se em sistema de recíproca colaboração, visando ao aperfeiçoamento didático, ao desenvolvimento científico e ao benefício da comunidade, vedada a duplicação de meios para fins idênticos.

Art. 47. O ensino será ministrado mediante cursos e outras atividades didáticas, compreendendo as seguintes modalidades:

- a) graduação;
- b) pós-graduação;
- c) especialização e aperfeiçoamento;



Parágrafo único. O Conselho Superior de Ensino e Pesquisa regulará a instituição e o funcionamento dos cursos e atividades previstos neste artigo.

## SEÇÃO II

### Dos Cursos e Atividades

Art. 48. Os cursos de graduação destinam-se à obtenção de graus acadêmicos ou títulos de habilitação profissional e serão franqueados aos que, tendo concluído o ciclo colegial ou equivalente, forem classificados em concurso vestibular, dentro das vagas fixadas em cada área.

§ 1º. Os cursos de graduação constituem-se de dois ciclos:

a) o primeiro ciclo, abrangendo cursos afins do mesmo âmbito setorial, compreenderá uma parte comum e outra diversificada em função das áreas do ciclo profissional;

b) o ciclo profissional, destinado à habilitação específica.

§ 2º. O primeiro ciclo será atendido nos Institutos Básicos ou nas Faculdades, conforme as normas estabelecidas pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa.

§ 3º. O primeiro ciclo atenderá aos seguintes objetivos:

a) promover a superação das insuficiências verificadas nos concursos vestibulares;

b) orientar os alunos na escolha do ciclo profissional;

c) ministrar conhecimentos básicos aos estudos do ciclo profissional;

d) estimular a cultura geral, a educação cívica e a participação do aluno no processo didático.

§ 4º. O ciclo profissional, a cargo das Faculdades ou Institutos básicos, visa ao preparo e à habilitação especializada.

§ 5º. Os dois ciclos serão integrados no currículo pleno, organizado segundo o disposto no art. 55.

§ 6º. A matrícula no ciclo profissional far-se-á no limite das vagas de cada curso, assegurada a preferência entre os alunos pela ordem de classificação no ciclo básico.

§ 7º. A classificação no ciclo básico será feita pela média global ponderada das notas finais nas respectivas disciplinas, em função do número de créditos a elas atribuídos.

§ 8º. Além dos cursos permanentes de graduação, as Faculdades e Institutos básicos, ou, excepcionalmente, os Institutos especializados, a critério do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, organizarão cursos profissionais de curta duração, destinados a proporcionar habilitações intermediárias de grau superior.

Art. 49. Os cursos de pós-graduação serão abertos, mediante seleção, a diplomados em curso superior de graduação e terão por objetivo desenvolver e aprofundar os conhecimentos científicos, assim como preparar para as atividades do magistério superior e da pesquisa, mediante a concessão dos graus de mestrado e doutorado.

§ 1º. Nos cursos de pós-graduação serão observadas as normas gerais fixadas pelo Conselho Federal de Educação e o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa.

§ 2º. Os cursos de pós-graduação serão credenciados pelo Conselho Federal de Educação e ministrados por intermédio dos Centros setoriais, ou órgão especialmente instituído pelo Conselho Universitário.

Art. 50. Os cursos de aperfeiçoamento, especialização e extensão serão ministrados pelas unidades universitárias, Centros setoriais ou órgãos especialmente instituídos pelo Conselho Universitário e terão como finalidade a atualização, ampliação ou especialização de conhecimentos técnicos ou científicos.

naís atenderá ao seu grau de incapacidade física.

§ 2º. Estende-se aos concursos vestibulares o disposto neste artigo.

Art. 59. A matrícula impõe ao aluno o cumprimento pleno dos deveres escolares, não sendo admitido o seu cancelamento, exceto por motivo de força maior devidamente comprovado, a juízo do Conselho Departamental.

Art. 60. Será recusada a matrícula:

— ao aluno reprovado em disciplinas que ultrapassem, quanto às horas de trabalho escolar, 1/5, do primeiro ciclo ou 1/10 do total do curso, observados os critérios fixados pelo Conselho Universitário, na forma do art. 38, parágrafo único, do Estatuto;

II — ao estudante que tiver interrompido o curso por mais de 4 (quatro) anos, salvo se aprovado em exames de suficiência de conhecimentos, na forma estabelecida no Regimento Interno da unidade;

III — ao estudante que tenha sido excluído da Unidade, após o devido processo disciplinar, com garantia de defesa.

Art. 61. Não haverá matrícula condicional ou regime de dependência, observado o disposto no art. 104 e seu parágrafo único.

Art. 62. A transferência de aluno em curso de graduação será feita na conformidade de normas aprovadas pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, dentro das vagas existentes.

§ 1º. Não haverá transferências em cursos de pós-graduação, nem em séries inicial ou final de cursos de graduação, salvo na hipótese do § 3º.

§ 2º. Os pedidos de transferências serão decididos pelo Conselho Departamental, com observância das normas estabelecidas pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa.

§ 3º. A transferência será compulsória, independentemente de vaga, em

qualquer época ou série, quando se tratar do estudante que, sendo servidor público civil, sujeito a regime estatutário, ou militar, mudar seu domicílio para o Estado da Guanabara, em virtude de remoção.

§ 4º. Excepcionalmente, a critério do Conselho Departamental da unidade, a disposição do parágrafo anterior poderá ser aplicada ao estudante que, sendo domiciliado fora do Estado da Guanabara, for nomeado, em virtude de concurso, para cargo público, com exercício no Estado.

§ 5º. A transferência de aluno proveniente de país estrangeiro é da competência privativa do Reitor, conforme Resolução aprovada pelo Conselho Universitário.

§ 6º. O aluno transferido ficará sujeito às adaptações necessárias ao currículo do curso, observado, especialmente, o cumprimento dos pré-requisitos.

§ 7º. A inscrição em disciplina, sob regime de adaptação, obrigará o aluno à observância de todos os deveres escolares, inclusive o de frequência.

## SEÇÃO VI

### Do Regime Escolar

Art. 63. O regime escolar nos cursos de graduação e pós-graduação obedecerá ao sistema de créditos, que serão atribuídos às disciplinas integrantes do currículo.

§ 1º. O crédito é a unidade de medida do valor relativo atribuído a uma disciplina na composição do currículo de cada curso.

§ 2º. Entende-se como disciplina a reunião de conhecimentos científicos ou artísticos, que constituem uma unidade didática.

§ 3º. O sistema de créditos será aplicado segundo as normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, por intermédio dos Departamentos, com a supervisão de Centros setoriais.

§ 4º. O número de créditos de uma disciplina será fixado, em cada currículo, em função das aulas, trabalhos práticos, seminários, debates, pesquisas de campo ou outras atividades escolares equivalentes, cuidando-se, especialmente, de valorizar a participação ativa do aluno no processo didático.

§ 5º. A atribuição do crédito depende da aprovação do aluno na disciplina.

§ 6º. O Conselho Superior de Ensino e Pesquisa estabelecerá normas gerais sobre a avaliação do rendimento escolar.

Art. 64. O ano letivo será fixado no curso do mês de dezembro, pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, podendo ser prorrogado nos casos previstos no art. 37, do Estatuto.

§ 1º. O ano letivo será constituído de dois períodos regulares e, eventualmente, de um período extraordinário.

§ 2º. O Conselho Superior de Ensino e Pesquisa fixará a duração mínima dos períodos letivos regulares, nunca inferior a noventa dias de trabalhos escolares, excluídos os que se destinarem a exames.

§ 3º. O Conselho Departamental estabelecerá, para cada curso, a duração dos períodos letivos regulares, podendo, em casos especiais, reduzir-lhes o prazo, desde que mantidas as cargas horárias obrigatórias.

## CAPÍTULO VII

### DO CORPO DOCENTE

Art. 65. O pessoal docente da U.E.G. reger-se-á pela legislação trabalhista, observadas as normas especiais constantes das leis do ensino superior, do Estatuto e deste Regimento Geral.

§ 1º. O Conselho Universitário, mediante proposta do Reitor, fixará os níveis de salários e as vantagens do pessoal docente.

§ 2º. Compete ao Reitor admitir, contratar, dispensar e desligar os professores e auxiliares de ensino, com a observância dos requisitos e formalidades previstos no Estatuto e neste Regimento Geral.

§ 3º. É assegurada ao pessoal docente a liberdade de comunicação de conhecimentos no exercício do magistério, sem prejuízo do dever de observância dos mandamentos universitários que regulam a prática do ensino e da pesquisa.

§ 4º. O Conselho Universitário e o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, no âmbito de suas atribuições, regularão o trabalho docente, podendo o Reitor complementar, mediante Ato Executivo, a execução das normas legais e mandamentos universitários, respeitados os direitos dos professores e auxiliares de ensino.

§ 5º. Os professores, ressalvado o disposto no art. 102, não poderão ocupar mais de um cargo ou função de magistério na U.E.G., sem prejuízo da prestação de trabalho em cursos de mais de uma unidade universitária.

Art. 66. O Conselho Universitário, mediante iniciativa do Reitor, determinará a duração mínima semanal de trabalho do pessoal docente, assim como as sanções aplicáveis pela inobservância dessa obrigação.

§ 1º. Constitui atividade essencial do ensino a ministração de aulas, obedecido o limite semanal mínimo que for fixado na forma deste artigo.

§ 2º. O conceito de aula e das demais atividades docentes, inclusive as de administração escolar e universitária, exercidas por professores, será definido, por iniciativa do Reitor, mediante deliberação do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa.

§ 3º. O professor que, sem motivo justo, a critério do Conselho Departamental, deixar de cumprir programa a seu cargo, ou horário de trabalho a que estiver obrigado, ficará sujeito, mediante inquérito, à pena disciplinar cabível, incluindo a suspensão em até seis

**Parágrafo único.** Os cursos de aperfeiçoamento e especialização serão franqueados a profissionais habilitados, mediante seleção, segundo as respectivas instruções, e de acordo com os critérios gerais fixados pelo Conselho Universitário e o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, no âmbito de suas atribuições.

**Art. 51.** Os cursos da U.E.G. serão ministrados, nos períodos regulares do ano letivo, de acordo com o plano geral das atividades didáticas e científicas, a que se refere a alínea f, do art. 24.

**Parágrafo único.** Entre os períodos letivos regulares serão executados programas de ensino e pesquisa, devendo o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, com audiência do Conselho Universitário quanto ao regime de trabalho e os assuntos financeiros, fixar normas gerais sobre essas atividades, visando à continuidade no funcionamento das unidades universitárias.

**Art. 52.** Os Institutos especializados atenderão, primordialmente, à execução de atividades de pesquisa nas áreas de conhecimento a que se destinam, cumprindo-lhes, ainda, ministrar cursos de aperfeiçoamento, especialização ou extensão.

**§ 1º.** Será especialmente estimulada a divulgação das pesquisas executadas pelos Institutos especializados e o seu intercâmbio com entidades congêneres.

**§ 2º.** As atividades dos Institutos especializados serão atendidas pelos professores e pesquisadores de sua lotação e, ainda, mediante a prestação de trabalho de professores de outras unidades universitárias.

### SEÇÃO III

#### Do Concurso Vestibular

**Art. 53.** O concurso vestibular tem por objetivo a seleção de candidatos à matrícula inicial nos cursos de graduação, dentro do limite de vagas e mediante critérios de avaliação dos conhecimentos comuns à educação de nível médio e da aptidão intelectual.

**§ 1º.** Os concursos vestibulares serão unificados por áreas de conhecimento e executados, com a colaboração dos Centros setoriais, por intermédio de Comissões Especiais, designadas pelo Reitor.

**§ 2º.** Mediante decisão do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, a unificação dos concursos vestibulares será progressivamente ampliada, podendo abranger mais de um dos setores da Universidade, bem como realizar-se em comum com outras Universidades.

**§ 3º.** O Conselho Superior de Ensino e Pesquisa fixará os critérios gerais sobre os concursos vestibulares, a serem complementados mediante Ato Executivo.

**§ 4º.** A fixação do número de vagas no ciclo básico considerará as possibilidades futuras de matrícula no ciclo profissional dos cursos, a que deverão ter acesso os respectivos alunos.

**§ 5º.** O preenchimento das vagas atenderá, rigorosamente, à classificação e à ordem de preferência manifestada pelos candidatos.

**§ 6º.** O concurso vestibular somente terá validade para matrícula no período letivo a que se destina.

**Art. 54.** Mediante aprovação do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, o Reitor poderá firmar convênio com outras instituições de ensino superior, ou órgão da administração federal, para a realização de concursos vestibulares de âmbito regional.

### SEÇÃO IV

#### Dos Currículos e Programas

**Art. 55.** O currículo pleno dos cursos de graduação, abrangendo os ciclos básicos e profissional, será aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, na forma da alínea d, do art. 24, respeitados a duração e o currículo mi-



§ 1º. Os currículos serão ordenados em séries de disciplinas, distribuídas pelos períodos letivos e atenderão aos critérios de pré-requisitos e de créditos.

§ 2º. Além das disciplinas obrigatórias, entre as quais figurarão as do currículo mínimo, poderão ser incluídas disciplinas opcionais.

§ 3º. A aprovação em todas as disciplinas do curso dará direito ao correspondente diploma.

§ 4º. O ensino das disciplinas obedecerá aos programas aprovados pelos departamentos, respeitados os mandamentos universitários.

§ 5º. É obrigatória a execução integral, nos correspondentes períodos letivos, dos programas das disciplinas, observado o disposto no art. 66, § 3º.

§ 6º. É obrigatória a frequência dos alunos, considerando-se reprovado aquele que deixar de comparecer a um mínimo de dois terços de aulas e trabalhos obrigatórios.

§ 7º. O Conselho Departamental da unidade universitária poderá elevar a 75% o mínimo estabelecido no parágrafo anterior, atendendo às peculiaridades de cada disciplina.

Art. 56. O currículo dos cursos de pós-graduação será aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa mediante proposta do Centro setorial, atendendo aos objetivos essenciais de preparação para o magistério superior e a pesquisa científica, em conformidade com as normas gerais baixadas pelo Conselho Federal de Educação.

Parágrafo único. O Conselho Superior de Ensino e Pesquisa estabelecerá os requisitos básicos para a concessão dos graus de mestrado e doutorado nas várias áreas de conhecimento.

## SEÇÃO V

### Das matrículas

Art. 57. A matrícula nos cursos de graduação e pós-graduação e a inscrição nas disciplinas far-se-ão de acordo

com as normas legais e os mandamentos universitários.

§ 1º. O Reitor estabelecerá com adequada antecipação o número de matrículas nos cursos de graduação no ano letivo seguinte, considerados conjuntamente, atendendo, especialmente, às necessidades do mercado profissional e ao critério de expansão do ensino superior.

§ 2º. O ato da matrícula submeterá o aluno à disciplina universitária e importará compromisso formal de respeito às leis e regulamentos, assim como ao Estatuto, regimentos e demais mandamentos universitários.

§ 3º. O Conselho Superior de Ensino e Pesquisa baixará normas complementares sobre a matrícula nos cursos e a inscrição nas disciplinas, especificando os pré-requisitos exigíveis.

§ 4º. Entende-se como pré-requisito a aprovação em disciplina considerada essencial à inscrição em outra, ou em partes sucessivas da mesma disciplina.

§ 5º. A matrícula inicial nos cursos de graduação dependerá de classificação em concurso vestibular, salvo dispensa em virtude de lei ou convênio.

§ 6º. A inscrição nas disciplinas pressupõe a satisfação dos pré-requisitos estabelecidos pelos departamentos, segundo as diretrizes fixadas pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa.

§ 7º. A inscrição em cursos de aperfeiçoamento, especialização ou extensão atenderá às exigências previstas nos atos que regulem o seu funcionamento.

§ 8º. Compete ao Reitor decidir sobre pedidos de matrícula com base em acordos ou convênios internacionais.

Art. 58. Será admitida, na conformidade de normas fixadas pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, a matrícula de alunos excepcionais.

§ 1º. A prestação de provas e trabalhos escolares pelos alunos excepcionais

sa para rescisão do contrato de trabalho.

§ 4º. A autoridade que determinar a instauração do inquérito poderá suspender o professor do exercício de suas funções, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, em razão da gravidade da falta ou se a permanência em serviço constituir embaraço à apuração dos fatos.

Art. 67. Os cargos e funções do magistério são desvinculados de campos específicos de conhecimentos, observando-se, porém, para o provimento e a distribuição pelos departamentos, as aptidões e as atividades exercidas pelos professores nas disciplinas que os integram.

§ 1º. A extinção da cátedra ou cadeira não prejudicará os direitos assegurados na Constituição da República.

§ 2º. A exclusão, ou desdobramento de disciplina, não importará em extinção ou criação de cargos de magistério.

Art. 68. Haverá uma única carreira docente, obedecendo ao princípio da integração de ensino e pesquisa.

Parágrafo único. A carreira do magistério constitui-se das seguintes categorias:

- a) Professor Titular;
- b) Professor Adjunto;
- c) Professor Assistente.

Art. 69. Além do pessoal da carreira do magistério superior da U.E.G., o Reitor poderá admitir professores contratados, mediante proposta do Centro setorial.

§ 1º. A proposta dependerá de iniciativa do Conselho Departamental competente, quando se tratar de curso de graduação.

§ 2º. O professor contratado para curso de graduação assinará compromisso de, no prazo de dois anos, inscrever-se em curso de pós-graduação,

ou concurso para o magistério, aceitando como causa extintiva do contrato a não habilitação em qualquer dêtes ou a falta de inscrição.

§ 3º. Poderão, ainda, ser contratados professores de nível médio, para atender ao ensino no Colégio de Aplicação, Colégio Universitário, ou Colégio Técnico, de acordo com o disposto nos respectivos Regimentos Internos.

Art. 70. Não poderá ser admitido, mesmo como interino ou substituto, em cargos de magistério da U.E.G., professor que contar mais de sessenta anos de idade.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste artigo ao acesso na carreira do magistério.

Art. 71. Para iniciação nas atividades de ensino e pesquisa, poderão ser contratados, pelo Reitor, Auxiliares de Ensino, condicionando o exercício de funções de magistério à coordenação do professor do departamento competente.

§ 1º. O contrato de auxiliar de ensino somente poderá recair em graduado de nível superior e será feito pelo prazo de dois anos, podendo ser renovado.

§ 2º. No prazo máximo de quatro anos, o auxiliar de ensino deverá obter aprovação em curso de pós-graduação, sem o que seu contrato não poderá ser mais renovado.

Art. 72. Será conferido título de Livre Docente a candidato aprovado em concurso de provas e títulos, realizado de acordo com normas estabelecidas pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa.

§ 1º. Será observado o limite de idade de quarenta e cinco anos para a inscrição em concurso para Livre Docente.

§ 2º. O título de Livre Docente ficará sujeito a atualização periódica, pelo menos cada cinco anos, sob pena de caducidade, considerando-se, para esse fim, além dos meios de verificação

estabelecidos pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, o exercício de funções docentes na U.E.G.

Art. 73. Na medida das possibilidades da U.E.G., inclusive com a cooperação financeira federal, aplicar-se-á, progressivamente, ao pessoal docente o regime de dedicação exclusiva, mediante Ato Executivo do Reitor, segundo normas aprovadas pelo Conselho Universitário e o Conselho Superior do Ensino e Pesquisa.

§ 1º. Poderá, ainda, ser adotado, por forma idêntica à do parágrafo anterior, regime preferencial de trabalho docente, com aumento da duração semanal mínima correspondente à respectiva categoria.

§ 2º. O professor em regime de dedicação exclusiva não poderá exercer outra atividade pública ou privada.

§ 3º. Por conveniência da Universidade, ou a pedido, poderá o professor ser desligado do regime de dedicação exclusiva ou de trabalho preferencial, retornando à prestação comum de serviço, com a conseqüente cessação das vantagens especiais vinculadas àqueles regimes de trabalho.

Art. 74. O provimento dos cargos da carreira do magistério será feito mediante concurso de títulos e provas, na conformidade de normas gerais aprovadas pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa e das disposições dos Regimentos Internos das unidades universitárias.

§ 1º. Mediante proposta da maioria absoluta da Congregação e aprovação do Conselho Universitário, os cargos de Professor Titular e Professor Adjunto poderão, excepcionalmente, ser providos pela transferência de Professor ocupante de cargo de igual categoria em outra Universidade, que nela tenha ingressado após concurso público de provas e títulos.

§ 2º. A transferência será condicionada a exame de atualização didática e científica, mediante prova de títulos perante comissão especial designada pelo

Art. 75. Visando ao intercâmbio universitário, poderá ser autorizado, mediante proposta do Reitor e aprovação do Conselho Universitário, o afastamento temporário, pelo prazo máximo de 12 meses, de professor integrante da carreira do magistério da U.E.G. para prestar colaboração a outra Universidade, nacional ou estrangeira, em atividade de ensino ou pesquisa, sem prejuízo dos direitos e vantagens do cargo.

§ 1º. O afastamento somente poderá ser autorizado se não importar prejuízo para o ensino na U.E.G., sendo vedada a admissão de substituto, durante o período de sua duração, salvo se o professor renunciar aos salários e vantagens do cargo.

§ 2º. O afastamento somente será autorizado após cinco anos consecutivos de efetivo exercício em cargo de magistério da U.E.G. e não poderá repetir-se antes do transcurso de igual interstício.

§ 3º. O Reitor poderá igualmente autorizar, mediante proposta da unidade universitária, ou do Centro setorial, a colaboração de professor de outra Universidade, pôsto à sua disposição.

Art. 76. Poderá ser concedida, a juízo do Reitor, licença remunerada pelo prazo máximo de doze meses, a Professor Titular, com mais de dez anos de efetivo exercício na U.E.G., para realizar estudo, pesquisa ou estágio, cujo programa for considerado de especial interesse e alta relevância, mediante decisão do Conselho Universitário.

Parágrafo único. A licença especial prevista neste artigo não poderá ser renovada, a não ser após o interstício de cinco anos de efetivo exercício na U.E.G.

Art. 77. A aquisição de estabilidade nos cargos do magistério superior é condicionada à natureza efetiva do provimento, não ocorrendo nos casos de interinidade, ou substituição, ou quando a permanência do contrato de trabalho depender de requisitos especiais de especialidade, apurados segundo os



Art. 78. A formação e aperfeiçoamento do pessoal docente da U.E.G. será feito na conformidade do plano aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa e em harmonia com a política nacional e regional definida pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 79. Os professores da U.E.G., de qualquer categoria, serão aposentados aos setenta anos de idade, extinguindo-se a respectiva relação de emprego, independentemente de indenização.

§ 1º. Se não forem integrais os proventos da aposentadoria concedida pelo Instituto Nacional de Previdência Social aos professores aposentados por implemento de idade, a U.E.G. deverá complementá-los, segundo normas baixadas pelo Reitor.

§ 2º. Excepcionalmente, o professor aposentado por implemento de idade, cujos serviços forem considerados relevantes, a critério do Conselho Universitário, poderá ser contratado pelo Reitor para atividades específicas de pesquisa, desde que declarado apto em prévia inspeção de saúde, realizada no Hospital de Clínicas.

§ 3º. As demais formas de aposentadoria serão regidas exclusivamente pelas normas da legislação de previdência social, não se imputando, em razão dela, qualquer ônus ou obrigação à U.E.G.

§ 4º. O professor aposentado será desligado da U.E.G., mediante ato declaratório do Reitor.

Art. 80. É obrigatória a frequência dos professores, bem como a execução dos programas de ensino e pesquisa, observado o disposto no art. 66, § 3º.

Art. 81. O acesso na carreira do magistério far-se-á com a observância dos requisitos estabelecidos nos mandamentos universitários e mediante prévia aprovação em concursos de provas e títulos, na forma do art. 74.

Art. 82. O regime disciplinar do pessoal docente será regulado mediante Resolução do Conselho Universitário.

vadas as normas legais e assegurado o direito de ampla defesa.

## CAPÍTULO VIII

### DO CORPO DISCENTE

Art. 83. O corpo discente terá representação nos órgãos colegiados e nas comissões instituídas na U.E.G., de acordo com o disposto neste Regimento Geral e na conformidade das normas baixadas pelo Conselho Universitário.

§ 1º. Os direitos e deveres dos alunos dos vários cursos, assim como as sanções e o processo disciplinar, serão codificados em Resolução do Conselho Universitário, complementada pelos Regimentos Internos das unidades universitárias.

§ 2º. A aplicação de penas disciplinares aos alunos, salvo as de advertência e repreensão, sujeitas a verificação sumária de responsabilidade, será precedida de sindicância, assegurada sempre a defesa do indiciado.

§ 3º. Além de outros deveres e proibições constantes do código disciplinar, será vedado aos alunos o exercício de atividade político-partidária, ou a prática de atos incompatíveis com a ordem pública, em recinto da U.E.G. ou em suas vizinhanças.

Art. 84. A U.E.G. dedicará especial assistência ao corpo discente, cuidando de favorecer, a bem da cultura e do progresso, a livre e pacífica convivência da comunidade estudantil.

§ 1º. A assistência ao corpo discente, além de outras modalidades instituídas mediante ato do Reitor, compreenderá:

a) participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento;

b) realização de atividades culturais, científicas e artísticas;

c) prática de educação física e de desportos, mediante orientação adequada.

d) estímulo a atividades que visem à formação cívica e à consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional.

§ 2º. O orçamento consignará, dentro das possibilidades financeiras da U.E.G., dotações próprias ao atendimento dos objetivos previstos no parágrafo anterior.

§ 3º. O Reitor designará um assessor especial para assuntos estudantis e poderá firmar convênios com entidades públicas ou privadas, para atender à assistência ao corpo discente.

Art. 85. A representação estudantil nos órgãos colegiados da U.E.G. terá por objetivo a cooperação entre administradores, professores e alunos, no trabalho universitário.

Art. 86. A escolha dos representantes será feita mediante eleições, na forma prescrita em Resolução do Conselho Universitário, observados os seguintes princípios:

a) somente poderão ser votados os alunos que, na série anterior, se tenham colocado no primeiro terço da classificação geral, em decorrência de aprovação em exames de primeira época;

b) não poderão ser votados alunos que, no ano anterior, tenham exercido mandato ou representação estudantil, ou, ainda, os punidos, ou suspensos, por motivo disciplinar;

c) o voto será secreto, não sendo válida a eleição a que deixar de comparecer mais da metade dos alunos inscritos nas disciplinas da respectiva série;

d) o voto é pessoal e obrigatório, não podendo prestar provas ou estágios o aluno que faltar ao cumprimento desse dever, salvo impedimento justo e comprovado na forma das instruções baixadas pelo Reitor.

§ 1º. O Conselho Universitário regulará o processo e o calendário eleitoral.

§ 2º. Perderá o mandato, mediante

representante estudantil que violar os deveres inerentes à representação, na conformidade do Regimento Interno da unidade ou do colegiado, ou, ainda, valer-se do mandato em favor de atividade político-partidária, ou em detrimento da ordem pública e da paz social.

§ 3º. O aluno suspenso por motivo disciplinar ficará afastado do exercício do mandato durante o período correspondente, convocando-se o suplente.

Art. 87. Serão eleitos, anualmente, pelo voto direto, um representante em cada série dos cursos de graduação, juntamente com um suplente.

§ 1º. Os representantes eleitos em cada série escolherão, entre si, os que exercerão, com mandato de um ano, a representação estudantil na Congregação e no Conselho Departamental, escolhidos entre os matriculados em cursos específicos da unidade, vedada a acumulação desses mandatos.

§ 2º. Os alunos escolhidos para a representação nas Congregações e Conselhos Departamentais nas unidades universitárias constituirão, mediante convocação do Reitor, o colégio eleitoral para escolha dos representantes estudantis no Conselho Universitário e no Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, vedada a acumulação de mandatos.

§ 3º. Os representantes estudantis no Conselho Universitário e no Conselho Superior de Ensino e Pesquisa deverão ser alunos de unidades universitárias diversas, observando-se igual critério na escolha dos suplentes.

§ 4º. O representante estudantil será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo suplente, eleito simultaneamente com o titular.

§ 5º. É assegurado ao representante estudantil, na defesa dos interesses do corpo discente, a livre expressão do pensamento, resguardado o respeito às disposições legais e aos mandamentos universitários, bem como ao decôro do colegiado a que pertencer.

§ 6º. O representante estudantil nas

especificada no ato de sua constituição ou, se este for omissivo, pelo processo indicado no § 1º deste artigo.

§ 7º. O exercício de representação estudantil não isentará o aluno do cumprimento de seus deveres, inclusive o de frequência, ressalvada a coincidência com o horário das sessões do órgão em que exercer o mandato.

Art. 88. O Diretório Acadêmico Central será constituído pelos representantes estudantis no Conselho Universitário e no Conselho Superior do Ensino e Pesquisa e terá como finalidade promover e estimular atividades culturais, artísticas, cívicas, desportivas e recreativas do corpo discente, segundo normas estabelecidas no respectivo Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Universitário.

§ 1º. O Diretório Acadêmico Central será dirigido por um Presidente e terá um Vice-Presidente, eleitos entre os seus membros, extinguindo-se o mandato juntamente com o da representação estudantil.

§ 2º. O Diretório Acadêmico Central colaborará com o Reitor, no âmbito de suas finalidades, para a harmonia e o conagração da comunidade estudantil.

§ 3º. Mediante proposta do Reitor e audiência do Diretório Acadêmico Central, o Conselho Universitário poderá autorizar a constituição de diretórios setoriais, com as finalidades referidas neste artigo, visando a congregar alunos de unidades e de cursos afins.

§ 4º. O Conselho Universitário determinará e aplicará as sanções ao Diretório Acadêmico Central, ou aos diretórios setoriais cuja ação não estiver em consonância com seus objetivos.

§ 5º. O Diretório Acadêmico Central e os diretórios setoriais prestarão contas de sua gestão financeira anual ao Conselho Universitário por intermédio do Reitor, que baixará as instruções necessárias a esse fim.

Art. 89. Mediante proposta do Reitor, o Conselho Universitário poderá

criar funções de Monitor, sem vínculo empregatício com a U.E.G., a serem providas, a prazo determinado, mediante seleção em provas específicas de capacidade, por alunos de séries superiores de cursos de graduação, que tenham revelado bom aproveitamento escolar e não tenham incorrido em repressão, dependência ou sanção disciplinar.

§ 1º. Os Monitores exercerão funções técnico-didáticas acessórias em determinada disciplina, complementando a atividade do pessoal docente, segundo diretrizes estabelecidas pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa e em obediência à orientação aprovada pelo Conselho Departamental, mediante proposta do respectivo departamento.

§ 2º. O exercício das funções será avaliado pelo departamento e constituirá título em concurso para a carreira do magistério.

§ 3º. Aos Monitores serão atribuídas, durante o exercício de suas funções, bolsas de valores fixados pelo Reitor, sendo obrigatória a sua frequência às correspondentes atividades.

## CAPÍTULO IX

### DOS DIPLOMAS, CERTIFICADOS E TÍTULOS

Art. 90. Aos alunos aprovados nos cursos de graduação e pós-graduação a U.E.G. outorgará os graus a que façam jus e expedirá os correspondentes diplomas, com observância das normas legais e dos mandamentos universitários.

Parágrafo único. Os diplomas obedecerão ao modelo próprio e serão assinados pelo Reitor, juntamente com o Diretor de unidade universitária, tratando-se de cursos de graduação, ou o Diretor do Centro setorial, nos de pós-graduação.

Art. 91. Será conferido grau e expedido o correspondente diploma aos candidatos aprovados em concurso para cargos da carreira de magistério, ou para Livre Docente.

Art. 92. Aos alunos aprovados em

ção e extensão serão expedidos certificados assinados pelos Diretores do Centro Setorial e da respectiva unidade universitária.

Art. 93. Mediante delegação do Ministro da Educação e Cultura, a U.E.G. procederá ao registro de diplomas, na conformidade das normas legais e das instruções baixadas pelo Reitor.

Art. 94. Poderão, ainda, ser conferidos certificados e prêmios correspondentes ao desempenho em atividades culturais, cívicas, artísticas e desportivas, promovidas pela U.E.G.

Parágrafo único. O Reitor regulará a aplicação do disposto neste artigo.

Art. 95. A U.E.G. poderá conceder os seguintes títulos honoríficos:

- a) doutor *honoris causa*;
- b) professor honorário;
- c) professor emérito;
- d) benemérito;
- e) aluno eminente.

§ 1º. O título de doutor *honoris causa* poderá ser atribuído a personalidade eminente, nacional ou estrangeira, que se tenha destacado singularmente por sua contribuição à causa da Cultura, ou da Humanidade.

§ 2º. O título de professor honorário poderá ser concedido a personalidades estrangeiras eminentes, que tenham prestado contribuição relevante ao desenvolvimento científico, filosófico ou artístico.

§ 3º. O título de professor emérito poderá ser conferido a Professor Titular que se tenha aposentado após pelo menos vinte anos de serviço à U.E.G. e se tenha destacado, de forma excepcional, pela capacidade e dedicação ao magistério.

§ 4º. O título de Benemérito será reservado a quem tenha prestado, com incomum relêvo e proficiência, serviços em benefício da U.E.G.

§ 5º. O título de Aluno Eminente será destinado a premiar aluno do curso de graduação, ou de pós-graduação que, além de revelar aproveitamento excepcional em toda a sua vida escolar, tenha contribuído especialmente para valorizar o conceito da Universidade.

§ 6º. O Conselho Universitário estabelecerá os requisitos e o processo de concessão dos títulos honoríficos, assim como os limites máximos em que poderão ser outorgados, anualmente, em cada categoria.

§ 7º. Não será considerado, na outorga de títulos honoríficos da U.E.G., o simples exercício de mandato político, ou de função pública.

§ 8º. Os títulos honoríficos serão concedidos pelo voto de dois terços dos membros do Conselho Universitário, mediante proposta do Reitor, ou da maioria dos membros do Conselho Universitário ou do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, devidamente fundamentada.

§ 9º. Os títulos honoríficos serão expressos em diplomas assinados pelo Reitor e outorgados em sessão magna da Assembléia Universitária.

## CAPÍTULO X

### DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 96. Continuam em vigor os mandamentos universitários que não forem incompatíveis com a legislação do ensino e com as disposições do Estatuto e deste Regimento Geral.

Parágrafo único. O Reitor designará uma comissão especial para consolidar os atuais mandamentos universitários, submetendo à deliberação do Conselho Universitário e do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa os que se referirem a matérias da competência desses órgãos, nos termos deste Regimento Geral.

Art. 97. O Reitor adotará imediatamente as medidas necessárias à constituição e instalação, de acordo com o disposto neste Regimento Geral, do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa e



Centros setoriais, baixando os atos necessários a esse fim.

§ 1º. Até a instalação dos novos Conselhos, o atual Conselho Universitário exercerá as atribuições desses órgãos, de forma a possibilitar a continuidade administrativa da U.E.G.

§ 2º. Os mandatos dos atuais membros do Conselho Universitário extinguir-se-ão na data da instalação dos novos Conselhos, salvo os que se vencerem anteriormente pelo término do respectivo prazo.

§ 3º. Os mandatos em curso dos diretores de unidades universitárias ficam mantidos pelo período de sua duração, nos termos do art. 13, do Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969.

§ 4º. O Reitor promoverá os atos necessários ao provimento, nos termos deste Regimento Geral, dos cargos de direção de unidades universitárias, cujos atuais ocupantes não estiverem exercendo mandato.

§ 5º. Para efeito do parágrafo anterior, as listas triplices serão elaboradas pelo Conselho Universitário, com a observância do disposto neste Regimento Geral.

Art. 98. O Reitor aprovará, dentro de 60 (sessenta) dias do início da vigência deste Regimento Geral, a constituição provisória dos departamentos, ou seções didáticas, designando-lhes os chefes, em caráter de interinidade.

§ 1º. Após a instalação do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, o Reitor submeterá à sua aprovação, na forma do art. 8º, § 3º, a organização dos departamentos, ou seções didáticas.

§ 2º. Aprovada a constituição dos departamentos, ou seções didáticas, proceder-se-á à escolha de seus dirigentes, conforme o disposto nos arts. 34 e 42.

Art. 99. Ficam mantidos os atuais órgãos de administração geral da U.E.G., até a aprovação da estrutura prevista no art. 14.

Art. 100. As relações entre a U.E.G. e os seus servidores técnicos e administrativos serão regidas pela legislação trabalhista, cabendo ao Conselho Universitário, mediante proposta do Reitor, fixar-lhes os níveis de salário e as vantagens.

§ 1º. Compete ao Reitor estabelecer a lotação e as condições de prestação de trabalho do pessoal técnico e administrativo, inclusive os respectivos horários de trabalho, atendidas as peculiaridades dos órgãos e unidades em que servirem.

§ 2º. O Conselho Universitário estabelecerá o regime disciplinar do pessoal técnico e administrativo da U.E.G., cabendo ao Reitor e aos Diretores, no âmbito de suas atribuições, o exercício do poder disciplinar, reservada ao Reitor a competência privativa para aplicação da pena de demissão.

Art. 101. Salvo exceção expressa em contrário, nenhum colegiado ou comissão poderá deliberar sem a presença da maioria absoluta de seus membros.

§ 1º. A exceção admitida neste artigo não poderá reduzir o comparecimento mínimo a menos de um terço dos membros votantes.

§ 2º. Aplicam-se as disposições deste artigo a eleições, reuniões ou assembleias estudantis.

Art. 102. São asseguradas as situações jurídicas definitivamente constituídas na data do início da vigência deste Regimento Geral entre a U.E.G. e o pessoal docente, técnico e administrativo.

Parágrafo único. Aos professores em exercício na U.E.G. na data da aprovação deste Regimento Geral fica dispensada a exigência de limite de idade prevista no art. 72, § 1º.

Art. 103. Nos termos que a lei estabelecer, o regime de gratuidade do ensino na U.E.G. poderá ser gradativamente substituído pelo sistema de bolsas de estudo em favor dos alunos economicamente necessitados.

Art. 104. A proibição constante do art. 61 será aplicada...

tivo de 1972, continuando a vigorar até então os mandamentos universitários sobre a matéria.

Parágrafo único. Os alunos matriculados em 1971 em regime de dependência serão considerados reprovados, não podendo ser promovidos, se não forem aprovados nas disciplinas de que dependerem.

Art. 105. O presente Regimento Geral será obrigatoriamente revisto, após dois anos de vigência, por uma comissão paritária de membros do Conselho Universitário e do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, sob a presidência do Reitor, ou, mediante delegação deste, pelo Vice-Reitor ou Sub-Reitor.

§ 1º. Independentemente da revisão prevista neste artigo, o Regimento Geral poderá ser emendado, a qualquer tempo, pelo Conselho Universitário, ouvido obrigatoriamente o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, nas matérias de sua competência.

§ 2º. A revisão ou emenda deste Regimento Geral será submetida à aprovação do Conselho Estadual de Educação.

Art. 106. O Reitor designará comissões de professores nas unidades universitárias, sob a presidência dos Diretores, para adaptação dos respectivos Regimentos Internos ao disposto no Estatuto e neste Regimento Geral.

§ 1º. Os projetos de adaptação de Regimentos Internos das unidades universitárias serão revistos por uma comissão designada pelo Reitor, visando à unificação de critérios e normas, sem prejuízo das peculiaridades de cada órgão.

§ 2º. Serão igualmente elaborados, por iniciativa do Reitor, os projetos de Regimentos Internos dos Centros setoriais e das unidades universitárias que deles não dispuserem.

§ 3º. Os Regimentos Internos referidos neste artigo e seus parágrafos serão aprovados pelo Conselho Universitário e o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, no tocante às matérias das respectivas

§ 4º. A reforma ou emenda dos Regimentos Internos, após a aprovação prevista no parágrafo anterior, será da competência dos mesmos Conselhos, mediante a iniciativa das Congregações nas Faculdades, dos Conselhos Departamentais nos Institutos básicos e, nos Institutos especializados e Colégios, dos Diretores, ouvidos respectivamente os Conselhos Consultivos ou os Conselhos Pedagógicos.

Art. 107. Fica mantido, com suas finalidades assistenciais, o Celeiro Comum da U.E.G., organizado e administrado na forma estabelecida pelo Conselho Universitário.

Art. 108. Fica mantido, como órgão relativamente autônomo, subordinado ao Reitor, o Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito (CEPED), com a finalidade e a organização previstas no ato de sua constituição.

Art. 109. O Boletim da U.E.G. continuará a ser editado como órgão oficial de publicação dos atos dos órgãos superiores da Universidade e de divulgação de assuntos de interesse da comunidade universitária.

Art. 110. Ao atual Sub-Reitor para Assuntos de Consultoria Jurídica e Administrativa cumpre assessorar o Reitor em matéria jurídica e no planejamento administrativo da U.E.G.

Art. 111. No impedimento simultâneo do Diretor e Vice-Diretor de unidade universitária, o Reitor designará um Diretor *pro tempore* e promoverá, no caso de vacância de qualquer dos cargos, o respectivo provimento, pela forma prevista neste Regimento Geral.

Art. 112. Nos termos da Constituição Federal, fica assegurada a vitaliciedade àqueles que, em 15 de março de 1967, eram titulares efetivos de cargos de Professor Catedrático.

Art. 113. Mediante iniciativa do Reitor, as atuais Congregações e Conselhos Departamentais serão reconstituídos, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, para adaptação às disposições deste Re-

Parágrafo único. Ficam provisoriamente mantidas as Comissões de Assessoramento, atualmente existentes em unidades universitárias, cumprindo ao Reitor promover, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a implantação da estrutura administrativa prevista, neste Regimento Geral, para a respectiva unidade universitária.

Art. 114. Fica autorizada a fusão das atuais Faculdades de Ciências Econômicas e de Administração e Finanças, cabendo ao Reitor, segundo as conveniências do ensino, baixar os atos de execução e propor ao Conselho Universitário as medidas complementares necessárias a esse fim.

Art. 115. O Reitor, com a observância do disposto neste Regimento Geral, reclassificará, dentro de 180 dias, os atuais ocupantes de cargos e funções de magistério da U.E.G., caracterizando a forma efetiva, ou não, de sua investidura e fará publicar no Boletim da U.E.G. a respectiva relação nominal.

§ 1º. Os cargos de Regentes de Ensino A e B serão progressivamente extintos, mediante ato do Reitor, segundo as conveniências do trabalho docente.

§ 2º. Os ocupantes dos cargos referidos no parágrafo anterior serão inscritos *ex officio* no primeiro concurso para Livre Docente da disciplina, salvo se já tiverem esse título ou grau de Doutor.

§ 3º. A inabilitação no concurso, ou a falta de prestação das provas constituirá justa causa para a dispensa dos Regentes de Ensino.

§ 4º. Aos atuais Auxiliares de Ensino é assegurada a permanência da situação jurídica em que se encontram, até a rea-

lização de concurso para Professor Assistente, no qual serão inscritos *ex officio*, importando a não habilitação em justa causa para a dispensa.

§ 5º. Ficam extintos, a medida que vagarem, os cargos de Preparador Escolar.

Art. 116. O Reitor promoverá, dentro de 90 (noventa) dias, o levantamento dos atuais cargos vagos de Professor Titular e submeterá à deliberação do Conselho Universitário proposta de sua manutenção, ou transformação, segundo as novas diretrizes do ensino superior.

§ 1º. Consideram-se mantidos os cargos vagos que não forem extintos, ou transformados, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias.

§ 2º. Após o vencimento do prazo previsto no parágrafo anterior, serão abertos os concursos para os cargos vagos de Professor Titular.

Art. 117. No provimento de cargos, inclusive os de direção, atender-se-á aos requisitos de habilitação profissional exigidos em lei.

Art. 118. Os atuais mandatos do Reitor e do Vice-Reitor extinguir-se-ão a 1º de janeiro de 1972.

Art. 119. O presente Regimento Geral, após sua aprovação pelo Conselho Estadual de Educação, será promulgado pelo Reitor e publicado no Diário Oficial do Estado da Guanabara.

Art. 120. O presente Regimento Geral entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**ANEXO Nº 1 (Regimento Geral, art. 12)**

**CURSOS MINISTRADOS PELA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA GUANABARA**

<b>U N I D A D E</b>	<b>CURSOS DE GRADUAÇÃO EM</b>	<b>T I T U L O</b>
1 — Faculdade de Administração e Finanças	a) Ciências Contábeis	Administrador de Empresas Bacharel em Ciências Contábeis
2 — Faculdade de Ciências Econômicas	b) Administração de Empresas Economia	Bacharel em Economia
3 — Faculdade de Ciências Médicas	a) Medicina b) Ciências Biológicas	Médico Bacharel em Ciências Biológicas
4 — Faculdade de Direito	Direito	Bacharel em Direito
5 — Faculdade de Educação	a) Pedagogia  b) Licenciatura	a) Bacharel em Pedagogia b) Licenciado em Pedagogia c) Licenciatura em: Português/Literatura Português/Latim Português/Grego Português/Francês Português/Espanhol Português/Italiano Português/Inglês Português/Alemão



UNIDADE	CURSOS DE GRADUAÇÃO EM	TÍTULO
		Ciências Sociais Física Filosofia Geografia História História Natural Matemática Psicologia Química Estatística
6 — Faculdade de Enfermagem	a) Enfermagem b) Auxiliar de Enfermagem	Enfermeira Auxiliar de Enfermagem
7 — Faculdade de Engenharia	Engenharia	a) Engenheiro Civil b) Engenheiro Eletricista c) Engenheiro Eletrônico d) Engenheiro Mecânico
8 — Faculdade de Odontologia	Odontologia	Cirurgião Dentista
9 — Faculdade de Serviço Social	Serviço Social	Assistente Social
10 — Instituto de Biologia	História Natural	Bacharel em História Natural
11 — Instituto de Ciências Humanas	a) História b) Ciências Sociais	a) Bacharel em História b) Bacharel em Ciências Sociais
12 — Instituto de Desenho e Artes Aplicadas	Desenho	Licenciado ou Bacharel

09/002222/20

85

UNIDADE	CURSOS DE GRADUAÇÃO EM	TÍTULO
		Ciências Sociais Física Filosofia Geografia História História Natural Matemática Psicologia Química Estatística
— Faculdade de Enfermagem	a) Enfermagem b) Auxiliar de Enfermagem	Enfermeira Auxiliar de Enfermagem
— Faculdade de Engenharia	Engenharia	a) Engenheiro Civil b) Engenheiro Eletricista c) Engenheiro Eletrônico d) Engenheiro Mecânico
— Faculdade de Odontologia	Odontologia	Cirurgião Dentista
— Faculdade de Serviço Social	Serviço Social	Assistente Social
— Instituto de Biologia	História Natural	Bacharel em História Natural
— Instituto de Ciências Humanas	a) História b) Ciências Sociais	a) Bacharel em História b) Bacharel em Ciências Sociais
— Instituto de Desenho e Artes Aplicadas	Desenho	Licenciado ou Bacharel

**ANEXO Nº 1 (Regimento Geral, art. 12)**

**CURSOS MINISTRADOS PELA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA GUANABARA**

<b>U N I D A D E</b>	<b>CURSOS DE GRADUAÇÃO EM</b>	<b>T Í T U L O</b>
1 — Faculdade de Administração e Finanças	a) Ciências Contábeis	Administrador de Empresas Bacharel em Ciências Contábeis
2 — Faculdade de Ciências Econômicas	b) Administração de Empresas Economia	Bacharel em Economia
3 — Faculdade de Ciências Médicas	a) Medicina b) Ciências Biológicas	Médico Bacharel em Ciências Biológicas
4 — Faculdade de Direito	Direito	Bacharel em Direito
5 — Faculdade de Educação	a) Pedagogia  b) Licenciatura	a) Bacharel em Pedagogia b) Licenciado em Pedagogia c) Licenciatura em:  Português/Literatura Português/Latim Português/Grego Português/Francês Português/Espanhol Português/Italiano Português/Inglês Português/Alemão

09/002282/20

fl. 32

UNIDADE	CURSOS DE GRADUAÇÃO EM	TÍTULO
13 — Instituto de Física	Física	Bacharel em Física
14 — Instituto de Filosofia e Letras	a) Filosofia	a) Bacharel em Filosofia
	b) Letras	b) Bacharel em: <ul style="list-style-type: none"> <li>I) Português/Literatura</li> <li>II) Português/Latim</li> <li>III) Português/Grego</li> <li>IV) Português/Francês</li> <li>V) Português/Espanhol</li> <li>VI) Português/Italiano</li> <li>VII) Português/Inglês</li> <li>VIII) Português/Alemão</li> </ul>
15 — Instituto de Geociências	a) Geografia	a) Bacharel em Geografia
	b) Cartografia	b) Engenheiro Cartógrafo
16 — Instituto de Matemática e Estatística	a) Matemática	a) Bacharel em Matemática
	b) Estatística	b) Bacharel em Estatística
17 — Instituto de Psicologia e Comunicação Social	a) Psicologia	a) Bacharel em Psicologia
	b) Psicologia	b) Psicólogo
	c) Comunicação Social	c) Técnico em Relações Públicas
18 — Instituto de Química	a) Química	a) Bacharel em Química
	b) Química Industrial	b) Químico Industrial
	c) Engenharia Química	c) Engenheiro Químico

## REGIMENTO GERAL

### CAPÍTULO I

#### DA CONSTITUIÇÃO E FINS DA U.E.G.

Art. 1º. A Universidade do Estado da Guanabara (U.E.G.), organizada como fundação, nos termos do artigo 84, da Constituição Estadual, e regida pelo Estatuto, a que se refere o Decreto «E» nº 3.527, de 9 de dezembro de 1969, é uma pessoa jurídica de duração ilimitada, com sede e fóro na cidade do Rio de Janeiro, gozando de autonomia patrimonial, financeira, administrativa, didático-científica e disciplinar.

§ 1º. O Estatuto da U.E.G. é complementado pelo presente Regimento Geral.

§ 2º. Os atos normativos da U.E.G. formalizam-se nos seguintes mandamentos universitários, segundo a competência especificada neste Regimento Geral:

- a) Resoluções do Conselho Universitário;
- b) Deliberações do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa;
- c) Provimentos do Conselho de Curadores;
- d) Atos Executivos do Reitor.

§ 3º. Os atos referidos no § 2º,

promulgados pelo Reitor, dentro de dez dias de sua aprovação pelo órgão competente.

§ 4º. Os atos normativos de competência conjunta do Conselho Universitário e do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa serão promulgados como Resoluções.

Art. 2º. A U.E.G. concentra todas as atividades de ensino superior do Estado da Guanabara, de acordo com as diretrizes e bases fixadas pela União e segundo o sistema constante do Estatuto e deste Regimento Geral.

Art. 3º. São fins principais da U.E.G. a execução do ensino superior e da pesquisa, tanto em nível de graduação como de pós-graduação, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, a formação e aperfeiçoamento de profissionais de nível superior, a prestação de serviços à comunidade e a contribuição ao desenvolvimento econômico, social e cultural.

§ 1º. A U.E.G. realizará os seus fins através das unidades universitárias e demais órgãos e serviços que integram a sua estrutura e com a colaboração de instituições públicas ou privadas, em regime de convênio ou de mandato universitário.

§ 2º. A U.E.G. contribuirá para a solução de problemas que interessam ao bem-estar do povo e ao progresso



09/002202/20

Processo nº 09/002.941/2016

Data de Autuação  
19/07/2016

Rubrica

Fls.

Nº 01512020  
LIVRO - I-16-A  
Fls. 076

JMS

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, POR SUA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COMO CONTRATANTE, E A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PELO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO, COMO CONTRATADA, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), NA FORMA ABAIXO.

Aos 30 dias do mês Janeiro de 2018, pelo presente instrumento, de um lado o Município do Rio de Janeiro, entidade de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº. 42.498.733/0001-48, situado na Rua Afonso Cavalcanti nº. 455, Cidade Nova, Rio de Janeiro, neste ato representado por sua SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através do Secretário Municipal de Saúde, MARCO ANTÔNIO DE MATTOS, brasileiro, médico, casado, portador da carteira de identidade nº 5253164-1, expedido pelo CREMERJ, e inscrito no CPF sob o nº. 847.550.247-49, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro, a UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/ HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO (HUPE), CNPJ: 335.400.14/0017-14, CNES nº. 2269783, situada a Boulevard 28 de Setembro, 77 - Vila Isabel, CEP: 20551-900, doravante denominado CONTRATADA, neste ato representado pelo Reitor RUY GARCIA MARQUES, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº. 1063582, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº. 319.932.737-00, tendo em vista o que dispõe o art. 45 da Lei nº. 8.080 de 19.09.1990, o ANEXO XXIV e o ANEXO 02, do ANEXO, XXIV, da Portaria de Consolidação nº 02/GM/MS, de 28/09/2017, e com fundamento legal no artigo 25, *caput*, da Lei 8666/93 (credenciamento), concordam, de comum acordo, firmar o presente instrumento, que reger-se-á pelas normas gerais da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, no que couber, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente termo tem por objeto formalizar a contratação dos serviços de saúde da CONTRATADA, definir a forma de repasse dos recursos, estabelecendo o papel da CONTRATADA, sua integração na rede de saúde localregional, tornando-o um efetivo instrumento na garantia da atenção integral à saúde e acesso ao SUS à população do Município do Rio de Janeiro.

Nº 015/2010  
LIVRO - I-16-A  
Fls. 077

2. 15/11/15

Fl. 35  
8

Parágrafo Único: É parte integrante deste instrumento, o Documento Descritivo (Art. 25, do ANEXO 02 do ANEXO XXIV da Portaria de Consolidação nº 02/GM/MS, de 28/09/2017), da unidade CONTRATADA que contém as definições das ações e serviços a serem prestados, bem como as metas físicas e de qualidade pactuadas entre as partes.

## CLÁUSULA SEGUNDA: DAS CONDIÇÕES GERAIS

Na execução do presente instrumento, as partes deverão observar as seguintes condições gerais:

- a) O acesso às ações e serviços pactuados se faz por meio de Regulação, a partir da Atenção Primária, conforme definição do gestor do SUS, de modo a permitir a disponibilização das melhores alternativas de atenção ao usuário, considerando o sistema de atenção à saúde (Art. 8º, IV, do ANEXO 02, do ANEXO XXIV, da Portaria de Consolidação nº 02/2017);
- b) São vedadas quaisquer cobranças de taxas ou donativos aos usuários do SUS pelas ações e serviços de saúde executados no âmbito deste contrato.

## CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

São obrigações comuns das partes:

- I. Elaboração do DOCUMENTO DESCRITIVO, válido por 24 (vinte e quatro) meses, a contar da vigência do presente Contrato, findo o qual deverá ser refeito e incorporado ao presente instrumento mediante celebração de Termo Aditivo. O DOCUMENTO DESCRITIVO poderá ser ainda revisto/ajustado, a qualquer tempo, de comum acordo, caso o CONTRATANTE e/ou a CONTRATADA identifiquem essa necessidade;
- II. Elaboração conjunta de protocolos clínicos, técnico-assistenciais e operacionais, para integrar e apoiar ações de saúde desenvolvidas na rede de serviços do SUS, no que couber;
- III. Aprimoramento da atenção à saúde, baseado nos princípios de Rede de Atenção à Saúde;
- IV. Promover, no que couber, a transferência gradual das atividades de Atenção Primária realizadas pela CONTRATADA para as unidade de Atenção Primária de referência, conforme pactuação.

Nº 015 / 2020  
 LIVRO - I - 16 - A  
 Fls. 198

ASMS

Processo nº 09/002.941/2016	
Data de Autuação 19/07/2016	
Rubrica E	Fls. 678

#### CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS

##### I. DO CONTRATANTE:

- a) Controlar, fiscalizar e avaliar as ações e os serviços contratados;
- b) Estabelecer dispositivos de controle da oferta e demanda de ações e serviços de saúde, mediante atividade regulatória;
- c) Efetuar o pagamento à CONTRATADA nos termos e condições previstos no Documento Descritivo;
- d) Analisar os relatórios elaborados pela CONTRATADA, considerando suas informações quando da análise do cumprimento das metas quantitativas estabelecidas no DOCUMENTO DESCRITIVO, para o repasse de recursos financeiros;
- e) Formalizar os instrumentos de pactuação intergestores necessários à viabilização da transferência dos recursos à CONTRATADA, conforme Cláusula Sexta deste termo.

##### II. DA CONTRATADA:

- a) Realizar oferta contratada ao Sistema Único de Saúde, atendendo ao cumprimento de normas vigentes expedidas pelas três esferas de governo;
- b) Garantir assistência integral aos usuários, responsabilizando-se por todo o tratamento de alta e média complexidade, bem como integrar as redes prioritárias de atenção à saúde, tal como definido pelo MS/SAS, no que couber;
- c) Cumprir as condições especificadas no Documento Descritivo, parte integrante deste contrato, conforme preconiza o Art. 25, do ANEXO 02, do ANEXO XXIV, da Portaria de Consolidação nº 02/2017;
- d) Atender aos dispositivos de regulação do acesso, por meio dos protocolos, fluxos e sistemas de regulação definidos pelo gestor, conforme detalhamento previsto no Documento Descritivo;
- e) Realizar a contrarreferência para a unidade de Atenção Primária de referência do paciente, informando a história clínica, resultado de exames e diagnóstico do paciente, por meio do instrumento definido pelo gestor do SUS;
- f) Garantir a continuidade da oferta dos serviços de atenção à saúde pactuados, independentemente do desenvolvimento das atividades de ensino;
- g) Apresentar relatório mensal com informações relativas ao cumprimento das metas previstas no Documento Descritivo;
- h) Registrar e apresentar de forma regular e sistemática a produção das ações e serviços de saúde contratualizadas no âmbito dos Sistemas de Informações Ambulatoriais (SIA) e Hospitalares (SIH), e/ou outro sistema de informações que venha a ser implementado no âmbito do SUS;

nº 015 / 2020  
LIVRO - I - 16 - A  
Fls. 079

15/07/2016

- i) Manter atualizado o cadastro de capacidade instalada e de todos os profissionais junto ao Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – SCNES do Ministério da Saúde;
- j) Informar ao CONTRATANTE quanto à necessidade de interrupção de quaisquer serviços pactuados com antecedência necessária e suficiente a garantia da continuidade da assistência aos usuários do SUS;
- k) Garantir a manutenção e adequado funcionamento das comissões de qualidade da assistência, conforme a legislação vigente;
- l) Realizar a notificação das doenças, agravos e eventos de saúde pública ocorridos na unidade, conforme exigência normativa dos gestores local, estadual e federal, dentre elas a Notificação e Investigação de Óbito Materno Fetal;
- m) Observar a Política Nacional de Medicamentos, excetuadas as situações referendadas pela Comissão de Ética e pelas instâncias técnicas do CONTRATANTE;
- n) Prestar atendimento humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização do SUS;
- o) Garantir a implantação das ações previstas no Programa Nacional de Segurança do Paciente;
- p) Promover a educação permanente de seus profissionais;
- q) Apresentar, tempestivamente, arquivos, documentos e relatórios comprobatórios da prestação de serviços, quando solicitadas pelo gestor do SUS.

#### CLÁUSULA QUINTA: DO DOCUMENTO DESCRITIVO

O Documento Descritivo, parte integrante deste contrato, foi elaborado conjuntamente pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA, e contém:

- I. Definição de todas as ações e serviços de saúde, nas áreas de assistência, gestão, ensino e pesquisa, que serão prestados pelo hospital;
- II. Definição de metas físicas com os seus quantitativos na prestação dos serviços e ações contratualizadas;
- III. Definição de metas qualitativas na prestação das ações e serviços contratualizados;
- IV. Descrição da estrutura física, tecnológica e recursos humanos necessários ao cumprimento do estabelecido no instrumento formal de contratualização;
- V. Definição de indicadores para avaliação das metas e desempenho; e
- VI. Definição dos recursos financeiros e respectivas fontes envolvidas na contratualização, conforme modelo anexo a esta Portaria.
- VII. Especificações das regras de acesso definidas pelo gestor para a regulação.

RTE 015, 2020  
LIVRO - I - 16-A  
Fls. 080

ISMG

O documento descritivo terá validade máxima de 24 (vinte e quatro) meses, devendo ser renovado após o período de validade, podendo ser alterado a qualquer tempo, quando acordado entre as partes.

## CLÁUSULA SEXTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

O valor anual estimado para a execução do presente Documento Descritivo importa em **R\$ 41.453.496,12** (quarenta e um milhões quatrocentos e cinquenta e três mil quatrocentos e noventa e seis reais e doze centavos) a ser repassado em parcelas duodecimais de até **R\$ 3.454.458,01** (três milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e um centavo), conforme Quadro 01, abaixo especificado:

**Quadro 01. Programação Orçamentária**

Programação Orçamentária		
PosFixado	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
Alta Complexidade	R\$ 1.147.213,62	R\$ 13.766.563,440
Fundo de Ações Estratégicas e Compensação FAEC	R\$ 273.965,16	R\$ 3.287.581,92
<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 1.421.178,78</b>	<b>R\$ 17.054.145,36</b>
PréFixado	MENSAL (R\$)	ANUAL (R\$)
Média da Produção de Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Série Histórica definida em Portaria específica-2015)	R\$ 1.389.102,29	R\$ 16.669.227,48
Incentivo à Qualificação da Gestão Hospitalar (IGH)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Incentivo à Contratualização (PT GM/MS nº 1.887 de 13 de outubro de 2005 e PT GM/MS nº 3.131 de 24 de Dezembro de 2008)	R\$ 209.312,94	R\$ 2.511.755,28
Fator de Incentivo ao Desenvolvimento do Ensino e Pesquisa – FIDEPS (PT GM/MS nº 1.480 de 28 de Dezembro de 1999)	R\$ 434.864,00	R\$ 5.218.368,00
<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 2.033.279,23</b>	<b>R\$ 24.399.350,76</b>
<b>Total</b>	<b>R\$ 3.454.458,01</b>	<b>R\$ 41.453.496,12</b>

\* Modelo extraído do ANEXO A do ANEXO 2 DO ANEXO XXIV da PRC nº 02/2017

§1º. Os valores constantes no quadro de Programação Orçamentária constituem um teto a partir das metas físicas usando como parâmetro os valores da tabela de procedimentos do SUS vigente do Ministério da Saúde (SIGTAP);



Nº 0151 2020  
LIVRO - I - 16-A  
Fl. 081

ISMS

- §2º. Para a produção ambulatorial e hospitalar serão considerados somente os procedimentos apresentados e aprovados pelo sistema de informações ambulatoriais (SIA) e hospitalares (SIH) do Ministério da Saúde;
- §3º. A CONTRATADA deve enviar mensalmente os arquivos de faturamento ao setor correspondente da Secretaria Municipal de Saúde SMS-Rio seguindo as regras de faturamento do CONTRATANTE e do Ministério da Saúde vigentes;
- §4º. Os valores previstos poderão ser alterados, de comum acordo, mediante a celebração de Termo Aditivo;
- §5º. Os valores previstos na programação orçamentária estão vinculados às transferências do Fundo Nacional de Saúde (FNS) ao Fundo Municipal de Saúde (FMS), sob o Teto da Média e Alta Complexidade (MAC) e/ou Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC);
- §6º. O gestor do SUS ajustará o limite financeiro e o repasse de verbas de que trata este contrato de acordo com as alterações promovidas pelo Ministério da Saúde na tabela do SUS, nos incentivos e outras;
- §7º. O valor correspondente ao componente pré-fixado (excetuando-se os incentivos) fica condicionado ao cumprimento das metas quanti-qualitativas, na forma prevista no documento descritivo;
- §8º. O valor correspondente ao componente pós-fixado será repassado de acordo com a produção e autorização pelo gestor contratante.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros atinentes ao presente contrato serão transferidos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) ao Fundo Municipal de Saúde (FMS) e repassados à CONTRATADA, conforme estabelecido no Documento Descritivo.

#### CLÁUSULA OITAVA: DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE

O contrato contará com uma Comissão de Acompanhamento da Contratualização (CAC) que avaliará as ações e serviços prestados pela CONTRATADA, bem como o cumprimento das metas e indicadores estabelecidos.

§1º As ações de controle e avaliação necessárias à verificação da execução do contrato se darão por meio de sistemas de informação oficiais e visitas *in loco* realizados pelo gestor do SUS;

§2º A existência da Comissão mencionada nesta cláusula não impede nem substitui as atividades próprias do Sistema Nacional de Auditoria (federal, estadual, municipal).

Nº 01512020  
LIVRO - E-AC-A  
Fls. 082

/SMS

Processo nº 09/002.941/2016	
Data de Autuação 19/07/2016	
Rubrica B	Fls. 682

### CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas nos artigos 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 589 do Regulamento Geral do Código de Administração Financeira e Contabilidade (RGCAF):

- a) Advertência;
- b) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- c) Impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

### CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO HOSPITAL

A CONTRATADA será responsabilizada por indenizar os danos causados aos usuários, aos órgãos do SUS, e a terceiros, quando estes decorrerem de ação ou omissão voluntária, negligência, imprudência ou imperícia, praticadas por servidores ou contratados a qualquer título, ficando-lhe assegurado o direito de regresso.

- §1º. A CONTRATADA assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento da mão-de-obra necessária à boa e perfeita execução do presente contrato.
- §2º. Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos ao CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da notificação ao hospital do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de multa.
- §3º. O CONTRATANTE não é responsável por qualquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente contrato cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente à CONTRATADA.
- §4º. O CONTRATANTE não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pelo Hospital com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por seus servidores ou contratados a qualquer título.

015 / 2020  
LIVRO - E-16-A  
Fls. 083

/SMS

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:  
DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido total ou parcialmente pela CONTRATANTE quando ocorrer o descumprimento de suas cláusulas e condições, em especial:

- I. Pelo fornecimento de informações incompletas, intempestivas ou fora dos critérios definidos pelo CONTRATANTE;
  - II. Pela ocorrência de fatos que venham a impedir ou dificultar o acompanhamento, a avaliação e a auditoria pelos órgãos competentes da CONTRATANTE ou das demais esferas de gestão;
  - III. Pela não participação da CONTRATADA nas avaliações periódicas;
  - IV. Pela não observância, pela CONTRATADA, dos procedimentos referentes ao sistema de informações em saúde.
- §1º. O Conselho Municipal de Saúde deverá manifestar-se formalmente sobre a rescisão deste contrato;
- §2º. Na hipótese de rescisão, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Sexta e da Cláusula Décima Primeira, *caput*, alínea "b", deste Contrato.
- §3º. Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao saldo das faturas relativas aos serviços medidos e aceitos até a data da rescisão, após a compensação das multas previstas na Cláusula Décima Primeira.
- §4º. No caso de rescisão amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:  
DA PUBLICAÇÃO**

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo estabelecido no parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal nº 8.666/1993, às expensas do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:  
DA VIGÊNCIA**

O presente contrato vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura.

Nº 0159 2020  
LIVRO - I-16-A  
Fls. 084

/SMS

Processo nº 09/002.941/2016	
Data de Autuação 19/07/2016	
Rubrica 6	Fls. 684

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:  
DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**


A CONTRATANTE remeterá cópias autênticas deste termo ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação, e ao órgão de controle interno do Município, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de sua assinatura.


**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:  
DO FORO**


Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir questões sobre a execução do presente contrato e seus aditivos que não puderem ser resolvidos de comum acordo pelas partes.

E, por estarem, assim, justos e acordados, as partes firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais, tudo na presença das testemunhas infra-assinadas.

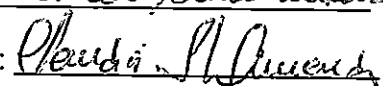
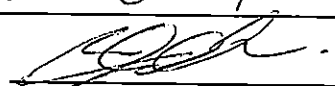
Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2018.

  
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ  
RUY GARCIA MARQUES  
REITOR  
Matr. 32184-4 / ID: 2550994-2

  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO HUPE  
Prof. Edmar Santos  
Diretor Geral do HUPE/UERJ  
Matr. 32394-7 / ID: 3245255

  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
Marco Antonio de Mattos  
Secretaria Municipal de Saúde  
Matrícula: 11/159.316-9

TESTEMUNHAS:

NOME: Claudir da Silva Linsardi	NOME: Maria da Conceição de C.P. Almeida
ASSINATURA: 	ASSINATURA: 
IDENTIDADE: 063297551 IFP	IDENTIDADE: J243240-4



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/002282/23

Processo nº 09/002.941/2016	
Data de Autuação 19/07/2016	
Rubrica <i>[assinatura]</i>	Fls. 685

**HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO – UERJ**  
**Documento Descritivo**

A **Secretaria Municipal da Saúde (SMS)** do Rio de Janeiro, consoante o disposto no ANEXO 02, do ANEXO XXIV, da Portaria de Consolidação nº 02/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e o Hospital Universitário Pedro Ernesto – UERJ resolvem estabelecer o presente Documento Descritivo.

**1. IDENTIFICAÇÃO**

**Dados da instituição mantenedora**

<b>Razão Social:</b> UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ			
<b>Endereço:</b> R. São Francisco Xavier, 524			<b>CNPJ:</b> 33.540.014/0001-57
<b>Cidade:</b> Rio de Janeiro	<b>UF:</b> RJ	<b>CEP:</b> 20550-900	<b>Telefone:</b> (21) 2334-0639

**Dados da instituição contratualizada**

<b>CNES: 2269783</b>		<b>CNPJ: 335.400.14/0017-14</b>	
<b>Razão Social:</b> UERJ HUPE HOSPITAL UNIVERSITARIO PEDRO ERNESTO			
<b>Nome Fantasia:</b> Hospital Universitário Pedro Ernesto – HUPE			
<b>Endereço:</b> Boulevard 28 de Setembro, 77 – Vila Isabel.			
<b>Cidade:</b> Rio de Janeiro	<b>UF:</b> RJ	<b>CEP:</b> 20551-900	<b>Telefone:</b> (21) 2868-8000
<b>Nome:</b> Edmar José Alves dos Santos			<b>CPF:</b> 004.634797-69
<b>Cargo:</b> Diretor			<b>CRM-RJ:</b> 52-56920-1

**MISSÃO:** Prestar assistência integrada, humanizada e de excelência à saúde, sendo agente transformador da sociedade através do ensino, pesquisa e extensão.

**VALORES:** Respeito à vida e à dignidade do ser humano; Ética na relações; Transparência na divulgação das ações; Competência Técnica; Trabalho em Equipe; Pioneirismo; Responsabilidade Social





PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Processo nº 09/002.941/2016

Data de Autuação

19/07/2016

Rubrica

Fls.

186

## 2. PERÍODO DE VIGÊNCIA

O período de vigência desse documento descritivo é de 24 (vinte e quatro) meses a contar a partir da assinatura do Termo Contratual.

## 3. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Este documento descritivo é parte integrante e indissociável do instrumento contratual firmado entre a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro e o **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO – HUPE** e contém as características gerais dos serviços e atividades a serem desenvolvidas pela instituição no âmbito da Rede de Atenção à Saúde. Para tanto, o presente documento descritivo considera o conjunto de normas ministeriais relacionadas ao objeto, a exemplo da Portaria GM/MS nº 3.390 de 30.04.2013, Portaria nº 2.617, de 01.11.2013, Portaria GM/MS nº 3410 de 30.12.2013, Portaria GM/MS nº 142 de 27 de janeiro de 2014 e Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.

Este instrumento foi elaborado conjuntamente pelas partes, Gestor Municipal e **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO – HUPE**, com vistas a garantir a oferta e o acesso aos serviços de assistência à saúde na Rede de Atenção Municipal no âmbito SUS, segundo a missão, o perfil e a capacidade instalada da unidade.

## 4. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA UNIDADE

O Hospital Universitário Pedro Ernesto é um hospital que data do ano de 1950 que é caracterizado como um estabelecimento especializado, de natureza pública, administração direta, compondo o conjunto de equipamentos assistenciais de saúde da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com 314 leitos gerais, 73 leitos complementares e 02 leitos de hospital dia (Fonte: CNES, 2017). Ele se caracteriza como um centro de excelência na área de saúde, dispondo de um corpo clínico formado por profissionais com reconhecimento nacional e internacional, mantendo programas permanentes de atualização e modernização através de recursos captados com projetos desenvolvidos por seus profissionais.



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

09/002282/20

Processo nº 09/002.941/2016	
Data de Autuação 19/07/2016	
Rubrica 2	Fls. 687

**Quadro 1. Síntese da caracterização do Hospital Universitário Pedro Ernesto - HUPE.**

<b>Tipo de Estabelecimento</b> <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Especializado	<b>Porte Hospitalar:</b> <input type="checkbox"/> Pequeno (<200leitos) <input checked="" type="checkbox"/> Médio (200-399 leitos) <input type="checkbox"/> Grande (<400leitos)
<b>Tipo de Atendimento</b> <input type="checkbox"/> SADT <input type="checkbox"/> Ambulatorial <input checked="" type="checkbox"/> Hospitalar	<b>Gestor do SUS signatário do contrato</b> <input type="checkbox"/> Estadual <input checked="" type="checkbox"/> Municipal
<b>Nível de Atenção</b> <input checked="" type="checkbox"/> Alta Complexidade <input type="checkbox"/> Média Complexidade	<b>Profissionais:</b> Número de médicos: 1.167 Número de outros profissionais de nível superior: 1962 Detalhamento no item X.
<b>Serviço de urgência e emergência:</b> <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
<b>Número de leitos:</b> <input checked="" type="checkbox"/> 314 Geral <input type="checkbox"/> 73 UTI <input checked="" type="checkbox"/> 02 Hospital dia	<b>Serviço de maternidade:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<b>Número de leitos de UTI tipo II:</b> <input type="checkbox"/> 0 Adulto <input type="checkbox"/> 0 Neonatal <input type="checkbox"/> 0 Pediátrico <input type="checkbox"/> 0 UCO	<b>Se SIM, habilitado em GAR:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<b>Número de leitos de UTI tipo III</b> <input checked="" type="checkbox"/> 38 Adulto <input type="checkbox"/> 25 Neonatal <input type="checkbox"/> 0 Pediátrico <input type="checkbox"/> 10 UCO	<b>Demanda:</b> <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Referenciada
<b>Habilitação em Alta Complexidade</b> <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
<b>Inserção nas redes temáticas de Saúde</b> <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/002282/20

Processo nº 09/002.941/2016

Data de Autuação

19/07/2016

Rubrica

Fls.

#### 4.1. Capacidade instalada

##### 4.1.1. Instalações físicas para a assistência

AMBULATORIAL	QTDE./CONSULTÓRIO	LEITOS/EQUIPAMENTOS
CLINICAS BASICAS	70	0
CLINICAS ESPECIALIZADAS	143	0
ODONTOLOGIA	5	0
OUTROS CONSULTORIOS NAO MEDICOS	16	0
SALA DE CURATIVO	5	0
SALA DE ENFERMAGEM (SERVICOS)	13	0
SALA DE GESSO	1	0
SALA DE IMUNIZACAO	4	0
SALA DE NEBULIZACAO	4	0
SALA DE PEQUENA CIRURGIA	6	0
SALA DE REPOUSO/OBSERVACAO - INDIFERENCIADO	4	12
SALA REPOUSO/OBSERVACAO - PEDIATRICA	3	4
HOSPITALAR	QTDE./CONSULTÓRIO	LEITOS/EQUIPAMENTOS
SALA DE CIRURGIA	11	0
SALA DE RECUPERACAO	2	7
SALA DE CIRURGIA	2	0
SALA DE CURETAGEM	1	0
SALA DE PARTO NORMAL	2	0
SALA DE PRE-PARTO	4	4
LEITOS DE ALOJAMENTO CONJUNTO	0	0
LEITOS RN PATOLOGICO	0	0
SERVICOS DE APOIO	CARACTERISTICA	
AMBULANCIA	PROPRIO	
CENTRAL DE ESTERILIZACAO DE MATERIAIS	PROPRIO	
FARMACIA	PROPRIO	
LACTARIO	PROPRIO	
LAVANDERIA	TERCEIRIZADO	
NECROTERIO	PROPRIO	
NUTRICAO E DIETETICA (S.N.D.)	TERCEIRIZADO	
S.A.M.E. OU S.P.P.(SERVIÇO DE PRONTUARIO DE PACIENTE)	PROPRIO	
SERVICO DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS	PROPRIO	
SERVICO SOCIAL	PROPRIO	

Fonte: MS/DATASUS/CNES. Dados extraídos em 23de junho de 2017.

##### 4.1.2. Quantitativo de leitos hospitalares

ESPECIALIDADES CIRÚRGICAS	Leitos Existentes	Leitos SUS <sup>2</sup>
01-BUCO MAXILO FACIAL	-	-
02-CARDIOLOGIA	-	-
03-CIRURGIA GERAL	33	33
04-ENDOCRINOLOGIA	-	-
05-GASTROENTEROLOGIA	-	-
06-GINECOLOGIA	16	16
08-NEFROLOGIAUROLOGIA	20	20
09-NEUROCIRURGIA	6	6
11-OFTALMOLOGIA	-	-
12-ONCOLOGIA	-	-
13-ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA	-	-

<sup>1</sup> Leitos Existentes: Quantidade de leitos encontrados na unidade.

<sup>2</sup> Leitos SUS: Quantidade de leitos contratados ao SUS e habilitados pelo Ministério da Saúde.



PREFEITURA DA CIDADE DO

**RIO DE JANEIRO****SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Processo nº 09/002.941/2016

Data de Autuação

19/07/2016

Rubrica

Fls.

14-OTORRINOLARINGOLOGIA	-	-
15-PLASTICA	8	8
16-TORÁCICA	19	19
67-TRANSPLANTE	2	2
90-QUEIMADO ADULTO	-	-
-Subtotal	104	104
<b>ESPECIALIDADES CLÍNICAS</b>	<b>Leitos Existentes</b>	<b>Leitos SUS</b>
31-AIDS	-	-
32-CARDIOLOGIA	21	21
33-CLINICA GERAL	68	68
35-DERMATOLOGIA	-	-
36-GERIATRIA	-	-
37-HANSENOLOGIA	-	-
38-HEMATOLOGIA	4	4
40-NEFROUROLOGIA	14	14
41-NEONATOLOGIA	-	-
42-NEUROLOGIA	6	6
44-ONCOLOGIA	-	-
46-PNEUMOLOGIA	-	-
87-SAUDE MENTAL	-	-
88-QUEIMADO ADULTO	-	-
Subtotal	113	113
<b>LEITOS COMPLEMENTARES</b>	<b>Leitos Existentes</b>	<b>Leitos SUS</b>
65-UNIDADE INTERMEDIARIA NEONATAL	-	-
66-UNIDADE ISOLAMENTO	-	-
74-UTI ADULTO - TIPO I	-	-
75-UTI ADULTO - TIPO II	-	-
76-UTI ADULTO - TIPO III	38	29
78-UTI PEDIATRICA - TIPO II	-	-
79-UTI PEDIATRICA - TIPO III	-	-
81-UTI NEONATAL - TIPO II	-	-
82-UTI NEONATAL - TIPO III	25	25
83-UTI QUEIMADOS	-	-
85-UTI CORONARIANA TIPO II	-	-
86-UTI CORONARIANA TIPO III	-	-
92-UCI NEONATAL CONVENCIONAL	10	0
93-UCI NEONATAL CANGURU	-	-
94-UCI PEDIATRICO	-	-
95-UCI ADULTO	-	-
Subtotal	73	54
<b>LEITOS OBSTÉTRICOS</b>	<b>Leitos Existentes</b>	<b>Leitos SUS</b>
10-OBSTETRICIA CIRURGICA	23	23
43-OBSTETRICIA CLINICA	17	17
Subtotal	40	40
<b>LEITOS PEDIÁTRICOS</b>	<b>Leitos Existentes</b>	<b>Leitos SUS</b>
45-PEDIATRIA CLINICA	36	36
68-PEDIATRIA CIRURGICA	5	5
Subtotal	41	41
<b>OUTRAS ESPECIALIDADES</b>	<b>Leitos Existentes</b>	<b>Leitos SUS</b>
34-CRONICOS	4	4
47-PSIQUIATRIA	13	13
48-REABILITACAO	-	-
49-PNEUMOLOGIA SANITARIA	-	-
84-ACOLHIMENTO NOTURNO	-	-
Subtotal	17	17
<b>HOSPITAL DIA</b>	<b>Leitos Existentes</b>	<b>Leitos SUS</b>
07-CIRURGICO/DIAGNOSTICO/TERAPEUTICO	-	-
69-AIDS	1	1



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/002282/20

Processo nº 09/002.941/2016

Data de Autuação

19/07/2016

Rubrica

Fls.

0

690

71-INTERCORRENCIA POS-TRANSPLANTE	-	-
72-GERIATRIA	-	-
73-SAUDE MENTAL	-	-
Subtotal	1	1
TOTAL GERAL	389	370

Fonte: MS/DATASUS/CNES. Dados extraídos em 23 de junho de 2017.

**4.1.3. Parque tecnológico instalado – Equipamentos**

EQUIPAMENTOS DE AUDIOLOGIA	EXISTENTE	EM USO	SUS
AUDIOMETRO DE DOIS CANAIS	-	-	-
AUDIOMETRO DE UM CANAL	2	2	Sim
CABINE ACÚSTICA	2	2	Sim
EMISSOES OTOACÚSTICAS EVOCADAS PROD DISTORÇÃO	1	1	Sim
EMISSOES OTOACÚSTICAS EVOCADAS TRANSIENTES	1	1	Sim
GANHO DE INSERCAO	-	-	-
HI-PRO	-	-	-
IMITANCIÔMETRO	2	2	Sim
IMITANCIÔMETRO MULTIFREQUENCIAL	-	-	-
POT EVOCADO AUD TRONCO ENCEF DE CURTA MEDIA E LONGA LATÊNCIA	1	1	Sim
POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO DE TRONCO ENCEFÁLICO AUTOMÁTICO	1	1	Sim
SISTEMA COMPLETO DE REFORÇO VISUAL (VRA)	-	-	-
SISTEMA DE CAMPO LIVRE	-	-	-
EQUIPAMENTOS DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM	EXISTENTE	EM USO	SUS
GAMA CAMARA	1	0	Sim
MAMÓGRAFO COM COMANDO SIMPLES	1	1	Sim
MAMÓGRAFO COM ESTEREOTAXIA	1	1	Sim
PROCESSADORA DE FILME EXCLUSIVA PARA MAMOGRAFIA	1	1	Sim
RAIO X ATE 100 MA	1	1	Sim
RAIO X COM FLUOROSCOPIA	1	1	Sim
RAIO X DE 100 A 500 MA	8	7	Sim
RAIO X DE MAIS DE 500 MA	6	4	Sim
RAIO X PARA DENSITOMETRIA OSSEA	1	1	Sim
RAIO X PARA HEMODINAMICA	2	1	Sim
RESSONÂNCIA MAGNETICA	1	1	Sim
TOMÓGRAFO COMPUTADORIZADO	2	2	Sim
ULTRASSOM CONVENCIONAL	4	4	Sim
ULTRASSOM DOPPLER COLORIDO	7	7	Sim
ULTRASSOM ECOGRAFO	3	3	Sim
EQUIPAMENTOS DE INFRA-ESTRUTURA	EXISTENTE	EM USO	SUS
CONTROLE AMBIENTAL/AR-CONDICIONADO CENTRAL	6	5	Sim
GRUPO GERADOR	3	1	Sim
USINA DE OXIGENIO	1	1	Sim
EQUIPAMENTOS DE ODONTOLOGIA	EXISTENTE	EM USO	SUS
EQUIPO ODONTOLOGICO	3	3	Sim
COMPRESSOR ODONTOLOGICO	1	1	Sim
FOTOPOLIMERIZADOR	1	1	Sim
EQUIPAMENTOS PARA MANUTENCAO DA VIDA	EXISTENTE	EM USO	SUS
BERÇO AQUECIDO	14	14	Sim
BOMBA DE INFUSAO	630	630	Sim
BOMBA/BALÃO INTRA-AÓRTICO	1	1	Sim
DESFIBRILADOR	24	24	Sim
EQUIPAMENTO DE FOTOTERAPIA	34	34	Sim
INCUBADORA	30	27	Sim





PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/002282/20

El49  
D

Processo nº 09/002.941/2016

Data de Autuação

19/07/2016

Rubrica

Fls.

2 691

MARCAPASSO TEMPORÁRIO	3	3	Sim
MONITOR DE ECG	61	61	Sim
MONITOR DE PRESSÃO INVASIVO	6	6	Sim
MONITOR DE PRESSÃO NÃO-INVASIVO	26	26	Sim
REANIMADOR PULMONAR/AMBU	180	180	Sim
RESPIRADOR/VENTILADOR	55	55	Sim
EQUIPAMENTOS POR METODOS GRAFICOS	EXISTENTE	EM USO	SUS
ELETROCARDIOGRAFO	28	26	Sim
ELETROENCEFALOGRAFO	2	1	Sim
EQUIPAMENTOS POR METODOS OPTICOS	EXISTENTE	EM USO	SUS
ENDOSCÓPIO DIGESTIVO	13	13	Sim
BIOMICROSCOPIO (LAMPADA DE FENDA)	9	9	Sim
CADEIRA OFTALMOLOGICA	6	6	Sim
CAMPIMETRO	2	2	Sim
CERATOMETRO	2	2	Sim
COLUNA OFTALMOLOGICA	6	6	Sim
ENDOSCÓPIO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS	9	6	Sim
ENDOSCÓPIO DAS VIAS URINÁRIAS	3	3	Sim
EQUIPAMENTOS PARA OPTOMETRIA	-	-	-
LAPAROSCÓPIO/VÍDEO	3	3	Sim
LENSOMETRO	1	1	Sim
MICROSCÓPIO CIRURGICO	10	6	Sim
OFTALMOSCOPIO	5	5	Sim
PROJETOR OU TABELA DE OPTOTIPOS	6	6	Sim
REFRATOR	3	3	Sim
RETINOSCOPIO	6	6	Sim
TONOMETRO DE APLANACAO	2	2	Sim
OUTROS EQUIPAMENTOS	EXISTENTE	EM USO	SUS
APARELHO DE DIATERMIA POR ULTRASSOM/ONDAS CURTAS	6	6	Sim
APARELHO DE ELETROESTIMULAÇÃO	3	3	Sim
BOMBA DE INFUSAO DE HEMODERIVADOS	-	-	-
EQUIPAMENTO DE CIRCULACAO EXTRACORPOREA	3	3	Sim
EQUIPAMENTO PARA HEMODIALISE	16	16	Sim
EQUIPAMENTOS DE AFÉRESE	1	1	Sim
FORNO DE BIER	4	4	Sim

Fonte: MS/DATASUS/CNES. Dados extraídos em 23 de junho de 2017.

#### 4.1.4. Recursos humanos assistenciais

CBO	CATEGORIAS PROFISSIONAIS	QUANTIDADE
<b>ESPECIALIDADES MÉDICAS</b>		
2251-48	MÉDICO ANATOMO-PATOLOGISTA	11
2251-51	MÉDICO ANESTESIOLOGISTA	63
2251-22	MÉDICO CANCEROLOGISTA PEDIÁTRICO	1
2251-20	MÉDICO CARDIOLOGISTA	56
2252-10	MÉDICO CIRURGIÃO CARDIOVASCULAR	09
2252-90	MÉDICO CANCEROLOGISTA CIRURGICO	28
2252-25	MÉDICO CIRURGIÃO GERAL	15
2252-35	MÉDICO CIRURGIÃO PLÁSTICO	11
2252-30	MÉDICO CUIRURGIÃO PEDIÁTRICO	04
2252-40	MÉDICO CIRURGIÃO TORACICO	04
2252-03	MÉDICO EM CIRURGIA VASCULAR	06



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/002282/20

Processo nº 09/002.941/2016

Data de Autuação

19/07/2016

Rubrica

Fls.

692

2251-25	MÉDICO CLÍNICO	82
2251-35	MÉDICO DERMATOLOGISTA	12
2251-55	MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA E METABOLOGISTA	17
2253-10	MÉDICO ENDOSCOPIA	02
2251-60	MÉDICO FISIATRA	04
2251-65	MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA	09
2252-50	MÉDICO GINECOLOGISTA	58
2251-75	MEDICO GENETICISTA	02
2251-85	MÉDICO HEMATOLOGISTA	12
2253-40	MEDICO HEMOTERAPEUTA	03
2251-10	MÉDICO ALERGISTA E IMUNOLÓGISTA	05
2251-03	MÉDICO INFECTOLOGISTA	10
2251-50	MÉDICO EM MEDICINA INTENSIVA	33
2253-15	MÉDICO EM MEDICINA NUCLEAR	04
2251-09	MÉDICO NEFROLOGISTA	22
2252-60	MÉDICO NEUROCIRURGIÃO	7
2251-12	MÉDICO NEUROLOGISTA	21
2251-18	MÉDICO NUTROLOGISTA	02
2252-65	MÉDICO OFTALMOLOGISTA	18
2251-21	MÉDICO ONCOLOGISTA CLÍNICO	22
2252-70	MÉDICO ORTOPEDISTA E TRAUMATOLOGISTA	13
2252-75	MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA	12
2253-35	MÉDICO PATOLOGISTA CLÍNICO/ MEDICINA LABORATORIAL	01
2251-24	MÉDICO PEDIATRA	61
2251-27	MÉDICO PNEUMOLOGISTA	14
2252-80	MÉDICO COLOPROCTOLOGISTA	03
2251-33	MÉDICO PSIQUIATRA	24
2253-20	MÉDICO EM RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM	37
2253-30	MÉDICO RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM	03
2251-36	MÉDICO REUMATOLOGISTA	10
2252-85	MÉDICO UROLOGISTA	22
2231F9	MÉDICO RESIDENTE	415
2233-05	MÉDICO VETERINÁRIO	0
SUBTOTAL		1167
OUTROS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR		
2516-05	ASSISTENTE SOCIAL	57
2235-05	ENFERMEIRO	331
2235-20	ENFERMEIRO DE CENTRO CIRÚRGICO	19
2235-25	ENFERMEIRO DE TERAPIA INTENSIVA	07
2235-30	ENFERMEIRO DO TRABALHO	10



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/002282/20

Processo nº 09/002.941/2016	
Data de Autuação 19/07/2016	
Rubrica	Fls.
	693

2235-35	ENFERMEIRO NEFROLOGISTA	06
2235-40	ENFERMEIRO NEONATOLOGISTA	13
2235-45	ENFERMEIRO OBSTETRICO	26
2235-50	ENFERMEIRO PSIQUIATRICO	07
2235-60	ENFERMEIRO SANITARISTA	01
2235-70	PERFUSIONISTA	03
2234-05	FARMACÊUTICO	16
2234-15	FARMACÊUTICO ANALISTA CLÍNICO	05
2131-50	FÍSICO (MEDICINA)	01
2131-55	FÍSICO (NUCLEAR E REATORES)	01
2236-05	FISIOTERAPEUTA	65
2236-50	FISIOTERAPEUTA ACUNPUTURISTA	01
2238-10	FONOAUDIÓLOGO	32
2237-10	NUTRICIONISTA	77
2232-08	CIRURGIAO DENTISTA CLINICO GERAL	11
2232-40	CIRURGIAO DENTISTA ORTOPEDISTA E ORTODONTISTA	01
2232-68	CIRURGIAO DENTISTA TRAUMATOLOGISTA BUCOMAXILOFACIAL	06
2515-50	PSICANALISTA	01
2515-10	PSICOLOGO CLINICO	51
2211-05	BIOLÓGO	42
2212-05	BIOMEDICO	02
2239-05	TERAPEUTA OCUPACIONAL	02
SUBTOTAL		794
TOTAL		1962

Fonte: MS/DATASUS/CNES. Dados extraídos em 23 de junho de 2017.

## 5. DESCRITIVO GERAL DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

O presente documento tem por objetivo definir a forma de participação e integração dos serviços do HUPE UERJ na Rede de Atenção à Saúde do Município do Rio de Janeiro, conforme o modelo assistencial estabelecido no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir dos seguintes eixos de ação:

- a) **Assistência:** prestação de assistência integral e humanizada aos usuários, na média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, em diversas especialidades de acordo com a pactuação estabelecida.



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/002282/20

Processo nº 09/002.941/2016	
Data de Autuação 19/07/2016	
Rubrica e	Fls. 694

- b) **Gestão:** implementação de atividades de planejamento, coordenação, integração e monitoramento dos processos assistenciais e administrativos desenvolvidos, visando ao efetivo cumprimento da missão da instituição e à melhoria contínua da qualidade da assistência prestada.
- c) **Ensino e Pesquisa:** realização de atividades de educação permanente e de formação de profissionais de saúde, bem como de projetos de pesquisa, de extensão e de desenvolvimento e avaliação de modelos na área da saúde.
- d) **Avaliação:** avaliar os resultados internos, visando à segurança, efetividade e eficiência na qualidade dos serviços prestados, bem como cumprimento das metas e a resolutividade das ações e serviços por meio de indicadores quali-quantitativos pactuados no âmbito do presente documento descritivo.

### 5.1. Assistência

O HUPE é referência para consultas, procedimentos e internações em média e alta complexidade, em especialidades clínicas e cirúrgicas para clientela referenciada pela Central de Regulação do Município do Rio de Janeiro e/ou pela Central de Regulação Estadual, quando relativos aos procedimentos pactuados no âmbito da REUNI/RJ.

Constitui também referência para o Estado do Rio de Janeiro, principalmente para a região metropolitana I, para a atenção ambulatorial e hospitalar de alta complexidade, conforme acordo intergestores por meio da Programação Pactuada e Integrada-PPI.

O HUPE UERJ integra as Políticas Prioritárias do Ministério da Saúde sumarizado o atendimento das principais demandas do Gestor para apoio às Redes Temáticas, na cidade do Rio de Janeiro.

A instituição possui as seguintes habilitações:

**Quadro 2.** Síntese da caracterização do Hospital Universitário Pedro Ernesto - HUPE.

Nº	TIPO DE HABILITAÇÃO	PORTARIA/ANO
1	HOSPITAL AMIGO DA CRIANÇA*	-----
2	UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR	GM 2.736/2014



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 09/002.941/2016

Data de Autuação

19/07/2016

Rubrica

Fls.

695

3	UNIDADE DE ASSISTENCIA DE ALTA COMPLEXIDADE EM NEFROLOGIA (SERVIÇO DE NEFROLOGIA)	PT SAS 1089/2012
4	TRATAMENTO DO GLAUCOMA COM MEDICAMENTOS NO AMBITO DA POLITICA NACIONAL DE ATENCAO OFTALMOLOGICA	MEMO CGCSS/DRAC/125/2013
5	UNIDADE DE ASSISTENCIA DE ALTA COMPLEXIDADE EM NEUROLOGIA/NEUROCIRURGIA	PT SAS 646/2008
6	CIRURGIA CARDIOVASCULAR E PROCEDIMENTOS EM CARDIOLOGIA INTERVENCIONISTA	SAS 80/2008
7	UNACON COM SERVICO DE RADIOTERAPIA	PT SAS 62/2009
8	CIRURGIA VASCULAR	SAS 80/2008
9	UNACON COM SERVICO DE HEMATOLOGIA	PT SAS 62/2009
10	LABORATÓRIO DE ELETROFISIOLOGIA, CIRURGIA CARDIOVASCULAR E PROCEDIMENTOS DE CARDIOLOGIA INTERVENCIONISTA. O	SAS 1060/2012
11	ONCOLOGIA CIRURGICA HOSPITAL PORTE B	PT GM 3398/2016
12	LAQUEADURA	FAX 44/2005 SMS/RJ/2008
13	SERVICO HOSPITALAR PARA TRATAMENTO AIDS*	-----
14	LABORATÓRIO ESPECIALIZADO EM CONTAGEM DE LINFÓCITOS T CD4+/CD8+	PT SAS 82/2011
15	HOSPITAL DIA - AIDS*	-----
16	RIM	PT SAS 1462/2016
17	UNIDADE DE ASSISTENCIA DE ALTA COMPLEXIDADE CARDIOVASCULAR*	SAS 80/2008
18	RETIRADA DE ORGAOS E TECIDOS	RP PT SAS 511/2010
19	CIRURGIA VASCULAR E PROCEDIMENTOS ENDOVASCULARES EXTRACARDIACOS	SAS 1060/2012
20	LABORATÓRIO ESPECIALIZADO EM CONTAGEM DE LINFÓCITOS T CD4+/CD8+ e HIV-1 QUANTIFICAÇÃO do RNA	172 SAS/2001
21	VIDEOCIRURGIAS*	-----
22	UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL TIPO III - UTIN III	SAS 636/2015
23	UTI III ADULTO	PT SAS 687/1999
24	UNIDADE DE ASSISTENCIA DE ALTA COMPLEXIDADE EM TRAUMATO-ORTOPEDIA*	SAS90RETF/2009
25	LABORATÓRIO ESPECIALIZADO EM QUANTIFICAÇÃO do RNA do HIV-1	SAS 082/2011
26	CUIDADOS PROLONGADOS - ENFERMIDADES ONCOLÓGICAS*	-----



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/002282/20

Processo nº 09/002.941/2016	
Data de Autuação 19/07/2016	
Rubrica <i>el</i>	Fls. <i>696</i>

27	CIRURGIA CARDIOVASCULAR PEDIATRICA	SAS 80/2008
28	REFERENCIA HOSPITALAR EM ATENDIMENTO TERCARIO A GESTACAO DE ALTO RISCO	PORTARIA No- 3.018, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

FONTE: MS/DATASUS/SCNES. Dados extraídos em 23 de junho de 2017.

\* Portarias não descritas no CNES.

As habilitações em serviços de atenção especializada são importantes marcadores de qualidade da assistência prestada ao SUS, uma vez que informa padrões mínimos de estrutura e qualidade a serem garantidos pelas unidades. O HUPE – UERJ apresenta 28 habilitações, sendo 11 referências em alta complexidade. Uma expressão da importância da instituição para a Rede de Alta Complexidade é a habilitação para “UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR”, serviço de referência estadual e nacional.

Diante da importância das habilitações como requisito de qualidade da atenção prestada, a unidade deve se responsabilizar pela manutenção das habilitações conferidas pelo Ministério da Saúde, respeitando os limites mínimos de produção para procedimentos relativos a cada habilitação, com vistas garantindo continuidade na prestação de serviços habilitados.

Especificamente em relação à habilitação de UNACON, a unidade deve garantir o cumprimento mínimo dos seguintes procedimentos descritos, conforme disposto na Portaria GM/MS nº140, de 27 de fevereiro de 2014:

**Quadro 3.** Produção mínima exigida de procedimentos segundo mês e ano:

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE MENSAL MÍNIMA	QUANTIDADE ANUAL MÍNIMA
EXAMES DE ULTRASSONOGRRAFIA	640	7.680
EXAMES DE ENDOSCOPIAS	160	1.920
COLONOSCOPIAS E RETOSSIGMOIDOSCOPIAS	240	2.880
EXAMES DE ANATOMIA PATOLÓGICA	200	2.400

**Quadro 4.** Produção mínima exigida de procedimentos de Radioterapia por equipamento instalado segundo mês e ano:

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE MENSAL MÍNIMA (EM CAMPOS)	QUANTIDADE ANUAL MÍNIMA (EM CAMPOS)
RADIOTERAPIA(COBALTOTERAPIA, ACELERADOR LINEAR DE FÓTONS, ACELERADOR LINEAR DE FÓTONS E ELÉTRONS)	3.583	43.000





PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/002282/20

Processo nº 09/002.941/2016

Data de Autuação

19/07/2016

Rubrica

Fls.

697

Para as demais habitações, considerar os limites previstos nas normas ministeriais específicas para cada habilitação.

Em relação aos serviços prestados, a instituição possui os seguintes serviços e classificações:

SERVIÇO
<b>ATENÇÃO A DOENÇA RENAL CRÔNICA</b>
CONFECCAO INTERVENCAO DE ACESSOS PARA DIALISE
TRATAMENTO DIALITICO
<b>ATENÇÃO EM UROLOGIA</b>
LITOTRIPSIA
<b>ATENÇÃO ESPECIALIZADA NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR</b>
ACOMP CLINICO PRE E POS OPERATORIO E HORMONIOTERAPIA
CIRURGIA E ACOMPANHAMENTO PRE E POS-OPERATORIO
<b>CIRURGIA VASCULAR</b>
FISTULA ARTERIOVENOSA COM ENXERTO
FISTULA ARTERIOVENOSA SEM ENXERTO
<b>HOSPITAL DIA</b>
AIDS
GERIATRICO
SAUDE MENTAL
<b>MEDICINA NUCLEAR</b>
MEDICINA NUCLEAR IN VITRO
MEDICINA NUCLEAR IN VIVO
<b>SERVICO DE ATENCAO A DST HIV/AIDS</b>
CENTRO DE REFERENCIA E TREINAMENTO – CRT
CENTRO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO – CTA
SERVICO DE ATENCAO ESPECIALIZADA – SAE
<b>SERVICO DE ATENCAO A SAUDE AUDITIVA</b>
DIAGNOSTICO EM AUDIOLOGIA/OTOLOGIA
IMPLANTE COCLEAR
<b>SERVICO DE ATENCAO A SAUDE DO TRABALHADOR</b>
ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO EM SAUDE DO TRABALHADOR
<b>SERVICO DE ATENCAO A SAUDE REPRODUTIVA</b>
ATENCAO A INFERTILIDADE
CONTRACEPCAO CLINICA
LAQUEADURA
VASECTOMIA
<b>SERVICO DE ATENCAO AO PACIENTE COM TUBERCULOSE</b>
DIAGNOSTICO E TRATAMENTO



PREFEITURA DA CIDADE DO

**RIO DE JANEIRO****SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Processo nº 09/002.941/2016

Data de Autuação

19/07/2016

Rubrica

Fls.

e

698

TRATAMENTO MULTIDROGAS RESISTENTES

**SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO**

ACOMPANHAMENTO DO PRE-NATAL DE ALTO RISCO

ACOMPANHAMENTO DO PRE-NATAL DE RISCO HABITUAL

PARTO EM GESTACAO DE ALTO RISCO

PARTO EM GESTACAO DE RISCO HABITUAL

**SERVICO DE ATENCAO CARDIOVASCULAR / CARDIOLOGIA**

CARDIOLOGIA ENDOVASCULAR EXTRACARDIACO

CARDIOLOGIA INTERVENCIONISTA (HEMODINAMICA)

CIRURGIA CARDIOVASCULAR (ADULTO)

CIRURGIA CARDIOVASCULAR (PEDIATRICO)

CIRURGIA VASCULAR

ELETROFISIOLOGIA

**SERVICO DE ATENCAO DOMICILIAR**

ASSISTENCIA DOMICILIAR

**SERVICO DE ATENCAO EM NEUROLOGIA / NEUROCIRURGIA**

COLUNA E NERVOS PERIFERICOS

NEUROCIRURGIA DO TRAUMA E ANOMALIAS DO DESENVOLVIMENTO

NEUROCIRURGIA FUNCIONAL ESTEREOTAXICA

NEUROCIRURGIA VASCULAR

POLISSONOGRAMA

TRATAMENTO ENDOVASCULAR

TRATAMENTO NEUROCIRURGICO DA DOR FUNCIONAL

TUMORES DO SISTEMA NERVOSO

**SERVICO DE ATENCAO EM SAUDE BUCAL**

CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL

CIRURGIA ORAL

DENTISTICA

**SERVICO DE ATENCAO INTEGRAL EM HANSENIASE**

SERVICO DE ATENCAO INTEGRAL EM HANSENIASE TIPO III

**SERVICO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL**

SERVICO HOSPITALAR PARA ATENCAO A SAUDE MENTAL

**SERVICO DE CIRURGIA REPARADORA**

TRATAMENTO DA LIPOATROFIA FACIAL DO PORTADOR DE HIV/AIDS

TRATAMENTO EM QUEIMADOS

**SERVICO DE CIRURGIA TORACICA**

CIRURGIA TORACICA

**SERVICO DE CONTROLE DE TABAGISMO**

ABORDAGEM E TRATAMENTO DO FUMANTE

**SERVICO DE DIAGNOSTICO POR ANATOMIA PATOLOGICA E OU CITOPATO**

EXAMES ANATOMOPATOLOGICOS

EXAMES CITOPATOLOGICOS

**SERVICO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM**



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/002282/20

Processo nº 09/002.941/2016

Data de Autuação

19/07/2016

Rubrica

Fls.

MAMOGRAFIA
RADIOLOGIA
RADIOLOGIA INTERVENCIONISTA
RESSONANCIA MAGNETICA
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA
ULTRASONOGRAFIA
<b>SERVICO DE DIAGNOSTICO POR LABORATORIO CLINICO</b>
EXAMES BIOQUIMICOS
EXAMES COPROLOGICOS
EXAMES DE GENETICA
EXAMES DE UROANALISE
EXAMES DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL
EXAMES EM OUTROS LIQUIDOS BIOLOGICOS
EXAMES HEMATOLOGICOS E HEMOSTASIA
EXAMES HORMONAIS
EXAMES IMUNOHEMATOLOGICOS
EXAMES MICROBIOLOGICOS
EXAMES PARA TRIAGEM NEONATAL
EXAMES SOROLOGICOS E IMUNOLOGICOS
EXAMES TOXICOLOGICOS OU DE MONITORIZACAO TERAPEUTICA
<b>SERVICO DE DIAGNOSTICO POR METODOS GRAFICOS DINAMICOS</b>
EXAME ELETROCARDIOGRAFICO
EXAME ELETROCARDIOGRAFICO POR TELEMEDICINA
EXAME ELETROENCEFALOGRAFICO
TESTE DE HOLTER
TESTE ERGOMETRICO
<b>SERVICO DE DISPENSACAO DE ORTESES PROTESES E MATERIAIS ESPECIAIS</b>
OPM BUCO MAXILO FACIAL
OPM EM NEFROLOGIA
<b>SERVICO DE ENDOCRINOLOGIA</b>
CIRURGIA DE GLANDULAS ENDOCRINAS
DIAGNOSTICO/TRATAMENTO DAS DOENCAS ENDOCRINAS METABOLICAS E
<b>SERVICO DE ENDOSCOPIA</b>
DO APARELHO DIGESTIVO
DO APARELHO GINECOLOGICO
DO APARELHO RESPIRATORIO
DO APARELHO URINARIO
<b>SERVICO DE FARMACIA</b>
FARMACIA HOSPITALAR
<b>SERVICO DE FISIOTERAPIA</b>
ASSISTENCIA FISIOTERAPEUTICA CARDIOVASCULARES E PNEUMOFUNCI
ASSISTENCIA FISIOTERAPEUTICA EM ALTERACOES OBSTETRICAS NEON
ASSISTENCIA FISIOTERAPEUTICA EM ALTERACOES ONCOLOGICAS



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/002282/20

Processo nº 09/002.941/2016

Data de Autuação

19/07/2016

Rubrica

Fis.

ASSISTENCIA FISIOTERAPEUTICA EM OFTALMOLOGIA
ASSISTENCIA FISIOTERAPEUTICA NAS ALTERACOES EM NEUROLOGIA
ASSISTENCIA FISIOTERAPEUTICA NAS DISFUNCOES MUSCULO ESQUELET
DIAGNOSTICO CINETICO FUNCIONAL
<b>SERVICO DE HEMOTERAPIA</b>
DIAGNOSTICO EM HEMOTERAPIA
MEDICINA TRANSFUSIONAL
PROCEDIMENTOS DESTINADOS A OBTENCAO DO SANGUE PFINS DE ASSI
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS EM HEMOTERAPIA
<b>SERVICO DE LABORATORIO DE HISTOCOMPATIBILIDADE</b>
EXAMES DE HISTOCOMPATIBILIDADE POR MEIO SOROLOGIA
EXAMES DE HISTOCOMPATIBILIDADE POR SOROLOGIA E BIOLOGIA
<b>SERVICO DE OFTALMOLOGIA</b>
DIAGNOSTICO EM OFTALMOLOGIA
TRATAMENTO CIRURGICO DO APARELHO DA VISAO
TRATAMENTO CLINICO DO APARELHO DA VISAO
<b>SERVICO DE ONCOLOGIA</b>
HEMATOLOGIA
ONCOLOGIA CIRURGICA
ONCOLOGIA CLINICA
ONCOLOGIA PEDIATRICA
RADIOTERAPIA
<b>SERVICO DE PNEUMOLOGIA</b>
TRATAMENTO DE DOENCAS DAS VIAS AEREAS INFERIORES
<b>SERVICO DE PRATICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES</b>
ACUPUNTURA
HOMEOPATIA
OUTRAS TECNICAS EM MEDICINA TRADICIONAL CHINESA
PRATICAS CORPORAISATIVIDADE FISICA
<b>SERVICO DE REABILITACAO</b>
REABILITACAO AUDITIVA
REABILITACAO FISICA
<b>SERVICO DE SUPORTE NUTRICIONAL</b>
ENTERAL
ENTERAL PARENTERAL
ENTERAL PARENTERAL COM MANIPULACAO FABRICACAO
<b>SERVICO DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA</b>
SERVICO DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA
SERVICO DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA PEDIATRICA(ATE 21 ANOS)
<b>SERVICO DE TRIAGEM NEONATAL</b>
TRATAMENTO RECEM NASCIDO COM HIPOTIREOIDISMO E FENILCETONURI
TRATAMENTO RECEM NASCIDO COM OUTRAS DOENCAS CONGENITAS
TRATAMENTO RECEM NASCIDO DOENCAS FALCIFORMES



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/002282/20

Processo nº 09/002.941/2016	
Data de Autuação 19/07/2016	
Rubrica <i>Q</i>	Fls. <i>701</i>

TRATAMENTO RECEMNASCIDO FIBROSE CISTICA
<b>SERVICO DE VIDEOLAPAROSCOPIA</b>
CIRURGICA
DIAGNOSTICA
<b>SERVICO DE VIGILANCIA EM SAUDE</b>
NUCLEO DE VIGILANCIA HOSPITALAR
VIGILANCIA AMBIENTAL
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
<b>TRANSPLANTE</b>
ACOES PARA DOACAO E CAPTACAO DE ORGAOS E TECIDOS
ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE TRANSPLANTADO
CONTAGEM ENDOTELIAL CORNEANA
CORACAO
CORNEA/ESCLERA
MEDULA OSSEA
RETIRADA DE ORGAOS
RIM
SEP. AVAL. BIOMICROSCOPICA E CONSERVACAO DA CORNEA/ESCLERA

Fonte: MS/DATASUS/CNES. Dados extraídos em 23 de junho de 2017.


A assistência prestada no âmbito deste Documento Descritivo deverá estar em conformidade com as seguintes diretrizes, constantes no Art. 7º do ANEXO 02, do ANEXO XXIV, da Portaria de Consolidação nº 02/2017:

- I. Cumprir os compromissos contratualizados, zelando pela qualidade e resolutividade da assistência;
- II. Cumprir os requisitos assistenciais, em caso de ações e serviços de saúde de alta complexidade e determinações de demais atos normativos;
- III. Utilizar diretrizes terapêuticas e protocolos clínicos validados pelos gestores;
- IV. Realizar a gestão de leitos hospitalares com vistas à otimização da utilização;
- V. Assegurar a alta hospitalar responsável, conforme estabelecido na PNHOSP;
- VI. Implantar e/ou implementar as ações previstas na Portaria nº 529/GM/MS, de 1º de abril de 2013, que estabelece o Programa Nacional de Segurança do Paciente, contemplando, principalmente, as seguintes ações: a) implantação dos Núcleos de Segurança do Paciente; b) elaboração de planos para Segurança do Paciente; e c) implantação dos Protocolos de Segurança do Paciente;



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/002282/20

Processo nº 09/002.941/2016	
Data de Autuação 19/07/2016	
Rubrica 	Fls. 102

- VII. Garantir o Atendimento Humanizado, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH);
- VIII. Garantir assistência igualitária sem discriminação de qualquer natureza;
- IX. Garantir a igualdade de acesso e qualidade do atendimento aos usuários nas ações e serviços contratualizados em caso de oferta simultânea com financiamento privado;
- X. Garantir que todo o corpo clínico realize a prestação de ações e serviços para o SUS nas respectivas especialidades, conforme previsto no presente Documento Descritivo;
- XI. Promover a visita ampliada para os usuários internados;
- XII. Garantir a presença de acompanhante para crianças, adolescentes, gestantes, idosos e indígenas, de acordo com as legislações específicas;
- XIII. Disponibilizar informações sobre as intervenções, solicitando ao usuário consentimento livre e esclarecido para a realização procedimentos terapêuticos e diagnósticos, de acordo com legislações específicas;
- XIV. Notificar suspeitas de violência e negligência, de acordo com a legislação específica;
- XV. Disponibilizar o acesso dos prontuários à autoridade sanitária, bem como aos usuários e pais ou responsáveis de menores, de acordo com o Código de Ética Médica.
- XVI. Garantir a coordenação do cuidado a partir das Unidades de Atenção Primária, respeitando os critérios de indicação clínica e patologias do paciente.

## 5.2. GESTÃO

No âmbito dos compromissos da gestão constantes no Art. 8º do ANEXO 02, do ANEXO XXIV, da Portaria de Consolidação nº 02/2017, a unidade deverá:


- I. Prestar as ações e serviços de saúde, de ensino e pesquisa pactuados e estabelecidos no instrumento formal de contratualização, colocando à disposição do gestor público de saúde a totalidade da capacidade instalada contratualizada;
- II. Informar aos trabalhadores os compromissos e metas da contratualização, implementando dispositivos para o seu fiel cumprimento;





PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/002282/20

Processo nº 09/002.941/2016	
Data de Autuação 19/07/2016	
Rubrica 	Fls. 103

- III. Garantir o cumprimento das metas e compromissos contratualizados frente ao corpo clínico;
- IV. Disponibilizar a totalidade das ações e serviços de saúde contratualizados para a regulação do gestor (conforme detalhamento no item 5.2.1);
- V. Dispor de recursos humanos adequados e suficientes para a execução dos serviços contratualizados, de acordo com o estabelecido no instrumento formal de contratualização e nos parâmetros estabelecidos na legislação específica;
- VI. Dispor de parque tecnológico e de estrutura física adequados ao perfil assistencial, com ambiência humanizada e segura para os usuários, acompanhantes e trabalhadores, de acordo com instrumento formal de contratualização, respeitada a legislação específica;
- VII. Garantir a gratuidade das ações e serviços de saúde contratualizados aos usuários do SUS;
- VIII. Disponibilizar brinquedoteca quando oferecer serviço de Pediatria, assim como oferecer a infraestrutura necessária para a criança ou adolescente internado estudar, observada a legislação e articulação local;
- IX. Dispor de ouvidoria e/ou serviço de atendimento ao usuário;
- X. Garantir, em permanente funcionamento e de forma integrada, as Comissões Assessoras Técnicas, conforme a legislação vigente;
- XI. Divulgar a composição das equipes assistenciais e equipe dirigente do hospital aos usuários em local visível e de fácil acesso;
- XII. Assegurar o desenvolvimento de educação permanente para seus trabalhadores;
- XIII. Dispor de Conselho de Saúde do Hospital, quando previsto em norma;
- XIV. Alimentar os sistemas de notificações compulsórias conforme legislação vigente, incluindo a notificação de eventos adversos relacionados à assistência em saúde;
- XV. Registrar e apresentar de forma regular e sistemática a produção das ações e serviços de saúde contratualizadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo gestor;
- XVI. Disponibilizar aos gestores públicos de saúde dos respectivos entes federativos contratantes os dados necessários para a alimentação dos sistemas de informação oficiais e outros adotados pelo gestor;



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 09/002.941/2016	
Data de Autuação 19/07/2016	
Rubrica <i>2</i>	Fls. <i>404</i>

- XVII.** Manter atualizados a capacidade instalada e a disponibilidade de recursos tecnológicos e humanos no âmbito do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES);
- XVIII.** Participar da Comissão de Acompanhamento da Contratualização do instrumento contratual vigente, com 01 titular e 01 suplente.

### 5.2.1. DA REGULAÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE PACTUADOS

A regulação do acesso às ações e serviços de saúde tem sido uma das estratégias do município para ampliação do acesso a atenção especializada, de forma equânime e garantindo à Atenção Primária à Saúde o papel de coordenadora do cuidado da rede de atenção à saúde.

No âmbito do Plano Estratégico Municipal 2018-2021, bem como nos demais planos gestores, uma das diretrizes tem sido a ampliação do acesso regulado e integração da rede de assistência à saúde, a partir da Central de Regulação.


Assim, elencamos abaixo alguns compromissos a serem assumidos pela unidade para fortalecimento dos dispositivos regulatórios no âmbito do SUS:

- I.** Disponibilização das atividades pactuadas para a rede de atenção municipal, submetendo-as aos dispositivos de controle e regulação, por meio dos protocolos, fluxos e sistemas de regulação definidos pelo gestor;
- II.** Garantir o atendimento de todo paciente que for regulado pelos sistemas de regulação oficiais;
- III.** Responsabilizar-se pela oferta de vagas e a configuração de suas agendas nos limites estabelecidos neste documento descritivo. É dever da unidade a realização de todos os procedimentos necessários decorrentes ao primeiro atendimento regulado, garantindo a integralidade do cuidado.
- IV.** Realizar o agendamento de consultas de retorno na própria unidade de saúde imediatamente após a consulta.
- V.** Fica vedada a negativa de atendimento a qualquer paciente regulado pelo gestor. Em caso de impossibilidade de atendimento dos pacientes agendados no mesmo dia, a unidade deve se responsabilizar pelo reagendamento utilizando o sistema de regulação oficial evitando formação de filas internas;



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/002282/20

Processo nº 09/002.941/2016	
Data de Autuação 19/07/2016	
Rubrica 	Fls. 705

- VI. Colaborar com o gestor municipal na implementação de estratégias e ações com vistas a reduzir o absenteísmo;
- VII. Efetuar a confirmação da realização do procedimento realizado ("check in") nos sistemas de regulação em até 24 horas do atendimento, a fim de não ser caracterizada falta do paciente;
- VIII. Realizar procedimentos de assistência ambulatorial e hospitalar (internação), garantindo a integralidade do cuidado assistencial em todas as fases da doença, de acordo com as necessidades terapêuticas. Neste entendimento, incluem-se todas as intercorrências clínicas e cirúrgicas relacionadas ao encaminhamento inicial regulado, bem como a realização dos atos diagnóstico-terapêuticos (tais como exames laboratoriais, exames de imagem) e eventuais encaminhamentos e transferências derivados;
- IX. Realizar a contrarreferência para a unidade de Atenção Primária de referência do paciente, informando a história clínica, resultado de exames e diagnóstico do paciente, por meio do instrumento definido pelo gestor do SUS;
- X. Manter atualizados diariamente, pelo menos 01 vez ao dia, os leitos da unidade no censo hospitalar do Central de Regulação municipal, por meio plataforma de Censo de Leitos da SMS RJ;
- XI. Informar à Central de Regulação do Município o impedimento de leitos sempre que houver necessidade, informando o motivo e o período do mesmo. Quando o leito hospitalar deixar de ter o impedimento, a unidade deve informar imediatamente a Central de Regulação do Município;
- XII. Toda alta hospitalar deve ser informada imediatamente no Sistema de Regulação do Município;
- XIII. Na situação do mapa de leitos na plataforma da SMS RJ não se encontrar atualizado, é de responsabilidade da unidade garantir a internação uma vez que o paciente seja regulado;
- XIV. Todas as solicitações pendentes com mais de 12 horas devem ter os dados clínicos atualizados pelo médico assistente.
- XV. Fica vedada a retenção de ambulância de transporte de pacientes uma vez transportado qualquer paciente pela Central de Regulação do Município.



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/002282/2016

Processo nº 09/002.941/2016	
Data de Autuação 19/07/2016	
Rubrica <i>2</i>	Fls. <i>406</i>

Diante da necessidade de se estabelecer quantitativos mínimos a serem ofertados a Central de Regulação, na perspectiva de ampliação do acesso equânime e redução dos tempos de espera para atendimento na atenção especializada (clínica e cirúrgica), a instituição se compromete a garantir vagas de 1ª vez por especialidade nos quantitativos detalhados abaixo:

**Quadro 5.** Oferta de Consultas de 1ª vez por especialidade clínica na Central de Regulação

ESPECIALIDADE CLÍNICA	MÉDIA DE CONSULTAS REALIZADAS/MÊS	OFERTA DE CONSULTAS DE 1ª VEZ/MÊS
ALERGOLOGIA – ADULTO	16	4
ALERGOLOGIA – PEDIATRIA		22
CARDIOLOGIA – ADULTO	292	0
CARDIOLOGIA – PEDIATRIA		9
FISIATRIA	14	9
FONOAUDIOLOGIA	112	9
FONOAUDIOLOGIA – INFANTIL	0	26
CLINICA MEDICA - DOENCAS RARAS	1.493	31
CLINICA MEDICA - CLINICA DA DOR		9
COLOPROCTOLOGIA	154	-
DERMATOLOGIA – GERAL	920	176
DERMATOLOGIA – PEDIATRIA		
DERMATOLOGIA - PEQUENOS PROCEDIMENTOS		
CIRURGIA VASCULAR	3	0
ENDOCRINOLOGIA – ADULTO	63	63
ENDOCRINOLOGIA – ADOLESCENTE		
ENDOCRINOLOGIA – PEDIATRIA		
GASTROENTEROLOGIA	127	18
GENÉTICA MEDICA	54	9



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/002262/20

Processo nº 09/002.941/2016

Data de Autuação

19/07/2016

Rubrica

Fls.

707

GERIATRIA (>60 ANOS)	37	9
GINECOLOGIA- INFERTILIDADE	233	119
GINECOLOGIA- ONCOLOGIA		
OBSTETRICIA - PRÉ-NATAL DE ALTO RISCO		
OBSTETRICIA - INFECTOLOGIA		
HEMATOLOGIA	202	0
HEMOTERAPIA	14	0
INFECTOLOGIA	110	31
INFECTOLOGIA - DOENCAS TROPICAIS		
MASTOLOGIA	4	0
NEFROLOGIA - ADULTO	164	13
NEFROLOGIA- PEDIATRIA		9
NEUROCIRURGIA	160	-
NEUROCIRURGIA - ALTA COMPLEXIDADE		-
NEUROLOGIA - ADULTO	301	40
NEUROLOGIA - PEDIATRIA		13
NUTRIÇÃO	464	44
NUTRIÇÃO - PEDIATRIA		31
ODONTOPEDIATRIA	4	4
OFTALMOLOGIA - GERAL	977	370
OFTALMOLOGIA - GLAUCOMA		22
OFTALMOLOGIA- PEDIATRIA		44
ONCOLOGIA CLINICA	159	-
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - CLINICA	149	20
ORTOPEDIA - ALTA COMPLEXIDADE		20
OTORRINOLARINGOLOGIA	297	97
PNEUMOLOGISTA	127	18



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 09/002.941/2016

Data de Autuação

19/07/2016

Rubrica

Fls.

*El66*  
*408*

PSIQUIATRIA ADULTO	456	26
PSIQUIATRIA PEDIATRIA		4
PSICOLOGIA CLINICA	510	0
REUMATOLOGIA – ADULTO	559	26
REUMATOLOGIA – PEDIATRIA		

FONTE: SMS - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS). Série histórica de referência: maio/2016 a abril 2017

**Quadro 6. Oferta de Consultas de 1ª vez por especialidade cirúrgica na Central de Regulação**

ESPECIALIDADE CIRURGICAS	OFERTA DE 1ª VEZ AMBULATORIAL MENSAL	META CIRURGICA MENSAL
CIRURGIA CARDIOVASCULAR	0	0
CIRURGIA GERAL	0	0
CIRURGIA GERAL – ONCOLOGIA	0	0
CIRURGIA VASCULAR – FÍSTULA ARTERIOVENOSA	0	0
CIRURGIA PEDIATRICA	4	4
CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL	92	92
CIRURGIA TORACICA	22	22
COLOPROCTOLOGIA	40	40
CIRURGIA VASCULAR	0	0
UROLOGIA-LITIASE	119	119
UROLOGIA RECONSTRUTORA		
UROLOGIA – ALTA COMPLEXIDADE		
<b>TOTAL</b>	<b>277</b>	<b>277</b>

FONTE: SMS - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS). Série histórica de referência: maio de 2016- abril de 2017



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/002282/20 069

Processo nº 09/002.941/2016	
Data de Autuação 19/07/2016	
Rubrica 0	Fls. 409

**Quadro 7. Oferta de Exames na Central de Regulação**

CÓDIGO	PROCEDIMENTO	MÉDIA DE EXAMES REALIZADOS/MÊS*	OFERTA DE EXAMES
EXAMES DE IMAGEM		3.753	547
0204060028	DENSITOMETRIA OSSEA DUO-ENERGETICA DE COLUNA (VERTEBRAS LOMBARES)	113	76
0205010032	ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORACICA	263	233
0205010040	ULTRASSONOGRRAFIA DOPPLER COLORIDO DE VASOS	60	238
0205020038	ULTRASSONOGRRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR	5	
0205020046	ULTRASSONOGRRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	41	
0205020054	ULTRASSONOGRRAFIA DE APARELHO URINARIO	36	
0205020062	ULTRASSONOGRRAFIA DE ARTICULACAO	71	
0205020070	ULTRASSONOGRRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	3	
0205020089	ULTRASSONOGRRAFIA DE GLOBO OCULAR / ORBITA (MONOCULAR)	220	
0205020097	ULTRASSONOGRRAFIA MAMARIA BILATERAL	6	
0205020100	ULTRASSONOGRRAFIA DE PROSTATA POR VIA ABDOMINAL	8	
0205020119	ULTRASSONOGRRAFIA DE PROSTATA (VIA TRANSRETAL)	6	
0205020127	ULTRASSONOGRRAFIA DE TIREOIDE	6	
METODOS DIAGNÓSTICOS		1.732	1.367
0201010020	BIOPSIA / PUNCAO DE TUMOR SUPERFICIAL DA PELE	10	0
0201010097	BIOPSIA DE CONJUNTIVA	2	0
0201010119	BIOPSIA DE CORNEA	3	0
0201010194	BIOPSIA DE FARINGE/LARINGE	0	0
0201010216	BIOPSIA DE FIGADO POR PUNCAO	1	4
0201010275	BIOPSIA DE MEDULA OSSEA	3	0
0201010291	BIOPSIA DE NERVO	0	0





PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 09/002.941/2016

Data de Autuação

19/07/2016

Rubrica

Fls.

410

0201010356	BIOPSIA DE PALPEBRA	0	0
0201010372	BIOPSIA DE PELE E PARTES MOLES	108	0
0201010380	BIOPSIA DE PENIS	0	0
0201010402	BIOPSIA DE PLEURA (POR ASPIRAÇÃO/AGULHA / PLEUROSCOPIA)	3	0
0201010410	BIOPSIA DE PROSTATA	8	0
0201010518	BIOPSIA/PUNEÇO DE VULVA	0	0
0201010569	BIOPSIA/EXERESE DE NODULO DE MAMA	0	0
0201010666	BIOPSIA DO COLO UTERINO	5	0
0209010029	COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	69	80
0209010037	ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA	141	88
0209010053	RETOSSIGMOIDOSCOPIA	9	40
0209040017	BRONCOSCOPIA (BRONCOFIBROSCOPIA)	22	0
0209040025	LARINGOSCOPIA	18	0
0209040033	TRAQUEOSCOPIA	1	0
0209040041	VIDEOLARINGOSCOPIA	304	35
0211020036	ELETROCARDIOGRAMA	459	0
0211020044	MONITORAMENTO PELO SISTEMA HOLTER 24 HS (3 CANAIS)	19	40
0211020052	MONITORIZACAO AMBULATORIAL DE PRESSAO ARTERIAL	10	13
0211020060	TESTE DE ESFORCO / TESTE ERGOMETRICO	38	53
0211040045	HISTEROSCOPIA (DIAGNOSTICA)	7	0
0211040053	PERSUFLACAO TUBARIA (DIAGNOSTICA)	0	0
0211050024	ELETROENCEFALOGRAFIA EM VIGILIA C/ OU S/ FOTO-ESTIMULO	11	0
0211050040	ELETROENCEFALOGRAMA EM VIGILIA E SONO ESPONTANEO C/ OU S/ FOTOESTIMULO (EEG)	12	0
0211050083	ELETRONEUROMIOGRAMA (ENMG)	102	13
0211060178	RETINOGRAFIA COLORIDA BINOCULAR	96	0



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 09/002.941/2016

Data de Autuação

19/07/2016

Rubrica

Fls.

0211060186	RETINOGRAFIA FLUORESCENTE BINOCULAR	14	0
0211070041	AUDIOMETRIA TONAL LIMAR (VIA AEREA / OSSEA)	30	44
0211080012	ESPIROGRAFIA C/ DETERMINACAO DO VOLUME RESIDUAL	75	0
0211080055	ESPIROMETRIA OU PROVA DE FUNCAO PULMONAR COMPLETA COM BRONCODILATADOR	68	0
0211080063	PROVA DE FUNCAO PULMONAR SIMPLES	75	0
0211090018	AVALIACAO URODINAMICA COMPLETA	9	0
<b>TOTAL</b>		<b>5.485</b>	<b>1.914</b>

FONTE: SMS - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS). Série histórica de referência: maio/2016 a abril 2017

### 5.3. ENSINO E PESQUISA

No âmbito dos compromissos do ensino e pesquisa constantes no Art. 9º do ANEXO 02, do ANEXO XXIV, da PRC nº 02/2017, o HUPE se compromete a:


- I. Disponibilizar ensino integrado à assistência;
- II. Oferecer formação e qualificação aos profissionais de acordo com as necessidades de saúde e as políticas prioritárias do SUS, visando o trabalho multiprofissional;
- III. Garantir práticas de ensino baseadas no cuidado integral e resolutivo ao usuário;
- IV. Ser campo de educação permanente para profissionais da RAS, conforme pactuado com o gestor público de saúde local;
- V. Desenvolver atividades de Pesquisa e de Gestão de Tecnologias em Saúde, priorizadas as necessidades regionais e a política de saúde instituída, conforme pactuado com o gestor público de saúde; e
- VI. Cumprir os requisitos estabelecidos em atos normativos específicos, caso o estabelecimento seja certificado como Hospital de Ensino (HE).

### 5.4. AVALIAÇÃO

No âmbito Eixo de Avaliação, o HUPE-UERJ se compromete com os incisos do Art. 10 do ANEXO 02, do ANEXO XXIV, da PRC nº 02/2017, destacados abaixo, além do monitoramento de indicadores conforme disposto neste documento descritivo:



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 09/002.941/2016	
Data de Autuação 19/07/2016	
Rubrica 	Fls. 432

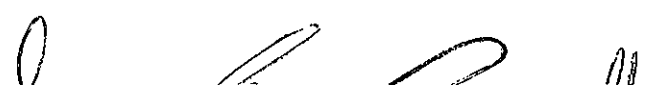
Fls. 30  
09

- I. Acompanhar os resultados internos, visando à segurança, efetividade e eficiência na qualidade dos serviços;
- II. Avaliar o cumprimento das metas e a resolatividade das ações e serviços por meio de indicadores quali-quantitativos estabelecidas no instrumento formal de contratualização;
- III. Avaliar a satisfação dos usuários e dos acompanhantes;
- IV. Participar dos processos de avaliação estabelecidos pelos gestores do SUS;
- V. Realizar auditoria clínica para monitoramento da qualidade da assistência e do controle de riscos; e
- VI. Monitorar a execução orçamentária e zelar pela adequada utilização dos recursos financeiros previstos no instrumento formal de contratualização

#### 5.4.1. DAS REGRAS DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE:

Conforme o ANEXO 02, do ANEXO XXIV, da Portaria de Consolidação nº 02/2017, será instituída uma Comissão de Acompanhamento da Contratualização (CAC) do contrato vinculado a este Documento Descritivo, com o objetivo de monitorar a execução das ações e serviços de saúde pactuados, devendo:

- I. Avaliar o cumprimento das metas quali-quantitativas e físico-financeiras elaborando relatórios com periodicidade definida pelo gestor;
- II. Avaliar se a capacidade instalada da unidade está sendo disponibilizada, em sua totalidade, aos gestores do SUS;
- III. Acompanhar os resultados avaliando o cumprimento de metas e a resolatividade das ações e serviços contratualizados;
- IV. Adequar os limites físicos e financeiros pactuados que se fizerem necessários.
- V. Identificar qualquer necessidade de modificação na programação de que trata este Documento Descritivo - inclusão, exclusão e/ou interrupção temporária das ações e serviços pactuados, bem como qualquer outra alteração que impacte na produção de serviços estabelecida, no mês de sua ocorrência e, em caso de situações planejadas/previstas, antes mesmo da sua ocorrência.





PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 09/002.941/2016	
Data de Autuação 19/07/2016	
Rubrica <i>[assinatura]</i>	Fls. 433

Quando indicado, a modificação deve ser formalizada por meio de Termo Aditivo firmado entre as partes.

- VI. Revisar o documento descritivo quando do atingimento inferior a 50% das metas qualitativas ou quantitativas pactuadas por três meses consecutivos ou cinco meses alternados;
- VII. Permitir o acesso dos supervisores, auditores e outros profissionais eventualmente ou permanentemente designados pelo gestor do SUS, se necessário;
- VIII. Os relatórios gerenciais determinados neste instrumento deverão ser apresentados mensalmente pela unidade à CAC e a SMS-RJ.

O monitoramento e avaliação da execução do presente instrumento contratual será realizado pela Comissão de Acompanhamento da Contratualização, podendo contar eventualmente com outros órgãos e setores competentes da gestão do SUS.

## 6. DAS METAS QUANTITATIVAS

A definição das metas quantitativas considerou os parâmetros assistenciais definidos de acordo com a capacidade instalada, operacional, habilitações vigentes e a série histórica. A estrutura dos quadros a seguir observou o formato e códigos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS (Tabela SUS), segundo SUBGRUPO. As metas estão definidas segundo complexidade, modalidade, tipo de financiamento, conforme quadro a seguir:

### Quadro 8. Metas Quantitativas

Metas Físicas do Hospital Universitário Pedro Ernesto. 2017

METAS FÍSICAS	MÉDIA COMPLEXIDADE (PRÉ-FIXADO)				ALTA COMPLEXIDADE (PÓS-FIXADO)			
	Mensal		Anual		Mensal		Anual	
	(n)	R\$	(n)	R\$	(n)	R\$	(n)	R\$
<b>TOTAL AMBULATORIAL - MAC</b>	<b>112.346</b>	<b>666.257,46</b>	<b>1.348.152</b>	<b>7.995.089,52</b>	<b>7.173</b>	<b>540.523,62</b>	<b>86.076</b>	<b>6.486.283,44</b>
01-Ações de Promoção e Prevenção a Saúde	194	523,80	2.328	6.285,60	0	0,00	0	0,00
0101-Ações coletivas/individuais em saúde	194	523,80	2.328	6.285,60	0	0,00	0	0,00
02- Procedimentos com finalidade diagnóstica	96.629	502.455,09	1.159.548	6.029.461,08	771	93.160,73	9.252	1.117.928,76
0201-Coleta de material	156	5.086,98	1.872	61.043,76	0	0,00	0	0,00
0202-Diagnóstico em laboratório clínico	82.296	286.366,41	987.552	3.436.395,92	365	6.276,00	4.380	75.312,00
0203-Diagnóstico por anatomia patológica e	447	8.988,12	5.364	107.857,44	0	0,00	0	0,00



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/002282/20

Processo nº 09/002.941/2016

Data de Autuação

19/07/2016

Rubrica

Fis.

citop									
0204-Diagnóstico por radiologia	635	5.454,35	7.620	65.452,20	108	5.950,80	1.296	71.409,60	
0205-Diagnóstico por ultra-sonografia	1.045	29.825,51	12.540	357.906,12	0	0,00	0	0,00	
0206-Diagnóstico por tomografia	0	0,00	0	0,00	111	14.146,75	1.332	169.761,00	
0207-Diagnóstico por ressonância magnética	0	0,00	0	0,00	58	15.587,50	696	187.050,00	
0209-Diagnóstico por endoscopia	1.035	75.678,16	12.420	908.137,92	0	0,00	0	0,00	
0210-Diagnóstico por radiologia intervencionista	0	0,00	0	0,00	8	1.612,08	96	19.344,96	
0211-Métodos diagnósticos em especialidades	10.403	81.643,34	124.836	979.720,08	80	49.177,60	960	590.131,20	
0212-Diagnóstico/procedim especiais em hemoterap	612	9.412,22	7.344	112.946,64	41	410,00	492	4.920,00	
<b>03- Procedimentos clínicos</b>	<b>14.726</b>	<b>138.341,07</b>	<b>176.712</b>	<b>1.660.092,84</b>	<b>6.402</b>	<b>447.362,89</b>	<b>76.824</b>	<b>5.368.354,68</b>	
0301-Consultas / Atendimentos / Acompanhamentos	13.658	120.951,60	163.896	1.451.419,20	84	2.646,00	1.008	31.752,00	
0302-Fisioterapia	70	392,42	840	4.709,04	0	0,00	0	0,00	
0303-Tratamentos clínicos (outras especialidades)	249	6.669,34	2.988	80.032,08	0	0,00	0	0,00	
0304-Tratamento em oncologia	0	0,00	0	0,00	6315	443.202,19	75.780	5.318.426,28	
0306-Hemoterapia	693	10.112,82	8.316	121.353,84	3	1.514,70	36	18.176,40	
0309-Terapias especializadas	56	214,89	672	2.578,68	0	0,00	0	0,00	
<b>04- Procedimentos cirúrgicos</b>	<b>797</b>	<b>24.937,50</b>	<b>9.564</b>	<b>299.250,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	
0401-Peq cirurg e cirurg pele,tec subcut mucosa	79	2.025,49	948	24.305,88	0	0,00	0	0,00	
0404-Cirurgia vias aéreas super,cabeça pescoço	1	5,63	12	67,56	0	0,00	0	0,00	
0405-Cirurgia do aparelho da visão	62	5.002,10	744	60.025,20	0	0,00	0	0,00	
0406-Cirurgia do aparelho circulatório	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	
0407-Cirurgia apar digest órgãos anex parede abd	276	7.517,11	3.312	90.205,32	0	0,00	0	0,00	
0409-Cirurgia do aparelho geniturinário	15	3.386,38	180	40.636,56	0	0,00	0	0,00	
0410-Cirurgia de mama	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	
0412-Cirurgia torácica	3	164,91	36	1.978,92	0	0,00	0	0,00	
0413-Cirurgia reparadora	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	
0414-Cirurgia oro-facial	5	113,60	60	1.363,20	0	0,00	0	0,00	
0415-Outras cirurgias	40	1.194,40	480	14.332,80	0	0,00	0	0,00	
0417-Anestesiologia	316	5.527,88	3.792	66.334,56	0	0,00	0	0,00	
<b>TOTAL HOSPITALAR - MAC</b>	<b>474</b>	<b>722.844,83</b>	<b>5.692</b>	<b>8.674.137,98</b>	<b>143</b>	<b>606.690,00</b>	<b>1.717</b>	<b>7.280.280,00</b>	
<b>02- Procedimentos com finalidade diagnóstica</b>	<b>1</b>	<b>652,77</b>	<b>11</b>	<b>7.833,22</b>	<b>1</b>	<b>893,27</b>	<b>6</b>	<b>10.719,24</b>	
0201-Coleta de material	1	652,77	11	7.833,22	0	301,70	5	3.620,40	
0209-Diagnóstico por endoscopia	0	0,00	0	0,00	0	591,57	1	7.098,84	
<b>03- Procedimentos clínicos</b>	<b>287</b>	<b>535.799,58</b>	<b>3.442</b>	<b>6.429.595,01</b>	<b>18</b>	<b>47.988,21</b>	<b>217</b>	<b>575.858,52</b>	
0301-Consultas / Atendimentos / Acompanhamentos	26	2.696,13	317	32.353,61	0	0,00	0	0,00	
0303-Tratamentos clínicos (outras especialidades)	208	471.212,77	2.490	5.654.553,24	9	18.333,75	113	220.005,00	
0304-Tratamento em oncologia	29	21.087,04	344	253.044,48	9	29.654,46	104	355.853,52	
0305-Tratamento em nefrologia	16	34.804,34	191	417.652,08	0	0,00	0	0,00	
0308-Tratamento de lesões, envenenamentos e outros, decorrentes de causas externas	1	446,24	14	5.354,88	0	0,00	0	0,00	
0310-Parto e nascimento	7	5.553,06	85	66.636,72	0	0,00	0	0,00	
<b>04- Procedimentos cirúrgicos</b>	<b>187</b>	<b>186.392,48</b>	<b>2.239</b>	<b>2.236.709,76</b>	<b>124</b>	<b>557.808,52</b>	<b>1.493</b>	<b>6.693.702,24</b>	
0401-Peq cirurg e cirurg pele,tec subcut mucosa	3	1.182,30	36	14.187,60	0	0,00	0	0,00	
0402-Cirurgia de glândulas endócrinas	3	2.186,14	36	26.233,68	0	0,00	0	0,00	
0403- Cirurgia do sistema nervoso central e periférico	4	7.369,88	48	88.438,56	6	20.124,49	77	241.493,88	
0404-Cirurgia vias aéreas super,cabeça pescoço	14	7.708,41	170	92.476,92	3	2.789,17	31	33.470,04	



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 09/002.941/2016	
Data de Autuação 19/07/2016	
Rubrica <i>2</i>	Fls. <i>735</i>

0405-Cirurgia do aparelho da visão	28	19.760,56	337	237.126,72	10	6.491,92	121	77.903,04
0406-Cirurgia do aparelho circulatório	6	6.850,76	74	82.209,12	37	281.790,47	438	3.381.485,64
0407-Cirurgia apar digest órgãos anex parede abd	45	49.185,15	541	590.221,80	0	562,00	2	6.744,00
0408-Cirurgia do sistema osteomuscular	12	11.837,06	140	142.044,72	3	4.599,46	38	55.193,52
0409-Cirurgia do aparelho geniturinário	37	29.262,07	448	351.144,84	0	0,00	0	0,00
0410-Cirurgia de mama	2	1.408,88	29	16.904,16	0	0,00	0	0,00
0411-Cirurgia obstétrica	12	22.407,00	149	268.884,00	0	0,00	0	0,00
0412-Cirurgia torácica	2	4.074,09	25	48.889,08	2	4.062,02	24	48.744,24
0413-Cirurgia reparadora	2	1.285,24	26	15.422,88	0	0,00	0	0,00
0414-Cirurgia oro-facial	0	114,35	2	1.372,20	0	0,00	0	0,00
0415-Outras cirurgias	15	21.762,79	176	261.153,48	9	50.242,67	110	602.912,04
0416-Cirurgia em oncologia	0	0,00	0	0,00	54	187.146,32	651	2.245.755,84
<b>TOTAL MAC</b>	<b>112.820</b>	<b>1.389.102,29</b>	<b>1.353.844</b>	<b>16.669.227,50</b>	<b>7.316</b>	<b>1.147.213,62</b>	<b>87.793</b>	<b>13.766.563,44</b>
<b>FAEC (PÓS-FIXADO)</b>	<b>807</b>	<b>273.965,16</b>	<b>9.682</b>	<b>3.287.581,92</b>				

Para fins de remuneração de 60% do valor pré-fixado R\$ 833.461,37 (oitocentos e trinta e três mil quatrocentos e sessenta e um reais e trinta e sete centavos) será realizada análise de desempenho das metas quantitativas, constituído pela média complexidade ambulatorial e hospitalar, excetuando os incentivos que observam regramento próprio.

A análise das metas deverá ser efetuada conforme produção mensal, sendo submetida à apreciação pela Comissão de Acompanhamento da Contratualização, trimestralmente.

A produção da Alta Complexidade e o FAEC, componente pós-fixado, não terão seus repasses condicionados à avaliação de desempenho e serão remunerados pelo que for produzido e autorizado pelo gestor do SUS.

A avaliação de desempenho das metas quantitativas considerará os dados de produção aprovada, por mês de cobrança, oriundos dos sistemas de informação oficiais, Sistema de Informação Ambulatorial (SIA) e Sistema de Informação Hospitalar (SIH).

Para o cálculo das metas quantitativas, deverá ser considerado o percentual de execução em cada subgrupo em relação ao programado no período em análise. O desempenho final alcançado pela unidade será a média do desempenho percentual obtido nos subgrupos a cada mês.

Para fins de repasse financeiro do valor pré-fixado, serão considerados os seguintes cenários de acordo com o desempenho final obtido pela unidade:



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 09/002.941/2016

Data de Autuação

19/07/2016

Rubrica

Fls.

**Quadro 9.** Resumo de repasse financeiro de 60% do valor pré-fixado.

Cenários	Avaliação Trimestral	% Repasse	Valor de Repasse
1º	0-60%	60%	R\$ 500.076,82
2º	61%-70%	70%	R\$ 583.422,96
3º	71%-80%	80%	R\$ 666.769,10
4º	81%-100%	100%	R\$ 833.461,37

**METODOLOGIA DE CÁLCULO:**

**Quadro 10.** Exemplo de metodologia de cálculo para avaliação de metas quantitativas

Subgrupos	Meta quantitativa Mensal (A)	Produção Aprovada Mensal (Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar) (B)	Percentual de Execução (C) = (B)/(A)
0201 - Coleta de Material	9.000	8.000	0,89
0202 - Diagnóstico em laboratório clínico	10.000	10.000	1,00
0203 - Diagnóstico por anatomia patológica e citopatologia	500	450	0,90
0204 - Diagnóstico por radiologia	100	50	0,50
listar os demais	-----	-----	-----
<b>RESULTADO FINAL DE DESEMPENHO DAS METAS QUANTITATIVAS</b>			<b>= 82% MÉDIA (ΣC) X 100</b>

Caso o hospital apresente percentual acumulado de cumprimento de metas superior a 100% (cem por cento) por 12 (doze) meses consecutivos terá as metas do Documento Descritivo e os valores contratuais reavaliados, com vistas ao reajuste, mediante aprovação do gestor e disponibilidade orçamentária.

## 7. METAS QUALITATIVAS

Para fins de repasse de 40% do valor pré-fixado **R\$ 555.640,92** (quinhentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e quarenta reais e noventa e dois centavos) será realizada avaliação de desempenho das metas qualitativas que estão relacionados à qualidade da atenção hospitalar.





PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

09/002262/20  
Processo nº 09/002.941/2016

Data de Autuação

19/07/2016

Rubrica

Fls.

Em consonância com os artigos 11º e 12º da Portaria GM/MS nº 3410/2013, o HUPE – UERJ monitorará e enviará as informações mensais dos seguintes indicadores pactuados para análise da Comissão de Acompanhamento da Contratualização.

**Quadro 11. Metas Qualitativas**

<b>METAS DE ASSISTÊNCIA – 42 pontos</b>	
<b>Indicador nº 1</b>	<b>Taxa de Ocupação de Leitos Operacionais</b>
<b>Definição</b>	Relação percentual entre o número de pacientes-dia e o número de leitos-dia em determinado período, excluindo leitos extras e bloqueados.
<b>Método de Cálculo</b>	<b>Numerador:</b> Número de pacientes-dia x 100 <b>Denominador:</b> Número de leitos-dia operacionais
<b>Meta</b>	70%
<b>Pontuação</b>	≥70% = 7 pontos >70 ≥50 = 4 pontos >50 = 0 pontos
<b>Fonte:</b>	Plataforma de Leitos da SMS Rio
<b>Componente de Avaliação</b>	Qualidade
<b>Periodicidade</b>	Mensal
<b>Indicador nº 2</b>	<b>Tempo médio de permanência para leitos clínicos</b>
<b>Definição</b>	Representa o tempo médio em dias que os pacientes ficaram internados em leitos clínicos.
<b>Método de Cálculo</b>	<b>Numerador:</b> Somatório dos dias de internação de cada paciente que teve alta de leito clínico ou foi a óbito no período <b>Denominador:</b> Número de pacientes que teve alta de leito clínico ou foi a óbito no período
<b>Meta</b>	13 dias
<b>Pontuação</b>	≤13 = 7 pontos >13 ≥15 = 4 pontos >15 = 0 pontos
<b>Fonte</b>	Sistema de Informações Hospitalares – SIH e SCNES
<b>Componente de Avaliação</b>	Qualidade
<b>Periodicidade</b>	Mensal
<b>Indicador nº 3</b>	<b>Tempo médio de permanência para leitos cirúrgicos</b>
<b>Definição</b>	Representa o tempo médio em dias que os pacientes ficaram internados em leitos cirúrgicos.
<b>Método de Cálculo</b>	<b>Numerador:</b> Somatório dos dias de internação de cada paciente que teve alta de leito cirúrgico ou foi a óbito no período <b>Denominador:</b> Número de pacientes que teve alta de leito cirúrgico ou foi a óbito no período
<b>Meta</b>	8 dias
<b>Pontuação</b>	≤8 = 7 pontos >8 ≥14 = 4 pontos >14 = 0 pontos
<b>Fonte</b>	Sistema de Informações Hospitalares – SIH
<b>Componente de Avaliação</b>	Qualidade



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/002232/20  
FD 16 \$  
Processo nº 09/002.941/2016

Data de Autuação

19/07/2016

Rubrica

Fls.

2 713

Periodicidade	Mensal
Indicador nº 4	<b>Taxa de mortalidade institucional</b>
Definição	Relação percentual entre o número de óbitos ocorridos em pacientes após 24 horas de internação e o número de pacientes que tiveram saída do hospital, em determinado período. Mede a mortalidade ocorrida até 24 horas após a internação hospitalar
Método de Cálculo	<b>Numerador:</b> Quantidade de óbitos no período x 100 <b>Denominador:</b> Quantidade de saídas no período (altas + óbitos)
Meta	4,5%
Pontuação	≤4,5% = 7 pontos >4,5% ≥ 9% = 4 pontos >9% = 0 pontos
Fonte	Sistema de Informações Hospitalares - SIH
Componente de Avaliação	Qualidade
Periodicidade	Mensal
Indicador nº 5	<b>Taxa de ocupação de leitos de UTI adulto</b>
Definição	Relação percentual entre o número de pacientes-dia em UTI adulto e o número de leitos-dia de UTI adulto em determinado período, excluindo leitos extras e bloqueados.
Método de Cálculo	<b>Numerador:</b> Número de pacientes-dia internados em UTI adulto x 100 <b>Denominador:</b> Número de leitos-dia de UTI adulto
Meta	85%
Pontuação	≤85%=7 >85%>70%=4 >70%=0
Fonte	Plataforma de Leitos da SMS Rio
Componente de Avaliação	Qualidade
Periodicidade	Mensal
Indicador nº 6	<b>Densidade de incidência de infecção por cateter venoso central (CVC)</b>
Definição	Densidade de incidência de infecção primária de corrente sanguínea laboratorial (com confirmação microbiológica) - IPCSL, em pacientes em uso de cateter venoso central (CVC), internados.
Método de Cálculo	<b>Numerador:</b> Número de casos novos de IPCSL no período x 1000 <b>Denominador:</b> Cateter venoso central-dia no período
Meta	5,0 infecções a cada 1.000 cateter venoso central (CVC)- dia.
Pontuação	≤ 5,0 = 7 >5,0 > 7,0 = 4 >7,0 = 0
Fonte	Relatório da Unidade – CCIH. A não apresentação do relatório implica em 0 pontos para o indicador.
Componente de Avaliação	Qualidade
Periodicidade	Mensal
<b>METAS DE GESTÃO – 42 pontos</b>	
Indicador nº 7	<b>Acesso a serviços ambulatoriais a partir da Central de Regulação</b>
Definição	Percentual de procedimentos ambulatoriais (consultas e exames) ofertados pela Unidade à Central de Regulação, em relação ao pactuado, listados no Quadro 05, 06 e 07.
Método de	Numerador: Número de procedimentos ofertados x 100



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/002282/20

Processo nº 09/002.941/2016

Data de Autuação

19/07/2016

Rubrica

Fls.

2

439

<b>Cálculo</b>	Denominador: Número de procedimentos pactuados
<b>Meta</b>	A estimar
<b>Pontuação</b>	Alcançou = 14 pontos Não Alcançou = 0 pontos
<b>Fonte</b>	SISREG
<b>Componente de Avaliação</b>	Acesso
<b>Periodicidade</b>	Mensal
<b>Indicador nº 8</b>	<b>Acesso a leitos clínicos a partir da Central de Regulação</b>
<b>Definição</b>	Número de leitos clínicos disponibilizados à Central de Regulação
<b>Método de Cálculo</b>	Número de leitos clínicos disponibilizados à Central de Regulação
<b>Meta</b>	20% dos leitos operacionais
<b>Pontuação</b>	Alcançou = 14 pontos Não Alcançou = 0 pontos
<b>Fonte</b>	Plataforma de Leitos da SMS Rio
<b>Componente de Avaliação</b>	Acesso
<b>Periodicidade</b>	Mensal
<b>Indicador nº 9</b>	<b>Acesso a leitos complementares de UTI adulto e neonatal a partir da Central de Regulação</b>
<b>Definição</b>	Número de leitos complementares de UTI adulto e neonatal disponibilizados à Central de Regulação
<b>Método de Cálculo</b>	Número de leitos complementares de UTI adulto e neonatal disponibilizados à Central de Regulação
<b>Meta</b>	20% dos leitos operacionais
<b>Pontuação</b>	Alcançou = 14 pontos Não Alcançou = 0 pontos
<b>Fonte</b>	Plataforma de Leitos da SMS Rio
<b>Componente de Avaliação</b>	Acesso
<b>Periodicidade</b>	Mensal
<b>METAS DE ENSINO/PESQUISA – 8 pontos</b>	
<b>Indicador nº 10</b>	<b>Capacitação de profissionais da rede municipal</b>
<b>Definição</b>	Número de capacitações realizadas
<b>Método de Cálculo</b>	A unidade deverá realizar 04 capacitações ao longo dos 24 meses de vigência do documento descritivo. A primeira capacitação deverá ser realizada no primeiro trimestre para avaliação da primeira reunião da CAC, a ser definida pela SMS RJ. As demais serão realizadas semestralmente, a contar da data da última avaliação e terá validade de 06 meses para fins de pontuação do indicador.
<b>Meta</b>	4
<b>Pontuação</b>	Cumpriu Cronograma - 8 pontos Não cumpriu cronograma – 0 Pontos
<b>Fonte</b>	Hospital (lista de presença)
<b>Componente de Avaliação</b>	Ensino
<b>Periodicidade</b>	Semestral
<b>METAS DE AVALIAÇÃO – 8 pontos</b>	
<b>Indicador nº 11</b>	<b>Participar das reuniões da Comissão de Acompanhamento da Contratualização sempre que houver convocação pela Secretaria</b>



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/002.941/2016

Processo nº 09/002.941/2016

Data de Autuação

19/07/2016

Rubrica

Fis.

420

<b>Definição</b>	Frequência de participação nas reuniões da comissão de acompanhamento de ao menos um representante da unidade
<b>Método de Cálculo</b>	Numerador: Número de participações nas reuniões Denominador: Número de convocações para reuniões
<b>Meta</b>	100%
<b>Pontuação</b>	4
<b>Fonte</b>	Atas de reunião
<b>Componente de Avaliação</b>	Qualidade
<b>Periodicidade</b>	Mensal
<b>Indicador nº 12</b>	<b>Enviar os relatórios assistenciais com as metas quantitativas e qualitativas mensalmente, conforme cronograma pactuado.</b>
<b>Definição</b>	Enviar os relatórios assistenciais com as metas quantitativas e qualitativas mensalmente, conforme cronograma pactuado.
<b>Método de Cálculo</b>	Numerador: Número de relatórios enviados dentro do prazo pactuado Denominador: Número de meses no período avaliado
<b>Meta</b>	100%
<b>Pontuação</b>	4
<b>Fonte</b>	SMS RJ e hospital
<b>Componente de Avaliação</b>	Qualidade
<b>Periodicidade</b>	Mensal

A não apresentação da informação no cronograma proposto, implicará em pontuação 0 para o referido indicador.

Quarenta por cento (R\$ 555.640,92 – quinhentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e quarenta reais e noventa e dois centavos) do valor pré-fixado, excetuando-se os incentivos, estará condicionado ao alcance das metas de qualidade discriminadas no Quadro 11. As metas pactuadas terão pontuação para cada um dos eixos assistencial, gestão, ensino/pesquisa e avaliação, cujo somatório dos pontos corresponderá ao desempenho qualitativo e informará o respectivo percentual de repasse financeiro, considerando o quadro a seguir.

**Quadro 12.** Resumo de repasse financeiro de 40% do valor pré-fixado.

<b>Avaliação das Metas Qualitativas (pontos)</b>	<b>% de Repasse</b>	<b>Valor de Repasse (R\$)</b>
0-60	60%	R\$ 333.384,55
61-70	70%	R\$ 388.948,64
71-80	80%	R\$ 444.512,73
81-100	100%	R\$ 555.640,92



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/002282/20

Processo nº 09/002.941/2016	
Data de Autuação 19/07/2016	
Rubrica C	Fls. 423

## 8. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESTIMADA

O valor anual estimado para a execução do presente Documento Descritivo importa em **R\$ 41.453.496,12** (quarenta e um milhões quatrocentos e cinquenta e três mil quatrocentos e noventa e seis reais e doze centavos) a ser repassado em parcelas duodecimais de até **R\$ 3.454.458,01** (três milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e um centavo), conforme Quadro 13, abaixo especificado:

**Quadro 13.** Programação Orçamentária

Programação Orçamentária		
PósFixado	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
Alta Complexidade	R\$ 1.147.213,62	R\$ 13.766.563,440
Fundo de Ações Estratégicas e Compensação FAEC	R\$ 273.965,16	R\$ 3.287.581,92
<b>Subtotal</b>	R\$ 1.421.178,78	R\$ 17.054.145,36
PréFixado	MENSAL (R\$)	ANUAL (R\$)
Média da Produção de Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Série Histórica definida em Portaria específica-2015)	R\$ 1.389.102,29	R\$ 16.669.227,48
Incentivo à Qualificação da Gestão Hospitalar (IGH)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Incentivo à Contratualização (PT GM/MS nº1.887 de 13 de outubro de 2005 e PT GM/MS nº 3.131 de 24 de Dezembro de 2008)	R\$ 209.312,94	R\$ 2.511.755,28
Fator de Incentivo ao Desenvolvimento do Ensino e Pesquisa – FIDEPS (PT GM/MS nº 1.480 de 28 de Dezembro de 1999)	R\$ 434.864,00	R\$ 5.218.368,00
<b>Subtotal</b>	R\$ 2.033.279,23	R\$ 24.399.350,76
<b>Total</b>	<b>R\$ 3.454.458,01</b>	<b>R\$ 41.453.496,12</b>

\* Modelo extraído ANEXO A do ANEXO 2 DO ANEXO XXIV da PRC nº 02/2017

Os valores constantes no quadro de Programação Orçamentária constituem um teto a partir das metas físicas usando como parâmetro os valores da tabela de procedimentos do SUS vigente do Ministério da Saúde (SIGTAP).



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

09/002282/20

Processo nº 09/002.941/2016

Data de Autuação

19/07/2016

Rubrica

*Q*

Fis.

722

Para a produção ambulatorial e hospitalar serão considerados somente os procedimentos apresentados e aprovados pelo sistema de informações ambulatoriais (SIA) e hospitalares (SIH) do Ministério da Saúde.

A unidade deve enviar mensalmente o arquivo de faturamento ao setor correspondente da Secretaria Municipal de Saúde SMS-Rio seguindo as regras de faturamento do gestor do SUS e do Ministério da Saúde vigentes.

Os valores previstos poderão ser alterados, de comum acordo entre o Gestor SUS e a instituição, mediante a celebração de Termo Aditivo.

Os valores previstos na programação orçamentária estão vinculados às transferências do Fundo Nacional de Saúde (FNS) ao Fundo Municipal de Saúde (FMS), sob o Teto da Média e Alta Complexidade.

O gestor do SUS ajustará o limite financeiro e o repasse de verbas de que se trata este contrato de acordo com as alterações promovidas pelo Ministério da Saúde na tabela do SUS, nos incentivos e outras.

O valor mensal que corresponde aos incentivos é de **R\$ 644.176,94** (seiscentos e quarenta e quatro mil centos e setenta e seis reais e noventa e quatro centavos) e será pago conforme regramento próprio.

O valor mensal que corresponde ao componente pré-fixado é de **R\$ 1.389.102,29** (hum milhão trezentos e oitenta e nove mil centos e dois reais e vinte e nove centavos)). O repasse do referido valor vincula-se ao alcance das metas qualitativas (40% do valor pré-fixado) e quantitativas (60% do valor pré-fixado) conforme detalhamento nos itens 6 e 7 do presente Documento Descritivo. Os eventuais descontos decorrentes do resultado da avaliação de desempenho do trimestre anterior serão somados e divididos igualmente no trimestre subsequente.

O valor mensal correspondente ao componente pós-fixado é de **R\$ 1.421.178,78** (hum milhão, quatrocentos e vinte e um mil cento e setenta e oito reais e setenta e oito centavos) e será repassado de acordo com a produção da Alta Complexidade e dos procedimentos pagos pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação, observando os limites estabelecidos na programação orçamentária.



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09/002282/20


Processo nº 09/002.941/2016	
Data de Autuação 19/07/2016	
Rubrica <i>e</i>	Fls. 423

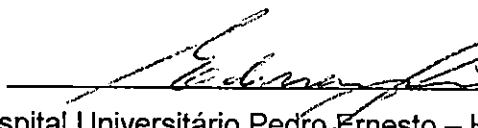
183  
9

## 9. DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem justas as CONTRATANTES, assinam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 30 de JANUÁRIO de 2018.


  
RUY GARCIA MARQUES  
REITOR  
Matr. 32184-4 /ID: 2550994-2  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

  
Prof. Edmar Santos  
Diretor Geral do HUPE/UERJ  
Matr. 33304-7 /ID: 324525  
Hospital Universitário Pedro Ernesto – HUPE

  
Marco Antonio de Mattos  
Secretaria Municipal de Saúde  
Matrícula: 11/159.316-9  
Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro

Testemunhas:

1ª Claudia da Silva Lunardi  
Nome: CLAUDIA DA SILVA LUNARDI  
CPF nº 760.880.737-2

2ª   
Nome: Maria da Conceição de C.P. Oliveira  
CPF nº 671.261.707-34



Processo	09-002282/20
Data	14/05/2020
Fls.	724

Fls. 724

**A S/GAB**

Trata-se ofício nº 144 UERJ/HUPE no qual o Diretor Geral do Hospital Universitário Pedro Ernesto solicita a cessão de 30 equipamentos de ventilação mecânica modelo FD300 ao UERJ HOSPITAL UNIV PEDRO ERNESTO- CNES: 2269783 - unidade universitária estadual, de natureza pública, contratualizada para prestar assistência vinculada à Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, prestadora de serviços especializados aos usuários do Sistema Único de Saúde, com a finalidade específica de em contrapartida o aumento em disponibilização de 30 leitos Terapia Intensiva Adulto COVID-19.

Ao abordar este tema podemos citar a Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a Declaração de Emergência em Saúde pública de Importância Nacional (ESPIN) pelo novo coronavírus (2019-nCov), especialmente a obrigação de articulação dos Gestores do SUS como competência do Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE-nCoV).

Ainda neste sentido, a Declaração de Pandemia pela Organização Mundial de Saúde-OMS de 11 de março de 2020;

Cumpramos esclarecer que enfrentamos uma situação de emergência na saúde pública do Estado do Rio de Janeiro frente ao avanço dos casos suspeito-confirmados pela Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-Cov) promulgado pelo Decreto n.46973,16 de março de 2020;

Tendo em vista o quantitativo de pacientes necessitados de tratamento da patologia COVID-19, objetivando uma assistência adequada e mediante ao teor descrito em ofício UERJ/HUPE nº 144, de 07 de Maio de 2020, a saber, que:

- Mediante a cessão desses citados 30 leitos de Terapia Intensiva Adulta especificamente no tratamento ao COVID-19, serão atendidos mais do que necessariamente 30 pacientes, em razão do giro de leitos e tempo médio de permanência do paciente na clínica, ou seja, assim que um paciente obtiver alta do setor, a Unidade cederá novamente o leito ao Complexo Regulador do Município do Rio de Janeiro via PLATAFORMA SMSRIO;
- A Unidade informa possuir infraestrutura adequada e recursos humanos capacitados para implantação e funcionamento para atender ao Núcleo Interno de Regulação;
- Os leitos serão disponibilizados ao Complexo Regulador do Município do Rio de Janeiro; para acesso ao paciente exclusivo como porta de entrada na unidade;
- Atualização do censo hospitalar na PLATAFORMA SMSRIO às 09: 15 e 21 horas.



Processo 09-002282/20

Data 14/05/2020

Fls.

725

Ressaltamos que atualmente existe a necessidade de firmar tal acordo mediante a realidade vivenciada onde, a média de pacientes aguardando disponibilização de leito de terapia intensiva adulto COVID-19, em Sistema de Regulação Estadual perfaz um total de 400 usuários, em Unidades pré-hospitalares nem sempre com suas necessidades assistenciais totalmente atendidas.

Nesse sentido, esta Subsecretaria afirma que nada se opõe ao pleito de cessão dos equipamentos hospitalares ao Hospital Universitário Pedro Ernesto, na pessoa do Diretor Geral Drº Ronaldo Damião, desde que os mencionados leitos sejam realmente ofertados ao Complexo Regulador do Município do Rio de Janeiro, e se necessário a reavaliação dos termos mencionados anteriormente, junto a unidade.

Vale destacar que, no âmbito do presente documento, a porta de entrada da unidade é de acesso exclusivo dos usuários do Sistema Único de Saúde por meio do Sistema de Regulação – PLATAFORMA SMSRIO, conforme descrito.

Ademais esclarecemos que a referida cessão tem o caráter temporário, enquanto perdurar a necessidade de assistência de pacientes e a aquisição realizada pela Unidade e ou Secretaria Estadual de Saúde não for concretizada, assim em decorrência da pandemia COVID-19, após o retorno deve ser garantido a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

Cabe atentar que os equipamentos deverão estar devidamente patrimoniados e inventariados em Sistema Adotado por esta Secretaria Municipal de Saúde.

Os demais procedimentos contratualizados aos pacientes que forem regulados devem ser garantidos integralmente.



CLAUDIA LUNARDI  
Subsecretária

Subsecretaria de Regulação, Controle e Avaliação, Contratualização e Auditoria  
Matrícula: 11/159478-7


PROTOCOLO  
S/GAB  
DATA 15.05.2020  
HORA 16:40

Erica da Silva Mucciolo  
Agente Administração  
S/GAB  
Mat.: 99/986341-0

A S/SUBG,  
solicitando informar se há equipamentos  
disponíveis para realização da pretendida cessão.

18/5/2020

  
Felipe Brasil Centurão de Meinelles  
Assessoria do Gabinete do Secretário  
Secretaria Municipal de Saúde  
Matricula: 60/301.297-8

SICOP / SUBG  
Processo Nº 09/002282/2020  
Cód. Órgão:  
D.Ent. 18/05/20 Saída 20/05/20  
Nome:  Matr 9911780





PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 09/002282/2020	
Data do Início: 14/05/2020	Fl.: 89
Rubrica ASV	

**À Coordenadoria de Infraestrutura e Logística - S/SUBG/CIL,**

Considerando o expediente em epígrafe, oriundo do Hospital Universitário Pedro Ernesto – UERJ, bem como do despacho da Subsecretaria de Regulação, Controle e Avaliação, Contratualização e Auditoria - S/SUBREG, **encaminhamos o presente processo solicitando a juntada da documentação e informações acerca dos respiradores recebidos pela Secretaria Municipal de Saúde, por parte do Ministério da Saúde, que se encontram no Centro de Distribuição**, acrescentando-se quaisquer informações que se fizerem necessárias para ulterior análise desta Subsecretaria de Gestão.

Ao ensejo, aproveito a oportunidade para manifestar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2020.

  
**André de Souza Vital**  
Subsecretário de Gestão  
Secretaria Municipal de Saúde

2122800X00

S/SUBG/CIL
Recebiu em 22/5 2000
As
Nome: Joao
M. 104000

09/002282/20  
85



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
SUBSECRETARIA DE GESTÃO

Ofício SUBG n.º 252

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2020.

Ao Sr. Diretor Geral

**PROFESSOR RONALDO DAMIÃO**

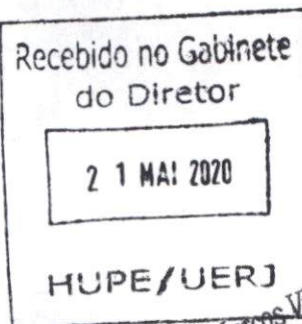
Hospital Universitário Pedro Ernesto – HUPE/UREJ.

**Assunto:** Of. UERJ/HUPE nº 144, de 07 de maio de 2020.  
*Cessão de 16 equipamentos de ventilação mecânica para  
enfrentamento da COVID-19. Especificação no anexo IV.  
Ref.: PA nº 09/002.282/2020.*

**Sr. Diretor Geral,**

Cumprimentando-o, e fazendo referência ao assunto em epígrafe, sirvo-me do presente para encaminhar em anexo Termo de Cessão de Uso de 16 equipamentos de ventilação mecânica, conforme pedido constante no Of. UERJ/HUPE nº 144, de 07 de maio de 2020, ressaltando que, conforme parecer técnico da Subsecretaria de Regulação, Controle e Avaliação, Contratualização e Auditoria / S/SUBREG, a referida cessão possui caráter temporário, razão pela qual os equipamentos deverão retornar ao Município do Rio de Janeiro tão logo seja superada a situação calamitosa decorrente da pandemia COVID-19

Ao ensejo, aproveito o ensejo para manifestar protestos de elevada estima e consideração.



**André de Souza Vital**

Subsecretário de Gestão


Secretaria Municipal de Saúde

**ANDRÉ DE SOUZA VITAL**  
Subsecretário de Gestão  
Secretaria Municipal de Saúde  
Mat. 60/301.263-0

*Marcelo Vitorino P. Ferreira*  
ASG-AA-HUPE/GDG  
CPE/164.558.667-70

Subsecretaria de Gestão

Rua Afonso Cavalcanti, 455 - 7º Andar - Sala 717 - Cidade Nova/RJ - CEP: 20.214-110

 Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro		<b>Anexo IV</b> <b>Termo de Cessão de Uso</b>					Ano/N.º Documento:
Cedente	Órgão/Secretaria: <b>PCRJ/SMS</b>	Unidade Administrativa:					Código UA:
Cessionário	Órgão/Secretaria/Entidade: <b>UERJ/HUPE</b>	Unidade Administrativa/CNPJ:					Código UA:
N.º de Inventário	Descrição do Bem	Classificação Contábil	N.º Processo	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Prazo de Devolução
	<b>VENTILADOR PORTÁTIL OXIMAG.</b> N/S: 10036, 10122, 10145, 10114, 10041, 10146, 10160, 10071, 10066, 10120 e 10128.			11			
	<b>VENTILADOR DE BEIRA DE LEITO LESTUNG.</b> N/S: D20113, D20133, D20111, D20115 e D20122.			5			
<b>Total</b>							
Pelo presente Termo, o Órgão Cessionário recebe os bens acima relacionados, ficando autorizado a utilizá-los sem ônus, para a execução de suas atividades, responsabilizando-se por sua guarda, devendo conservar seu nº de inventário original, e ainda zelar por sua integridade, inclusive quanto às manutenções que se façam necessárias, até a sua devolução, uma vez cessada a necessidade de sua utilização, ou a critério do cedente.							
Elaborado por: (DAD/Órgão Equivalente cedente) Matrícula:			Data:		Autorizado por: (Titular da UA cedente) Matrícula:		
Recebido por: (Secretaria/Entidade cessionária) Matrícula:			Data:		Ciente: (Secretaria/Entidade cessionária) Matrícula:		
Responsável p/Transporte:		Empresa:			Veículo/Placa:		
<b>Devolução do Bem</b>							
Recebido por: (Titular da UA cedente) Matrícula:			Data:		Ciente: (DAD/Órgão Equivalente cedente) Matrícula:		

09/002282/2006



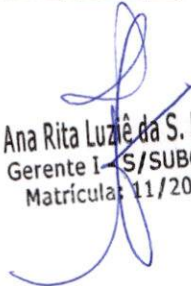
PROCESSO: 09/002.282/2020

FLS. 88

À S/SUBG,

Encaminhado para ciência.

EM, 22 / 05 / 2020

  
Ana Rita Luzia da S. Figueiredo  
Gerente I - S/SUBG/CIL/G  
Matrícula: 11/209.501-6

SICOP / SUBG  
ID: 10000000 Nº 09/002282/2020  
Cód. Origem:                       
D.Ent. 22/05/20 Saída                       
Nome:                      Matr 9911780



PREFEITURA DA CIDADE DO  
**RIO DE JANEIRO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Processo nº 09/002.282/2020	
Data da autuação: 14/05/2020	Fl.: <b>88</b>
Rubrica <b>ASV</b>	

**À d. Procuradoria Administrativa,**

Cuidam os autos de pedido de cessão de 30 equipamentos de ventilação mecânica modelo FD 300, por parte do Diretor Geral do Hospital Universitário Pedro Ernesto – HUPE, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, conforme Of. UERJ/HUPE nº 144, de 07 de maio de 2020.

O Município do Rio de Janeiro possui contrato administrativo<sup>1</sup> com o sobredito hospital estadual, cujo objeto se refere a *“integração de saúde locorregional, tornando-o um efetivo instrumento na garantia da atenção integral à saúde e acesso ao SUS à população do Município do Rio de Janeiro”*<sup>2</sup>.

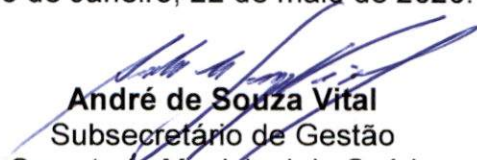
Com efeito, conforme despacho da Subsecretaria de Regulação, Controle e Avaliação, Contratualização e Auditoria - S/SUBREG, os respiradores objeto da cessão serão utilizados para o combate da COVID-19, possuindo, portanto, caráter temporário, devendo retornar ao Município do Rio de Janeiro tão logo seja superada a situação de calamidade pública, conforme assentado no Ofício SUBG n.º 252/2020<sup>3</sup>.

Insta salientar que em razão da situação de urgência vivenciada os equipamentos foram enviados ao Hospital Universitário Pedro Ernesto – HUPE em 21 de maio.

Diante do exposto, rogo análise jurídica acerca da *juridicidade* da tencionada cessão de 16 equipamentos de ventilação, cujas especificações técnicas constam no Termo de Cessão de Uso, encartado à fl. 86 do presente processo.

Por derradeiro, nada obstante a ausência de minuta padrão para cessão de bens móveis, solicito a indicação de instrumento jurídico assemelhado para as devidas adaptações, visando ulterior análise desta especializada.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2020.

  
**André de Souza Vital**  
Subsecretário de Gestão  
Secretaria Municipal de Saúde

<sup>1</sup> Fls. 34/81 do p.p.

<sup>2</sup> Fl. 34, *in fine*.

<sup>3</sup> Fl. 52. **85**

A pedido da  
chupia







# PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria Geral do Município  
Procuradoria Administrativa

09/002.282/20

Processo: <del>09/002.397/2020</del>	
Data: 22/05/2020	Fl. 87
Rubrica:	

MT/PG/PADM/PA/COVI 002/2020/MNM

Em 25 de maio de 2020.

CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL. COVID-19.  
AUTORIZAÇÃO PREFEITO.NECESSIDADE DE  
ADAPTAÇÃO DE TERMO DE CESSÃO DE USO  
DE BEM IMÓVEL. HOSPITAL UNIVERSITÁRIO  
PEDRO ERNESTO

## I- RELATÓRIO

Trata-se de p.p no qual há pedido de Cessão de Uso de caráter temporário, de 30 equipamentos de ventilação mecânica modelo FD 300, por parte do Diretor Geral do Hospital Universitário Pedro Ernesto – HUOE, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, conforme OF. UERJ/HUPE nº 144/2020.

Conforme manifestação das fls. 82/83, os respiradores objeto da Cessão serão utilizados para o combate da COVID-19. Tão logo seja superada a situação de calamidade pública, devem-se retornar ao Município os bens móveis em questão.

Diante do exposto, pediu-se a esta especializada, fls. 88, acerca da “juridicidade da tencionada cessão, cujas especificações técnicas constam no Termo de Cessão de Uso, encartado às fls. 86, do p.p.

É o relatório.

## II- RAZÕES

A Cessão de Uso de bem móvel está explicitado na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro – LOMRJ, mais especificamente no artigo 244.

“Art. 244 - Aplicam-se à cessão de uso de bens móveis municipais as regras dos artigos 239 a 242.



# PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria Geral do Município  
Procuradoria Administrativa

09/002282/20

Processo: 09/002.397/2020	
Data: 22/05/2020	Fl. 90
Rubrica:	

Art. 239 - Admitir-se-á o uso de bens imóveis do Município por terceiros, mediante concessão, cessão ou permissão, na forma da lei.

§ 1º - A concessão de uso terá caráter de direito real resolúvel que será outorgada após concorrência mediante remuneração ou imposição de encargos por tempo certo ou indeterminado, para fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra ou outra utilização de interesse social, devendo o contrato ou termo ser levado ao registro imobiliário competente.

§ 2º - É dispensada a concorrência no caso de concessão mediante remuneração ou imposição de encargos, se a concessionária for pessoa jurídica de direito público interno ou entidade da administração indireta ou fundacional, criada para o fim específico a que se destina a concessão.

§ 3º - É vedada a concessão de uso de bem imóvel do Município a empresa privada com fins lucrativos, quando o bem possuir destinação social específica.

Art. 240 - **É facultada ao Poder Executivo:**

**I - a cessão de uso gratuitamente, ou mediante remuneração ou imposição de encargos**, de imóvel municipal à pessoa jurídica de direito público interno, à entidade da administração indireta ou fundacional ou à pessoa jurídica de direito privado cujo fim consista em atividade não lucrativa de relevante interesse social, pelo prazo máximo de cinquenta anos; proibido o início de qualquer obra ou serviço relativos ao objeto permitido ou concedido, pelo prazo de sessenta dias após a autorização da concessão ou permissão;

**II - a permissão de uso de imóvel municipal, a título precário, revogável a qualquer tempo, vedada a prorrogação por mais de uma vez, gratuitamente ou mediante remuneração ou imposição**





# PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria Geral do Município  
Procuradoria Administrativa

09/002282/20

Processo: 09/002.397/2020	
Data: 22/05/2020	Fl. 91
Rubrica:	

de encargos, para o fim de exploração lucrativa de serviços de utilidade pública em área de dependência predeterminada e sob condições prefixadas.

Art. 241 - São cláusulas necessárias do contrato ou termo de concessão, cessão ou permissão de uso:

I - a construção ou benfeitoria realizada no imóvel incorpora-se a este, tornando-se propriedade pública, sem direito a retenção ou indenização;

II - a par da satisfação da remuneração ou dos encargos específicos, incumbe ao concessionário, cessionário ou permissionário manter o imóvel em condições adequadas à sua destinação, assim devendo restituí-lo.

**Art. 242 - A concessão, a cessão ou permissão de uso de imóvel municipal vincular-se-á à atividade definida no contrato ou termo respectivo, constituindo o desvio de finalidade causa necessária de extinção, independentemente de qualquer outra”.**

O Decreto nº 3.221 de 1996 (RGCAF) condiciona a cessão de uso gratuita à autorização do Prefeito, conforme previsto no art. 234, inciso II, *in verbis*:

Art. 234 - A utilização gratuita dos bens móveis e semoventes do Município, ou pelos quais este responda, só é permitida:

II - **Mediante decisões do Prefeito**, a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo fim principal seja de valor social relevante.

Dessa forma, em se tratando de cessão gratuita de bens móveis municipais, o que deve ser esclarecido pela Pasta, eis que não obstante pareça ser o caso, há de estar explícito, e considerando a motivação exposta pelo município a ser beneficiado pela aquisição temporária dos bens, em função da pandemia atualmente por todos enfrentada,

112 ✓  
28  
[Signature]



# PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria Geral do Município  
Procuradoria Administrativa

09/002282/20

Processo: 09/002.397/2020	Fl. 92
Data: 22/05/2020	
Rubrica:	

combinada com a demonstração da conveniência na cessão pela Secretária municipal de saúde, não haveria óbice, *a priori*, para a celebração da Cessão de Uso gratuita, desde que autorizada pelo Prefeito.

Cabe observar que a estipulação de encargos para a Administração na cessão de uso gratuita (e.g. custos de manutenção dos bens) não viola a legislação municipal, desde que observados os procedimentos relativos à cessão.

Por sua vez, o artigo 234 do Decreto nº 3.221 de 1996 (RGCAF) dispõe que a utilização gratuita dos bens móveis só é permitida nos casos ali elencados, o que demonstra a excepcionalidade da cessão de uso gratuita. Logo, na cessão de uso de bem público, via de regra, deverá haver contraprestação do particular, seja mediante remuneração, seja mediante o cumprimento dos encargos impostos pela Administração. Cabe deixar claro na minuta de cessão a forma como a presente se dará.

Como não há legislação municipal que discipline especificamente a cessão de uso de bem *móvel* municipal, podem ser utilizadas por analogia algumas regras atinentes à cessão de uso de bem *imóvel*, sobretudo no que diz respeito às particularidades da cessão gratuita.

Em 2015, o Prefeito, com o objetivo de uniformizar e atualizar os instrumentos para alienação, aquisição e o uso de imóveis por parte da Administração Pública, aprovou o Decreto nº 41.082, estabelecendo minutas-padrão de observância obrigatória por toda a Administração Municipal Direta e Indireta. Em Manifestação Técnica exarada por esta Procuradoria administrativa (MT/PG/PADM/PA/146/2019/HMP), recomendou-se que fosse realizada uma adequação do Termo em análise à minuta-padrão de Termo de Cessão de Uso formulada no Anexo II do Decreto nº 41082/2015, a qual segue em anexo, para bens móveis. Seguindo nesta toada, deve a Pasta fazer tal adaptação e remeter, depois de pronto, o Termo de Cessão de Uso para análise desta d. Procuradoria.

Ademais, vale o destaque que a realização do Termo de Cessão de Uso não poderá ter efeitos retroativos; apenas terá efeitos prospectivos e que deve ter prazo de validade atrelado ao tempo de duração do estado de emergência vinculado ao COVID, que permite a cessão.





# PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria Geral do Município  
Procuradoria Administrativa

09/002282/20

Processo: 09/002.397/2020	Fl. 93
Data: 22/05/2020	
Rubrica:	

Por fim, para que seja possível o ajuste pretendido, devem ser observadas, além das recomendações acima, as exigências abaixo indicadas.

## II.1 - ANÁLISE DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL NECESSÁRIA À CELEBRAÇÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO:

Para a celebração do Termo de Cessão de Uso é necessário que o processo seja instruído com as providências e documentos abaixo indicados:

**II.1.1 – A Secretaria deve declarar que a cessão não prejudicará o serviço público municipal e que o interesse público estará preservado na transferência temporária.** Requisito não atendido. *111 v. ✓ penúltimo parágr.*

**II.1.2 – Deve-se justificar a gratuidade da cessão de uso do bem.** Requisito não atendido. *112 ✓ § 2*

**II.1.3 – A cessão de uso dos bens público deverá ser precedida de autorização do Prefeito devidamente publicada no Diário Oficial.** Requisito não atendido. *112 □ A assinatura*

## III- CONCLUSÃO

Ante o exposto, não há óbice jurídico à celebração de Termo de Cessão de Uso dos ventiladores mecânicos e monitores, desde que atendidas todas as recomendações indicadas no item II.

Como não consta dos presentes autos minuta do Termo de Cessão dos bens, naturalmente não foi possível emitir manifestação a respeito, sendo de se destacar que deverá constar da minuta a ser elaborada a especificação técnica dos equipamentos e os deveres do Município cedente e do cessionário. Roga-se o retorno processo a esta Procuradoria, com o texto da minuta, para manifestação conclusiva.



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Procuradoria Geral do Município  
Procuradoria Administrativa

09/002282/20

Processo: <del>09/002.397/2020</del>	
Data: 22/05/2020	Fl. 94
Rubrica:	

Destaco, por oportuno, que não compete à PG/PADM opinar sobre cálculos, custos, pesquisa de preços, quantitativos e aspectos técnicos não jurídicos da cessão de uso.

**À Sra. Procuradora Chefe da PADM.**

**Martinho Neves Miranda**

Procurador do Município – PG/PADM

Mat. 11/174.501-5 - OAB/RJ: 77.428



# PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria Geral do Município  
Procuradoria Administrativa

<del>Processo nº 29/000.116/2019</del>	
<del>Data: 23/08/2019</del>	<del>Fl.</del>
<del>Rubrica:</del>	

09/002 282/20

14/05/20

Fl. 95

Manifestação Técnica PG/PADM/PA/146/2019/HMP

Em 29 de agosto de 2019.

**DIREITO ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DA MINUTA DE TERMO DE CESSÃO DE USO EM QUE FIGURA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, EMPREGO E INOVAÇÃO - SMDEI COMO CEDENTE E A SUBSECRETARIA DE INOVAÇÃO - SUBINOVA, PERTENCENTE À SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E TECNOLOGIA - SMDT, COMO CESSIONÁRIA.**

## I - RELATÓRIO

Trata-se de análise de minuta de Termo de Cessão de Uso, a ser celebrado entre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação - SMDEI e a Subsecretaria de Inovação - SUBINOVA, pertencente à Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Tecnologia - SMDT.

O Termo de Cessão de Uso tem como objeto a cessão temporária da estrutura física e bens móveis de uma sala localizada no Bloco II, no 9º Pavimento, da Ala A, do CASS - Centro Administrativo São Sebastião, sede da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, contando com 72,83m<sup>2</sup> de área útil, com a finalidade de utilização pelo Cessionário para o funcionamento de parte de suas instalações, conforme estabelecido na cláusula primeira.

De acordo com os parágrafos primeiro e segundo da cláusula primeira, a Cessão de Uso terá o prazo de 9 (nove) meses e será a título gratuito.

É o relatório.





## **PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Procuradoria Geral do Município  
Procuradoria Administrativa

Processo n.º 29/000.116/2019

Data: 23/08/2019

Fl.

Rubrica:

### **II – RAZÕES**

Na definição de Diógenes Gasparini, cessão de uso é o ato que consubstancia a transferência do uso de certo bem de um órgão (Secretaria da Fazenda) para outro (Secretaria da Justiça) da mesma pessoa política (União, Estado-Membro e Município), para que este o utilize segundo sua natureza e fim, por tempo certo ou indeterminado. É medida de colaboração entre os órgãos públicos, daí não ser remunerada e dispensar autorização legislativa. Formaliza-se por termo de cessão. (Direito administrativo. 12ª edição rev. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2007, p. 860- 861).

A cessão de uso entre órgãos da mesma entidade não exige autorização legislativa e se faz por simples termo e anotação cadastral, pois é ato ordinário de administração através do qual o Executivo distribui seus bens entre suas repartições para melhor atendimento do serviço. Quando, porém, a cessão é para outra entidade, necessária se toma autorização legal para essa transferência de posse, nas condições ajustadas entre as Administrações interessadas. Em qualquer hipótese, a cessão de uso é ato de administração interna que não opera a transferência da propriedade e, por isso, dispensa registros externos (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 32ª edição. São Paulo: Malheiros. 2006, p.526/527).

Pela simples leitura da doutrina supracitada, conclui-se que no caso em exame, não há necessidade de cobrança de preço público, bem como de autorização legislativa, uma vez que se trata de cessão de uso de bem imóvel entre órgãos de um mesmo ente federado, o Município do Rio de Janeiro.

Ao seu turno, o artigo 107, inciso VI, da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro dispõe que compete privativamente ao Prefeito dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei.

Com o objetivo de uniformizar e atualizar os instrumentos para alienação, aquisição e uso de imóveis por parte da Administração Pública, o Prefeito aprovou o



# PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria Geral do Município  
Procuradoria Administrativa

Processo n.º 29/000.116/2019	
Data: 23/08/2019	Fl.
Rubrica:	

09/00 2282/20  
14/05/20 H. 96

Decreto nº 41082 de 9 de dezembro de 2015, estabelecendo minutas-padrão de observância obrigatória por toda a Administração Municipal Direta e Indireta.

Dessa forma, recomenda-se a adequação do Termo em análise à minuta-padrão de Termo de Cessão de Uso formulada no Anexo II do Decreto nº 41082/2015, sobretudo no que diz respeito aos seguintes aspectos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** a cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso estabelece como objeto da avença *“a estrutura física e bens móveis de uma sala localizada no Bloco II, no 9º Pavimento, da Ala A, do CASS – Centro Administrativo São Sebastião, sede da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, contando com 72,83m<sup>2</sup> de área útil”, e como finalidade a “utilização pelo CESSIONÁRIO para funcionamento de parte de suas instalações”.*

**Recomenda-se** a estipulação do objeto e da finalidade do Termo de Cessão de Uso em cláusulas próprias nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - Constitui objeto da presente Cessão de Uso a estrutura física e bens móveis de uma sala localizada no Bloco II, no 9º Pavimento, da Ala A, do CASS – Centro Administrativo São Sebastião, sede da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, contando com 72,83m<sup>2</sup> de área útil.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – A área objeto deste TERMO destina-se exclusivamente a utilização pelo CESSIONÁRIO para funcionamento de parte de suas instalações, vedado qualquer outro uso, constituindo o desvio de finalidade, causa necessária da extinção do presente TERMO, na forma do artigo 242 da LOMRJ.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** o parágrafo primeiro estipulou o prazo de duração do Termo de Cessão de Uso e a responsabilidade do Cessionário. A redação da cláusula está de acordo com o padrão exigido. Recomenda-se apenas a disposição em cláusula própria:



# **PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Procuradoria Geral do Município  
Procuradoria Administrativa

Processo n.º 29/000.116/2019

Data: 23/08/2019

Fl.

Rubrica:

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O prazo de uso será de 09 (nove) meses, a contar da data da assinatura deste Termo, e ao término a Cessionária devolverá o “espaço cedido”, as chaves e bens móveis da Cedente, conforme Termo de Responsabilidade que passa a integrar o presente documento em forma de anexo, firmado em 31 de julho de 2019, devendo estar em perfeito estado de uso e conservação, conforme ora recebe e declara, se comprometendo também na retirada de pertences eventualmente ingressados para o seu uso e pessoas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** o parágrafo segundo também está de acordo com a minuta-padrão. Sugere-se apenas a disposição em cláusula própria:

**CLÁUSULA QUARTA.** A presente cessão é concedida em caráter gratuito.

**CLÁUSULAS SEGUNDA E TERCEIRA:** não há ilegalidades ou desconformidades com o exigido pelo Decreto.

### **III – CONCLUSÃO**

Portanto, não há óbices para a celebração do Termo de Cessão de Uso em análise. No entanto, recomenda-se a adaptação do Termo de Cessão de Uso à minuta-padrão prevista no Decreto Municipal nº 41082/2015, conforme orientações acima destacadas.

Ressalto, por oportuno, que não compete à PG/PADM opinar sobre cálculos, custos, pesquisa de preços, quantitativos e aspectos técnicos não jurídicos da cessão de uso.

À SMDT

**Dr. HERALDO MOTTA PACCA**  
Procurador-PG/PADM  
Matrícula 70/311.494-9 - OAB/RJ 39.796





**ANEXO II**  
**(Cessão de Uso)**

**TERMO Nº /20\_\_-SPA.**

**TERMO DE CESSÃO DE USO, LAVRADO**  
**ENTRE 1) MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**  
**E 2) \_\_\_\_\_.**

Aos ( ) dias do mês de de 20, na Superintendência de Patrimônio Imobiliário, situada na Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Bloco II - \_\_andar, presentes **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo \_\_\_\_\_, Superintendente de Patrimônio Imobiliário, e \_\_\_\_\_ (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, carteira de identidade, CPF e/ou CNPJ, endereço), doravante designada simplesmente **CESSIONÁRIA**, tendo em vista o despacho do Exmo. Sr. Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, exarado em \_\_\_\_, às fls. \_\_\_\_, do processo nº \_\_\_\_\_, é assinado perante as testemunhas abaixo mencionadas o presente **TERMO DE CESSÃO DE USO**, com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** (Objeto) - Constitui objeto da presente Cessão de Uso o imóvel/a área, situado(a) na \_\_\_\_\_, conforme certidão do registro imobiliário/ croqui, que fica fazendo parte integrante deste TERMO.

**CLÁUSULA SEGUNDA** (Uso) – O imóvel/a área objeto deste TERMO destina-se exclusivamente (descrever a utilização), vedado qualquer outro uso, constituindo o desvio de finalidade, causa necessária da extinção do presente TERMO, na forma do artigo 242 da LOMRJ.

**CLÁUSULA TERCEIRA** (Prazo) – A cessão é outorgada pelo prazo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) anos (OBS: prazo máximo sem prorrogação de 50 anos, conforme artigo 240, I, da LOMRJ), a contar da data da assinatura deste TERMO.



**Parágrafo Único** - A CESSIONÁRIA reconhece que a cessão lhe é concedida em caráter eminentemente precário, podendo ser cancelada a qualquer tempo, como também pode dar por encerrada a presente, a qualquer momento, obrigando-se à desocupar a área objeto deste TERMO tão logo receba a ordem de desocupação, sem direito a qualquer indenização ou retenção, seja a que título for.

**CLÁUSULA QUARTA** (Remuneração e/ou Encargo) - Pela ocupação do imóvel a CESSIONÁRIA pagará mensalmente a importância de R\$..... (.....), até o dia \_\_\_\_ (\_\_\_\_) do mês seguinte ao vencido, mediante guia DARM, a ser expedida pela Superintendência do Patrimônio, para depósito em estabelecimento bancário, devendo, quando exigido, comprovar o pagamento junto àquela Superintendência.

**Parágrafo Primeiro** - O MUNICÍPIO poderá, a qualquer tempo, alterar o valor da remuneração prevista no caput, a fim de ajustá-la ao valor de mercado.

**Parágrafo Segundo** - Em caso de atraso no pagamento, a CESSIONÁRIA pagará, além do principal corrigido monetariamente pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo e Especial (IPCA-E) havida entre a data do vencimento da obrigação e a data do seu cumprimento, juros de 1% (um por cento) ao mês e multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor do débito se o atraso exceder 30 (trinta) dias.

**Parágrafo Terceiro** - O valor da remuneração será reajustado no dia 1º de janeiro de cada ano pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo e Especial (IPCA-E) acumulada no exercício anterior.

**Parágrafo Quarto** - Caso o índice previsto nos parágrafos anteriores seja extinto ou de alguma forma não possa ser mais aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda, dando-se prioridade para o Índice de Preços ao Consumidor - RJ (IPC-RJ), calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

OBS1: Se ao invés de remuneração em dinheiro a contrapartida pela cessão de uso consistir na satisfação de um encargo, a Cláusula Quarta deverá ter a seguinte redação: **CLÁUSULA QUARTA.** Como contraprestação pela cessão de uso objeto deste TERMO, obriga-se a CESSIONÁRIA a \_\_\_\_\_ (indicar, de forma clara e explícita, no que consiste o encargo, as épocas em que deverá ser satisfeito, o modo de comprovação do cumprimento, a forma de fiscalização, bem como informar que os encargos poderão ser revistos pelo Município ao longo do tempo).

OBS2: Se a cessão for gratuita, na forma do artigo 240 I da LOMRJ, a Cláusula Quarta deverá ter a seguinte redação: **CLÁUSULA QUARTA.** A presente cessão é concedida em caráter gratuito.

**CLÁUSULA QUINTA - (Obrigações acessórias) -** Obriga-se a CESSIONÁRIA, a:

- a) conservar a área objeto desta Cessão de Uso, mantendo-a limpa e em bom estado, às suas expensas, incumbindo-se também de guardá-la e devolvê-la, ao final da Cessão de Uso em condições de uso e conservação, sob pena de, a critério do MUNICÍPIO, pagar os prejuízos ou consertar os danos, ciente a CESSIONÁRIA de que quaisquer acessões ou benfeitorias acrescidas aderirão à área, imediatamente, sem indenização, renunciando ao direito de retenção, nos termos da LOMRJ, artigo 241, I. À CESSIONÁRIA fica vedado o acréscimo de qualquer acessão ou benfeitoria ou montagem de equipamentos sem prévia autorização da Superintendência de Patrimônio Imobiliário;
- b) não permitir que terceiros utilizem a referida área, no todo ou em parte, a qualquer título, salvo autorização da Superintendência de Patrimônio Imobiliário;
- c) assegurar o acesso dos servidores públicos encarregados da fiscalização da área;
- d) pagar todas as despesas que direta ou indiretamente decorram do uso da área, inclusive tributos, tarifas e preços públicos;
- e) retirar, ao final da cessão de uso (por extinção, resolução ou rescisão) e caso solicitado pela Superintendência de Patrimônio Municipal, os bens que se encontrem na área pública, ainda que agregados provisoriamente ao imóvel, devolvendo-os em perfeitas condições de uso;



f) providenciar o Seguro contra incêndio às suas expensas, apresentando à Superintendência de Patrimônio a respectiva apólice devidamente quitada, a qual deverá ser renovada na data em que expirar o prazo de seu vencimento.

**Parágrafo Único** - O MUNICÍPIO não se responsabiliza pelas obrigações da CESSIONÁRIA diante de terceiros, nem pela eventual denegação da licença ou autorização para desenvolver as atividades por ele pretendidas.

**CLÁUSULA SEXTA (Rescisão)** – A cessão rescindir-se-á de pleno direito, a qualquer tempo, se a CESSIONÁRIA descumprir qualquer das obrigações previstas neste TERMO.

**Parágrafo Único** - Rescindida a cessão, o MUNICÍPIO, de pleno direito, se reintegrará na posse do imóvel e de todos os bens afetados à cessão, oponível inclusive a eventuais ocupantes.

**CLÁUSULA SÉTIMA (Multas)** - No caso de descumprimento de qualquer das obrigações previstas neste TERMO, independente da faculdade de ser declarada rescindida esta Cessão de Uso, a CESSIONÁRIA ficará sujeita à multa diária de até R\$ \_\_\_\_/\_\_\_\_UFIR (\_\_\_\_) a critério da Superintendência de Patrimônio Imobiliário.

**Parágrafo Único** - A CESSIONÁRIA ficará ainda sujeito à multa diária de até R\$ \_\_\_\_/UFIR (\_\_\_\_) se, terminada por qualquer das formas aqui previstas a Cessão de Uso, não restituir a área na data determinada e nas condições em que a recebeu. A multa será aplicada até o dia em que a área seja efetivamente restituída ou retorne àquelas condições, seja por providências da CESSIONÁRIA, seja por medidas tomadas pelo MUNICÍPIO e, nessa última hipótese, ficará a CESSIONÁRIA responsável por todas as despesas realizadas com essa finalidade.

**CLÁUSULA OITAVA - (Remoção de bens)** - Extinto o presente ajuste, por qualquer motivo, ou verificado o abandono da referida área pela CESSIONÁRIA, poderá o MUNICÍPIO imitir-se imediatamente na posse do mesmo promovendo a imediata



remoção compulsória de quaisquer bens, sejam eles da CESSIONÁRIA ou de seus empregados, prepostos, subordinados, contratantes ou terceiros, para qualquer local, não ficando o MUNICÍPIO responsável por qualquer dano decorrente da remoção ou da guarda destes bens.

**Parágrafo Primeiro** - O MUNICÍPIO notificará a CESSIONÁRIA pessoalmente e, na sua impossibilidade, fará publicar no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, edital concedendo à CESSIONÁRIA, o prazo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento da notificação e de 60 (sessenta) dias a partir da publicação, para a retirada dos bens.

**Parágrafo Segundo** - Decorrido o prazo referido no parágrafo anterior sem a retirada, pela CESSIONÁRIA, dos bens a serem removidos, ficará o MUNICÍPIO autorizado a proceder a sua alienação em leilão, ressarcindo-se automaticamente de qualquer débito da CESSIONÁRIA para com o MUNICÍPIO, ficando o eventual saldo à disposição da CESSIONÁRIA pelo prazo de 06 (seis) meses, findo os quais o montante reverterá ao erário municipal.

**Parágrafo Terceiro** - Fica, desde já, pactuado que a permanência dos bens removidos por prazo superior ao previsto no parágrafo primeiro importará o pagamento de multa diária no valor de até R\$ \_\_\_\_ / \_\_\_\_ UFIR (\_\_\_\_), a critério da Superintendência de Patrimônio Imobiliário.

**CLÁUSULA NONA** (Força Maior) – Em caso de incêndio ou da ocorrência de qualquer outro motivo que venha a impedir, total ou parcialmente, provisória ou definitivamente, o uso do imóvel para as finalidades a que se destina (cláusula 2ª), poderá o MUNICÍPIO, mediante decisão do Prefeito, a seu exclusivo critério: 1) considerar terminada a cessão de uso, sem que a CESSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização, seja a que título for, ou 2) não considerar como integrante do prazo de efetiva utilização do imóvel (cláusula 3ª) o período de tempo equivalente ao das obras de restauração ou impedimento provisório do uso deste, devendo, em tal caso, ser lavrado termo de aditamento ao presente TERMO.



**CLÁUSULA DÉCIMA (Foro)** - Ficam as partes cientes de que o Foro Central da Comarca da Capital é o competente para dirimir eventuais conflitos entre elas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (Disposições Gerais)** - As obrigações ora assumidas reger-se-ão pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro e disposições do Decreto nº 21.351 de 30 de abril de 2002. A eficácia deste TERMO fica condicionada a sua publicação, em extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo de 20 (vinte) dias contados da assinatura.

Pelas partes foi dito que aceitam o presente instrumento, tal como se acha redigido, o qual é assinado em ( ) vias para um só efeito, na presença de testemunhas.

E para constar, foi o presente TERMO lavrado às fls \_\_\_\_ a \_\_\_\_ do Livro nº \_\_\_\_ - Série "B" da Superintendência do Patrimônio por mim, \_\_\_\_\_(servidor/matricula).

Rio de Janeiro, de \_\_\_\_\_ de 20XX.

\_\_\_\_\_  
**MUNICÍPIO**

\_\_\_\_\_  
**CESSIONÁRIA**

**TESTEMUNHAS:**

- 1) \_\_\_\_\_  
2) \_\_\_\_\_

Nome:

Identidade nº

CPF nº

Nome:

Identidade nº

CPF nº





# PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria Geral do Município  
Procuradoria Administrativa

Processo nº 09/002.282/2020

Data: 14/05/2020

Fl. 100

Rubrica:



Visto PG/PADM/065/2020/AFC, de 20 de Maio de 2020

Manifestação Técnica PG/PADM/PA/002/COVID/2020/MNM

Trata-se de solicitação de análise, realizada pela Secretaria Municipal de Saúde, acerca dos aspectos jurídicos de cessão de uso, de caráter temporário, de 30 (trinta) equipamentos de ventilação mecânica - modelo FD 300, a ser realizada por esta Municipalidade ao Hospital Universitário Pedro Ernesto - HUPE, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de auxiliar no combate à COVID-19.

A **Manifestação Técnica PA-002-COVI-2020-MNM** conclui pela viabilidade jurídica da cessão de uso dos bens móveis indicados, com fundamento na regulamentação dos artigos 239 a 242 da Lei Orgânica Municipal, que, por força do previsto no art. 244 do mesmo diploma orgânico se aplica também aos bens móveis municipais, bem como no art. 234 do Regulamento Geral do Código de Contabilidade Pública e Administração Financeira deste Município, ao tempo em que recomenda a formalização de minuta de termo de cessão de uso a ser aplicada *in casu* a partir de uma adaptação da minuta-padrão de Termo de Cessão de Uso formulada no Anexo II do Decreto Municipal nº 41082/2015, utilizada para cessão de uso de bens imóveis.

Tendo em vista a situação de calamidade pública decretada em âmbito nacional pelo Decreto Legislativo nº 06/2020, por conta da situação de pandemia gerada pelo coronavírus, por sua vez consagrada em âmbito municipal pela Lei Municipal n. 6.738/2020, certo é que se faz de extrema necessidade a colaboração entre os entes da federação visando ao enfrentamentos das graves condições de saúde dos pacientes da rede pública de saúde ocasionadas pela crise estabelecida atualmente, em prol dos princípios constitucionais da cooperação federativa e também da solidariedade, consagrado este no art. 3º, I, da Constituição da República.

Como bem destaca o opinamento jurídico em análise, devem ser observados requisitos para a formalização do pretendido termo de cessão de uso, indicados em seu tópico II. 1, quais sejam: (i) prévia autorização do Sr. Prefeito, com respectiva publicação em D.O, nos termos do

442 ☐  
Assinar



# PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria Geral do Município  
Procuradoria Administrativa

Processo nº 09/002.282/2020

Data: 14/05/2020

Fl. 101

Rubrica:



art. 234, II, do RGCAF; (ii) justificativa nos autos acerca da gratuidade na cessão de uso, vez que encontra-se o p.p omissivo em determinar se a cessão dar-se-á de forma gratuita ou com encargos; (iii) e manifestação da Pasta no sentido de indicar que não haverá prejuízo para o serviço público municipal, bem como que o interesse público será preservado na formalização da cessão, por seu caráter temporário.

Em sendo assim, **APROVO** os fundamentos jurídicos e as conclusões exaradas na **Manifestação Técnica PA-002-COVI-2020-MNM**, da lavra do Ilustre Procurador Martinho Neves Miranda, para determinar a viabilidade jurídica quanto à formalização de termo de cessão de uso de bens móveis ao Hospital Universitário Pedro Ernesto - HUPE, desde que atendidos os requisitos conforme indicados no referido pronunciamento.

Por derradeiro, cabe destacar que, nos termos do art. 242 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, o referido termo de cessão de uso deve ter seu prazo de vigência vinculado ao tempo de duração necessário ao prosseguimento das ações estatais necessárias ao combate à pandemia gerada pela COVID-19, que cessarão com a fim da situação de emergência sanitária instituída pelo Decreto Rio n. 47.263/2020.

À Secretaria Municipal de Saúde, em prosseguimento,

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2020.

ARÍCIA FERNANDES CORREIA

Procuradora-Chefe da Procuradoria Administrativa

Mat. 11/152.446-1 – 79.271 – OAB/RJ

SICOP / SUBG  
Processo nº 09/002.282/2020  
Cód. C. —  
D. Ent. 06.08.20 Salda 09/05/20  
Nome: [assinatura] Inscr. 99.54.600





PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
SUBSECRETARIA DE GESTÃO

102

Ofício SUBG n.º 252

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2020.

Ao Sr. Diretor Geral

**PROFESSOR RONALDO DAMIÃO**

Hospital Universitário Pedro Ernesto – HUPE/UREJ.

**Assunto:** Of. UERJ/HUPE n.º 144, de 07 de maio de 2020.  
*Cessão de 16 equipamentos de ventilação mecânica para  
enfrentamento da COVID-19. Especificação no anexo IV.  
Ref.: PA n.º 09/002.282/2020.*

**Sr. Diretor Geral,**

Cumprimentando-o, e fazendo referência ao assunto em epígrafe, sirvo-me do presente para encaminhar em anexo Termo de Cessão de Uso de 16 equipamentos de ventilação mecânica, conforme pedido constante no Of. UERJ/HUPE n.º 144, de 07 de maio de 2020, ressaltando que, conforme parecer técnico da Subsecretaria de Regulação, Controle e Avaliação, Contratualização e Auditoria / S/SUBREG, a referida cessão possui caráter temporário, razão pela qual os equipamentos deverão retornar ao Município do Rio de Janeiro tão logo seja superada a situação calamitosa decorrente da pandemia COVID-19

Ao ensejo, aproveito o ensejo para manifestar protestos de elevada estima e consideração.

  
**André de Souza Vital**  
Subsecretário de Gestão

Secretaria Municipal de Saúde

**ANDRÉ DE SOUZA VITAL**  
Subsecretário de Gestão  
Secretaria Municipal de Saúde  
Mat. 60/301.263-0



Prefeitura da  
Cidade do Rio de Janeiro

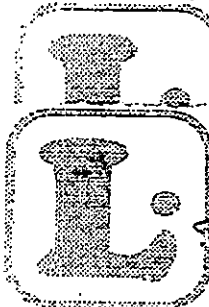
**Anexo IV**  
**Termo de Cessão de Uso**

Ano/N.º Documento:

<b>Cedente</b>	Órgão/Secretaria: <b>PCRJ/SMS</b>	Unidade Administrativa:					Código UA:
<b>Cessionário</b>	Órgão/Secretaria/Entidade: <b>UERJ/HUPE</b>	Unidade Administrativa/CNPJ:					Código UA:
<b>N.º de Inventário</b>	<b>Descrição do Bem</b>	<b>Classificação Contábil</b>	<b>N.º Processo</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>	<b>Prazo de Devolução</b>
	<b>VENTILADOR PORTÁTIL OXIMAG.</b> N/S: 10036, 10122, 10145, 10114, 10041, 10146, 10160, 10071, 10066, 10120 e 10128.			11			
	<b>VENTILADOR DE BEIRA DE LEITO LESTUNG.</b> N/S: D20113, D20133, D20111, D20115 e D20122.			5			
<b>Total</b>							
<p>Pelo presente Termo, o Órgão Cessionário recebe os bens acima relacionados, ficando autorizado a utilizá-los sem ônus, para a execução de suas atividades, responsabilizando-se por sua guarda, devendo conservar seu nº de inventário original, e ainda zelar por sua integridade, inclusive quanto às manutenções que se façam necessárias, até a sua devolução, uma vez cessada a necessidade de sua utilização, ou a critério do cedente.</p>							
Elaborado por: (DAD/Órgão Equivalente cedente) Matrícula:		Data:		Autorizado por: (Titular da UA cedente) Matrícula:			
Recebido por: (Secretaria/Entidade cessionária) Matrícula:		Data:		Ciente: (Secretaria/Entidade cessionária) Matrícula:			
Responsável p/Transporte:		Empresa:				Veículo/Placa:	

**Devolução do Bem**

Recebido por: (Titular da UA cedente) Matrícula:	Data:	Ciente: (DAD/Órgão Equivalente cedente) Matrícula:
---	-------	---



**Identificação do emitente**  
**LEISTUNG EQUIPAMENTOS LT DA**  
RUA JOAO ROPELATTO, 202  
**Identificação do emitente**  
**LEISTUNG EQUIPAMENTOS LT DA**  
RUA JOAO ROPELATTO, 202  
JARAGUA DO SUL/SC  
FONE: 4733712741

**DANFE**  
DOCUMENTO AUXILIAR DA  
NOTA FISCAL ELETRÔNICA  
0-ENTRADA  
**DANFE**  
DOCUMENTO AUXILIAR DA  
NOTA FISCAL ELETRÔNICA  
0-ENTRADA  
1-SAÍDA  
N. 000020231  
SÉRIE 2  
FOLHA 01/02

**CHAVE DE ACESSO DA NF-E**  
**CHAVE DE ACESSO DA NF-E**  
4220 0504 1873 8400 0154 6600 2000 0202 3111 0024 7604  
Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e  
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da SEFAZ Autorizada

NATUREZA DA OPERAÇÃO  
LANÇAMENTO EFET. SIMPLES FAT. DECOR. VENDA ENTR. FUTURA  
INSCRIÇÃO ESTADUAL  
254217108  
INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIB.  
CNPJ/CPF  
04.187.384/0001-54

DESTINATÁRIO REMETENTE  
NOME RAZÃO SOCIAL  
MINISTÉRIO DA SAÚDE  
ENDEREÇO  
ESP. DOS MINISTÉRIOS BL. G 11 ANEXO A SALA 420A, SN  
MUNICÍPIO  
BRASILIA  
PAÍS  
14/05/2020  
0.000.000,00  
CNPJ/CPF  
00.394.544/0008-51  
DATA DE EMISSÃO  
15/05/2020  
DATA ENTRADA/SAÍDA  
15/05/2020  
HORA ENTRADA/SAÍDA  
17:03:00  
CEP  
70310-500  
INSCRIÇÃO ESTADUAL

**CÁLCULO DO IMPOSTO**  
BASE DE CÁLCULO DO ICMS  
0,00  
VALOR DO ICMS  
0,00  
BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO  
0,00  
VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO  
0,00  
VALOR TOTAL DOS PRODUTOS  
6.000.000,00  
VALOR DO FRETE  
0,00  
VALOR DO SEGURO  
0,00  
DESCONTO  
0,00  
OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS  
0,00  
VALOR DO IPT  
0,00  
VALOR TOTAL DA NOTA  
6.000.000,00  
TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS  
RAZÃO SOCIAL

FRETE POR CONTA  
0-REMETENTE  
CÓDIGO ANTT  
PLACA DO VEÍCULO  
UF  
CNPJ/CPF  
ENDEREÇO  
MUNICÍPIO  
UF  
INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE			ESPECIE			CAIXAS			MARCA			NUMERAÇÃO			PESO BRUTO			PESO LIQUIDO																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO			COD. PROD.			DESCRIÇÃO DO PROD. SERV.			NCM/SH			CST			CFOP			LIN			QUANT.			V.UNITARIO			V.TOTAL			BCICMS			VICMS			V.IPI			A.ICMS			A.IPI																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
LUFT3L5002			IPU1			APAR. TERAPIA RESPIRATORIA P/ VENTIL PULMONAR BASEADO TEC DIGITAL			90192010			540			6922			UN			100,00000			60.000,00 000000			6.000.000 .00			0,00			0,00			0,00			0,00%			0,00%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	

**CÁLCULO DO ISSQN**  
INSCRIÇÃO MUNICIPAL  
25556  
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS  
BASE DE CÁLCULO DO ISSQN  
VALOR DO ISSQN

**DADOS ADICIONAIS**  
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES  
VEDADO DESTAQUE DO ICMS CONF. ART. 41, ANEXO 6 DECRETO 2.870/2001  
Protocolo: 342200070194271  
LUFT3 AD PED NEO LEISTUNG. Faturamento referente segunda entrega parcial. Atender  
despesas com aquisição de LUFT3 ventilador pulmonar para UTL, pediátrico e adulto -  
para contribuição Comarcas - DISPENSA 57/2020, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO Publicado em  
30/05/2020 Edição: F2 Seção 3 - Página 91. Órgão: Ministério da Saúde - Secretaria  
Executiva - Departamento de Saúde, SLL RETARIA EXECUTIVA DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM  
SAÚDE - DIÁRIO OFICIAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 57/2020 - CASG 250005. Especie: Nr  
Processo: 25000.647915 2020-01 Objeto: VENTILADOR PULMONAR MICROPROCESSADO Adulto  
Pediatrico, Marca: Leistung, Modelo: LUFT3, Fundamento Legal: Lei nº 13.979/2020.  
Justificativa: Art. 4 da Lei nº 13.979/2020. Declaração de Dispensa de Licitação em

**RESERVADO AO FISCO**  
10- Respiradores





REPRESENTAÇÃO DE LEASING EQUIPAMENTOS LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA NA ADICIONAL

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

Aristoteles de Queiroz

S/SUBG/CIL/GI

Mai: 11/139,731-4

NF-e

N. 000020231

SÉRIE 2



TEL 11 6121066400  
RUA JAMIL JOAO ZARIF, 684  
GUARULHOS - SP | 07143000

MINUTA	MODAL AÉREO/RODOV	NÚMERO 61992	FL 1/1	DATA E HORA EMISSÃO 17/05/2020 01:46:00
--------	----------------------	-----------------	-----------	--

ORIGEM DA PRESTAÇÃO GUARULHOS - SP	IATA ORIGEM SAO
---------------------------------------	--------------------

DESTINO DA PRESTAÇÃO RIO DE JANEIRO - RJ	IATA DESTINO GIG
---	---------------------

REMETENTE CDL-ICS/MS Centro de Distribuicao ENDEREÇO RUA JAMIL JOAO ZARIF, 684 MUNICÍPIO GUARULHOS CEP 07143000 CNPJ / CPF 00394544003605 INSCR. EST. UF SP PAÍS BRASIL FONE OBS.	DESTINATÁRIO COORDENACAO MUNICIPAL DST/AIDS ENDEREÇO Estrada dos Bandeirantes 1700 bairro Taquar, MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO CEP 22783117 CNPJ / CPF 42498733000148 INSCR. EST. ISENTO UF RJ PAÍS BRASIL FONE OBS. SMS Rio de JaneiroRJ 40
--	--

EXPEDIDOR CDL-ICS/MS Centro de Distribuicao ENDEREÇO RUA JAMIL JOAO ZARIF, 684 MUNICÍPIO GUARULHOS CEP 07143000 CNPJ / CPF 00394544003605 INSCR. EST. UF SP PAÍS BRASIL FONE OBS.	RECEBEDOR COORDENACAO MUNICIPAL DST/AIDS ENDEREÇO Estrada dos Bandeirantes 1700 bairro Taquar, MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO CEP 22783117 CNPJ / CPF 42498733000148 INSCR. EST. ISENTO UF RJ PAÍS BRASIL FONE OBS. SMS Rio de JaneiroRJ 40
--	---

TOMADOR DO SERVIÇO CDL-ICS/MS Centro de Distribuicao ENDEREÇO RUA JAMIL JOAO ZARIF, 684 MUNICÍPIO GUARULHOS CEP 07143000 CNPJ / CPF 00394544003605 INSCR. EST. UF SP PAÍS BRASIL FONE OBS.	MUNICÍPIO GUARULHOS CEP 07143000 UF SP PAÍS BRASIL INSCR. EST. FONE
---	--

PRODUTO PREDOMINANTE RESPIRADORES DE	OUTRAS CARACTERÍSTICAS DA CARGA CAIXAS
---	---

PESO REAL 178 kg	VOLUMES 10 un	NOME DA SEGURADORA RESPONSÁVEL REMETENTE	Nº DA APÓLICE	Nº DA AVERBAÇÃO
---------------------	------------------	--	---------------	-----------------

DOCUMENTOS ORIGINÁRIOS							
TP. DOC.	CNPJ/CPF EMITENTE	SÉRIE	NRO. DOCUMENTO	TP. DOC.	CNPJ/CPF EMITENTE	SÉRIE	NRO. DOCUMENTO
1	00394544003605	PED	20231				

OUTROS DADOS	
--------------	--

MOTORISTA	
CPF	PLACA E VEÍCULO

OBSERVAÇÕES	
5 RESPIRADORES DE UTI	

INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DO MODAL AÉREO/RODOV - CARGA FRACIONADA			
RNTRC DA EMPRESA 93509	CIOT	LOTAÇÃO NÃO	DATA LIMITE DE ENTREGA 19/05/2020 01:46:00

DECLARO QUE RECEBI OS VOLUMES DESTES DOCUMENTOS EM PERFEITO ESTADO PELO QUE DOU POR CUMPRIMENTO O PRESENTE CONTRATO DE TRANSPORTE		
NOME	CHEGADA DATA / HORA	CARIMBO
RG		
ASSINATURA Aristoteles de Queiroz Gerente S/SUBG/CIL/GI Mai: 11/139,731-4	SAÍDA DATA / HORA 18.05.2020	

Aristoteles de Quenoz

RPT. FISCAL DE EMISSÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL		N.º 000020231	
IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR		S/SUBGICILG	
DATA DE RECEBIMENTO		S/SUBGICILG	
10/05/2020		11/11/2014	
S/SUBGICILG		INÍCIO DA PRESTAÇÃO - DATA/HORA	
11/11/2014		10/05/2020	
ASSINATURA DO EMITENTE		MODAL	
CARIMBO		RODOVIÁRIO	
VTC OPERADORA LOGISTICA LTDA.		DOCUMENTO	
24.893.687/011-71   IE 776724711119		9514	
RUA JAMIL JOAO ZARIF, 684		SÉRIE	
JARDIM SANTA VICENCIA, GUARULHOS - SP   07143000		1	
TIPO DO CT-E		DOCUMENTO AUXILIAR DO CONHECIMENTO	
NORMAL		de Transporte Eletrônico	
INDICADOR DO CT-E GLOBALIZADO		MODAL	
[ ] SIM [X] NÃO		RODOVIÁRIO	
INF. DO CT-E GLOBALIZADO		INSC. SUFRAMA DESTINATÁRIO	
CÓDIGO FISCAL DE OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES-NAT. DA PRESTAÇÃO		3520.0524.8936.8700.1171.5700.1000.0095.1410.7216.6517	
6357 - Transporte de Cargas		QR CODE	
INÍCIO DA PRESTAÇÃO		TERMINO DA PRESTAÇÃO	
GUARULHOS - SP - BRA		RIO DE JANEIRO - RJ - BRA	
REMETENTE CDL-ICS/MS Centro de Distribuicao		DESTINATÁRIO COORDENACAO MUNICIPAL DST/AIDS	
ENDEREÇO RUA JAMIL JOAO ZARIF 684		ENDEREÇO Estrada dos Bandeirantes 1700 bairro Tag	
JARDIM SANTA VICENCIA		JACAREPAGUA	
MUNICIPIO GUARULHOS		MUNICIPIO RIO DE JANEIRO	
CNPJ/CPF 00.394.544/0036-05		CNPJ/CPF 42.498.733/0001-48	
UF SP PAÍS BRASIL		UF RJ PAÍS BRASIL	
INSCR. EST. FONE		INSCR. EST. ISENTO	
EXPEDIDOR CDL-ICS/MS Centro de Distribuicao		RECEBEDOR COORDENACAO MUNICIPAL DST/AIDS	
ENDEREÇO RUA JAMIL JOAO ZARIF 684		ENDEREÇO Estrada dos Bandeirantes 1700 bairro Tag	
JARDIM SANTA VICENCIA		JACAREPAGUA	
MUNICIPIO GUARULHOS		MUNICIPIO RIO DE JANEIRO	
CNPJ/CPF 00.394.544/0036-05		CNPJ/CPF 42.498.733/0001-48	
UF SP PAÍS BRASIL		UF RJ PAÍS BRASIL	
INSCR. EST. FONE		INSCR. EST. ISENTO	
TOMADOR DO SERVIÇO CDL-ICS/MS Centro de Distribuicao		MUNICIPIO GUARULHOS	
ENDEREÇO RUA JAMIL JOAO ZARIF 684		CEP 07143000	
JARDIM SANTA VICENCIA		UF SP PAÍS BRASIL	
CNPJ/CPF 00.394.544/0036-05		INSCR. EST. FONE	
PRODUTO PREDOMINANTE		OUTRAS CARACTERÍSTICAS DA CARGA	
RESPIRADORES DE UTI		CAIXAS	
VALOR TOTAL DA CARGA		0,01	
CARGA		VALORES (LH)	
178,0000		178,0000	
0,0000		10	
COMPRIMENTO (KG)		VALORES (LH)	
178,0000		10	
VALOR		VALOR TOTAL PRESTAÇÃO	
8,01		9,10	
VALOR A RECEBER		9,10	
CLASSIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA DO SERVIÇO		INFORMAÇÕES RELATIVAS AO IMPOSTO	
BASE DE CÁLCULO		ALÍQUOTA ICMS	
9,10		12,00	
VALOR DO ICMS		1,09	
RED. EC. CAL.		0,00	
DOCUMENTOS ORIGINÁRIOS		DOCUMENTOS ORIGINÁRIOS	
CNPJ/CPF EMITENTE		CNPJ/CPF EMITENTE	
00.394.544/0036-05		00.394.544/0036-05	
N.º 20231		N.º 20231	
PREVISÃO DO FLUXO DA CARGA		PREVISÃO DO FLUXO DA CARGA	
S.º 1.º DE CARGA		S.º 1.º DE CARGA	
S.º 2.º DE CARGA		S.º 2.º DE CARGA	
OBSERVAÇÕES GERAIS		OBSERVAÇÕES GERAIS	
5 RESPIRADORES DE UTI		5 RESPIRADORES DE UTI	
Transporte Subcontratado com: FROTA PRÓPRIA - CPF/CNPJ: - RODOVIA HELIO SMIDT, 1000 - GUARULHOS.		Transporte Subcontratado com: FROTA PRÓPRIA - CPF/CNPJ: - RODOVIA HELIO SMIDT, 1000 - GUARULHOS.	
INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DO MODAL RODOVIÁRIO		INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DO MODAL RODOVIÁRIO	
RNTC DA EMPRESA		RNTC DA EMPRESA	
00093509		00093509	
USO EXCLUSIVO DO EMISSOR DO CT-E		USO EXCLUSIVO DO EMISSOR DO CT-E	
O valor aproximado de tributos incidentes sobre o preço deste serviço e de		O valor aproximado de tributos incidentes sobre o preço deste serviço e de	
R\$ 1,09 percentual de 0.0000 Fonte: IBPT		R\$ 1,09 percentual de 0.0000 Fonte: IBPT	
RESERVAÇÃO AO FISCAL		RESERVAÇÃO AO FISCAL	

DECLARO QUE RECEBI OS VOLUMES DESTES CONHECIMENTOS EM PERFEITO ESTADO PELO QUE DOU POR CUMPRIDO O PRESENTE CONTRATO DE TRANSPORTE									
NOME		Aristoteles de Queiroz				TERMINO DA PRESTACAO - DATA/HORA		CT-E	
RG		SUBSISTENCIA				INICIO DA PRESTACAO - DATA/HORA		NRJ. DOCUMENTO	
		ASSINATURA						SÉRIE	
		Mau 11/139:131-A						1	
<b>VTC OPERADORA LOGISTICA LTDA</b> 24.893.687/0011-71   IE 796724711119 RUA JAMIL JOAO ZARIF, 684 JARDIM SANTA VICENCIA, GUARULHOS - SP   07143000					<b>DACTE</b> Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico			MODAL RODOVIÁRIO	
TIPO DO CT-E NORMAL					TIPO DO SERVIÇO NORMAL			INCL. SUBTRA DESTINATARIO	
INDICADOR DO CT-E GLOBALIZADO <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO					INF. DO CT-E GLOBALIZADO			QR CODE	
CÓDIGO FISCAL DE OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES-NAT. DA PRESTACAO 6351 - Transporte de Cargas					3520.0524.8936.8700.1271.5700.1000.0095.1116.8757.1780				
INICIO DA PRESTACAO GUARULHOS - SP - BRA					TERMINO DA PRESTACAO RIO DE JANEIRO - RJ - BRA				
REMETENTE VTC OPERADORA LOGISTICA LTDA.. ENDEREÇO RUA JAMIL JOAO ZARIF, 684 JARDIM SANTA VICENCIA MUNICIPIO GUARULHOS CNPJ/CPF 24.893.687/0011-71 INSCR. EST. 796724711119 UF SP PAIS BRASIL FONE 11 61 2106-6400					DESTINATARIO COORDENACAO MUNICIPAL DST/AIDS ENDEREÇO ESTRADA DOS BANDEIRANTES 1700 TAGUARA MUNICIPIO RIO DE JANEIRO CNPJ/CPF 42.498.733/0001-48 INSCR. EST. ISENTO UF RJ PAIS BRASIL FONE				
EXPEDIDOR VTC OPERADORA LOGISTICA LTDA. ENDEREÇO RUA JAMIL JOAO ZARIF, 684 JARDIM SANTA VICENCIA MUNICIPIO GUARULHOS CNPJ/CPF 24.893.687/0011-71 INSCR. EST. 796724711119 UF SP PAIS BRASIL FONE 11 61 2106-6400					RECEBEDOR VTC OPERADORA LOGISTICA LTDA ENDEREÇO ESTRADA DO GALEAO - AEROPORTO INTERNACIONAL GALEAO MUNICIPIO RIO DE JANEIRO CNPJ/CPF 24.893.687/0002-80 INSCR. EST. 86037866 UF RJ PAIS BRASIL FONE 61 2105-1767				
TOMADOR DO SERVIÇO VTC OPERADORA LOGISTICA LTDA. ENDEREÇO RUA JAMIL JOAO ZARIF, 684 JARDIM SANTA VICENCIA CNPJ/CPF 24.893.687/0011-71					MUNICIPIO GUARULHOS INSCR. EST. 796724711119 FONE 11 61 2106-6400				
PRODUTO PREDOMINANTE RESPIRADORES DE TRANSPORTE					OUTRAS CARACTERISTICAS DA CARGA CAIXAS			VALOR TOTAL DA CARGA 0,01	
QTD. CAPGA 99.0000					PESO REAL (KG) 99.0000			VOLUMES (EU) 11	
COMPONENTES DO VALOR DA PRESTACAO DE SERVIÇO					VALOR TOTAL PRESTACAO 5,07				
VALOR 4,46					VALOR A RECEBER 5,07				
CLASSIFICACAO TRIETARIA DO SERVIÇO					INFORMAÇÕES RELATIVAS AO IMPOSTO				
BASE DE CALCULO					ALIQUOTA ICMS			VALOR DO ICMS	
5,07					12,00			0,61	
DOCUMENTOS ORIGINARIOS					0,00				
TP DOC. CNPJ/CPF EMISSOR ANO DOCUMENTO					TP DOC. CNPJ/CPF EMISSOR ANO DOCUMENTO				
Outros 24.893.687/0011-71 Nr. 10291									
PREVISAO DO FLUXO DA CARGA					OBSERVAÇÕES GERAIS				
RESPIRADORES DE TRANSPORTE Transporte Subcontratado com: FROTA PROPRIA - CPF/CNPJ: - RODOVIA HELIO SMIDT, 1000 - GUARULHOS.									
RNTCE DA EMPRESA 00093509					INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DO MODAL RODOVIÁRIO				
USO EXCLUSIVO DO EMISSOR DO CT-E					RESERVAÇÃO AO FISCO				
O valor aproximado de tributos incidentes sobre o preço deste serviço e de R\$ 0,61 percentual de 0.0000 Fonte: IBPT									

**VTC OPERADORA LOGÍSTICA LTDA.**

CNPJ 24893687001171 | IE 796724711119

TEL 11 6121066400

RUA JAMIL JOAO ZARIF, 684

GUARULHOS - SP | 07143000

MINUTA	MODAL RODOVIÁRIO	NÚMERO 61985	FL. 1/1	DATA E HORA EMISSÃO 16/05/2020 19:28:30			
ORIGEM DA PRESTAÇÃO GUARULHOS - SP		IATA ORIGEM					
DESTINO DA PRESTAÇÃO RIO DE JANEIRO - RJ		IATA DESTINO					
REMETENTE CDL-ICS/MS Centro de Distribuicao ENDEREÇO RUA JAMIL JOAO ZARIF, 684 MUNICÍPIO GUARULHOS CEP 07143000 CNPJ / CPF 00394544003605 INSCR. EST. UF SP PAÍS BRASIL FONE OBS.		DESTINATÁRIO COORDENACAO MUNICIPAL DST/AIDS ENDEREÇO ESTRADA DOS BANDEIRANTES, 1700 MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO CEP 22783117 CNPJ / CPF 42498733000148 INSCR. EST. ISENTO UF RJ PAÍS BRASIL FONE OBS.					
EXPEDIDOR CDL-ICS/MS Centro de Distribuicao ENDEREÇO RUA JAMIL JOAO ZARIF, 684 MUNICÍPIO GUARULHOS CEP 07143000 CNPJ / CPF 00394544003605 INSCR. EST. UF SP PAÍS BRASIL FONE OBS.		RECEBEDOR COORDENACAO MUNICIPAL DST/AIDS ENDEREÇO ESTRADA DOS BANDEIRANTES, 1700 MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO CEP 22783117 CNPJ / CPF 42498733000148 INSCR. EST. ISENTO UF RJ PAÍS BRASIL FONE OBS.					
TOMADOR DO SERVIÇO CDL-ICS/MS Centro de Distribuicao ENDEREÇO RUA JAMIL JOAO ZARIF, 684 CNPJ / CPF 00394544003605 OBS.		MUNICÍPIO GUARULHOS CEP 07143000 UF SP PAÍS BRASIL INSCR. EST. FONE					
PRODUTO PREDOMINANTE RESPIRADORES DE		OUTRAS CARACTERÍSTICAS DA CARGA CAIXAS					
PESO REAL 99 kg	VOLUMES 11 un	NOME DA SEGURADORA RESPONSÁVEL REMETENTE Nº DA APÓLICE Nº DA AVERBAÇÃO					
DOCUMENTOS ORIGINÁRIOS							
TP. DOC.	CNPJ/CPF EMITENTE	SÉRIE	NRO. DOCUMENTO	TP. DOC.	CNPJ/CPF EMITENTE	SÉRIE	NRO. DOCUMENTO
1	00394544003605	PED	10291				
OUTROS DADOS							
MOTORISTA							
CPF				PLACA E VEÍCULO			
OBSERVAÇÕES							
RESPIRADORES DE TRANSPORTE							
INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DO MODAL RODOVIÁRIO - CARGA FRACIONADA							
RNTRC DA EMPRESA 93509	CIOT	LOTAÇÃO NÃO	DATA LIMITE DE ENTREGA 31/05/2020 19:28:30				
DECLARO QUE RECEBI OS VOLUMES DESTES DOCUMENTOS EM PERFEITO ESTADO PELO QUE DOU POR CUMPRIMENTO O PRESENTE CONTRATO DE TRANSPORTE							
NOME	CHEGADA DATA / HORA			CARIMBO			
RG	SAÍDA DATA / HORA			Assinatura			
ASSINATURA	31.05.2020			Aristoteles de Gueiros Gerente S/SUBG/CL/CI Mat: 11/136.731-4			

16 de maio de 2020

61925

24.893.687/0011-71

Filial Guarulhos  
VTC OPERADORA LOGISTICALTDA

Rua Jamil João Zarif, 684 - Unid 11 a 18A  
Bairro Jardim Santa Vicência  
Guarulhos - CEP: 07143-000

SÃO PAULO - SP

DECLARAÇÃO DE TRANSPORTE

Declaramos para os devidos fins, que estamos transportando mercadoria (s) abaixo descrita (s), sem fins comerciais, razão porque, não sujeita a emissão de Nota Fiscal, a(s) qual (is) destinam-se a Cidade de **RIO DE JANEIRO-RJ** razão desta declaração, assumimos toda e qualquer responsabilidade decorrente deste transporte.

TOTAL DE MERCADORIA (S): 11 VOLUME  
CONTENDO: MEDICAMENTOS  
VALOR R\$ SVD  
PESO: 99 KGS  
Nº CTE: 9511

**Remetente:** VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA

**Endereço:** R. Jamil João Zarif, 684

**CNPJ:** 24.893.687/0011-71

**Bairro:** Jardim Santa Vicência

**Cidade/UF:** Guarulhos - SP

**Telefone:** (11) 4359-1020/4359-1021

**Remetente:** VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA

**Endereço:** Estrada do Galeão, S/N - Aeroporto Intern. Do Galeão

**CNPJ:** 24.893.687/0002-80

**Bairro:** Galeão

**Cidade/UF:** Rio de Janeiro - RJ

**Telefone:** (61) 2105-1767



Processo n.º 09/002.282/2020	
Data do documento: 14/05/2020	Fl.: <i>MM</i>
Rubrica <b>ABBA</b>	

**AO EXMO SR. PREFEITO MARCELO CRIVELLA,**

Trata-se de solicitação de cessão de equipamentos (ventiladores FD 300), oriunda da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, por seu Hospital Universitário Pedro Ernesto – HUPE, em virtude da situação de calamidade pública vivenciada no país, em razão da COVID-19, consoante ofício de fl. 03.

Assim sendo, cumpre ressaltar a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) instituída pela Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde que dispõe especialmente sobre a obrigação de articulação dos gestores do SUS como competência do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV), bem como a Declaração de Pandemia pela Organização Mundial de Saúde – OMS, de 11 de março de 2020.

Em âmbito estadual, foi editado o Decreto n. 46.973, de 16 de março de 2020; e em sede municipal, o Decreto Rio nº 47.263, em 17 de março de 2020, ambos nessa mesma perspectiva.

Dessarte os três entes da federação somam esforços na adoção de medidas para o enfrentamento das graves condições de saúde dos pacientes da rede pública de saúde ocasionada pelo contágio do COVID-19, em prol do princípio constitucional de cooperação federativa.

Ademais, vale lembrar do art. 1º, inciso III da Carta Magna que consagra a dignidade da pessoa humana como seu fundamento, garante o direito à vida em seu art. 5º, caput e, pela importância do bem tutelado, dedicou seção exclusiva ao tema como dispõe o art. 196<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> **Art. 196, CRFB:** "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."





Processo n.º 09/002.282/2020	
Data do documento: 14/05/2020	Fl.:
Rubrica <b>ABBA</b>	

É de se asseverar, também, que a Lei n.º 8.080/90 preceitua que o direito à saúde está no campo de atuação do Sistema Único de Saúde, conforme preceitua o art. 4º c/c art. 5º, III<sup>2</sup>.

O Município do Rio de Janeiro firmou contrato (fls. 34/81), através de sua Secretaria Municipal de Saúde, com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por seu Hospital Universitário Pedro Ernesto, cujo objeto se refere a "integração na rede de saúde locorregional, tornando-o um efetivo instrumento na garantia da atenção integral à saúde e acesso ao SUS à população do Município do Rio de Janeiro".

Ato contínuo, esclarece-se que o planejamento desta Pasta para renovação do Parque Tecnológico permitiu o abastecimento de equipamentos suficientes para o enfrentamento da COVID-19 nesta municipalidade.

Nessa toada, entende-se razoável a possibilidade de cessão temporária de 16 (dezesseis) equipamentos de ventilação mecânica ao Hospital Universitário Pedro Ernesto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, eis que não implicará manifesto prejuízo aos munícipes do Rio de Janeiro, i.e., aos serviços essenciais de assistência à saúde e aos serviços médico-hospitalares durante o período de pandemia de COVID-19.

Notabiliza-se que se trata de aquisição temporária de bens, em que o instrumento de cessão será formalizado de forma gratuita, sem ônus, nem contraprestação, com prazo de vigência atrelado ao tempo de duração necessário ao prosseguimento das ações estatais referentes ao combate à pandemia gerada pelo COVID-19 que cessarão com o fim da situação de emergência sanitária instituída pelo

---

<sup>2</sup> Art. 4º O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 5º São objetivos do Sistema Único de Saúde SUS:

(...)

III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.



Processo n.º 09/002.282/2020	
Data do documento: 14/05/2020	Fl.: 112
Rubrica <b>ABBA</b>	

Decreto Rio 47.263/20, com base no art. 242 c/c art. 244<sup>3</sup>, ambos da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro.

Por conseguinte, mostra-se preservado o interesse público na formalização da cessão gratuita por seu caráter temporário, valendo-se este Município de medida acurada para tutelar a saúde na medida dos interesses de seus munícipes, mas auxiliando a defesa dos interesses gerais, isto é, a saúde de todos, com o fito de reduzir, assim, a transmissão do vírus em toda a população e evitar a progressão da doença.

Reputa-se, ainda, que a medida se mostra condizente com a solidariedade, colaboração com a coletividade, o interesse público e o de dever de colaboração entre os entes da federação, a fim de evitar dano irreparável à saúde dos indivíduos.

Ante o exposto, submete-se o pleito ao crivo do Exmo. Sr. Prefeito, com vistas à obtenção da devida autorização governamental e a formalização do termo de cessão temporária de uso dos **16 (dezesseis) equipamentos de ventilação mecânica** durante a situação de emergência por COVID-19, conforme art. 234, II do Decreto n.º 3.221 de 18 de setembro de 1981, Republicado pelo Decreto nº 15.350 de 06 de dezembro de 1996 (RGCAF).

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2020.

A SMS remetido para  
publicação em 20-08-2020  
Em 20-08-2020  
**Simone Cosso**  
Coordenadoria Geral  
de Administração - CVL  
Mat. 11/192600-5

  
**Ana Beatriz Busch Araújo**  
Secretária Municipal de Saúde



<sup>3</sup> Art. 242. A concessão, a cessão ou permissão de uso de imóvel municipal vincular-se-á à atividade definida no contrato ou termo respectivo, constituindo o desvio de finalidade causa necessária de extinção, independentemente de qualquer outra.

Art. 244. Aplicam-se à cessão de uso de bens móveis municipais as regras dos artigos 239 e 242.

Processo: 09/002.282/2020	
Data da autuação: 14/06/2020	Fls.: 115
Rubrica	

**À PG/PADM**

Trata o presente de cessão de uso de 16 equipamentos de ventilação mecânica ao Hospital Universitário Pedro Ernesto – HUPE da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

Tendo em vista a solicitação dessa Douta Procuradoria (fl. 93) no sentido de que os autos fossem submetidos à nova avaliação com a elaboração minuta de termo de cessão de uso para bens móveis, adaptada da minuta padrão de cessão de uso de imóveis.

Destaca-se que consulta semelhante fora submetida no âmbito do processo nº 08/002.397/2020 que trata da cessão de uso de 10 equipamentos de ventilação mecânica para o Município de Mangaratiba, da qual resultou na aprovação do Termo que foi posteriormente formalizado.

Desta forma, submetemos para vossa avaliação minuta adaptada para o caso em tela originária do Termo de Cessão de Uso utilizado para formalização no âmbito do processo nº 09/002.397/2020.

Rio de Janeiro, 08 de junho de 2020.

**ANA BEATRIZ BUSCH ARAUJO**  
Secretária Municipal de Saúde

Carolina Altoé Velasco  
Matrícula: 60/303.470-9  
Substituta Eventual da Secretária Municipal de Saúde  
Secretaria Municipal de Saúde  
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

A Dr<sup>a</sup> Arícia

PG / PADM

10 JUN 2020

*(Signature)*





**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Procuradoria Geral do Município  
Procuradoria Administrativa

09/002.282/20  
14/06/20 P. J. M. B.



**VISTO PG/PADM/066/2020/AFC**

**Manifestação Técnica PG/PADM/PA/002/COVID/2020/MNM**

Aprovo a **Manifestação Técnica PG/PADM/PA/002/COVID/2020/MNM** da lavra do **i. Procurador do Município, Dr. Martinho Neves Miranda**, que bem cuidou de analisar a matéria à luz do federalismo cooperativo que se impõe neste momento pandêmico como forma de interpretação de um ajuste firmado entre pessoas jurídicas de direito público, a respeito de cessão de bens moveis indispensáveis ao tratamento de pacientes contaminados pelo coronavírus.

A **Manifestação Técnica PG/PADM/PA/002/COVID/2020/MNM** conclui pela viabilidade jurídica da cessão de uso dos bens móveis indicados, com fundamento na regulamentação dos artigos 239 a 242 da Lei Orgânica Municipal, que, por força do previsto no art. 244 do mesmo diploma orgânico, se aplica também aos bens móveis municipais, bem como no art. 234 do Regulamento Geral do Código de Contabilidade Pública e Administração Financeira deste Município, ao tempo em que recomenda a formalização de minuta de termo de cessão de uso a ser aplicada *in casu* a partir de uma adaptação da minuta-padrão de Termo de Cessão de Uso formulada no Anexo II do Decreto Municipal nº 41082/2015, utilizada para cessão de uso de bens imóveis.

Tendo em vista a situação de calamidade pública decretada em âmbito nacional pelo Decreto Legislativo nº 06/2020, por conta da situação de pandemia gerada pelo coronavírus, por sua vez consagrada em âmbito municipal pela Lei Municipal n. 6.738/2020, certo é que se faz de extrema necessidade a colaboração entre os entes da federação visando ao enfrentamentos das



## PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria Geral do Município  
Procuradoria Administrativa



graves condições de saúde dos pacientes da rede pública de saúde ocasionadas pela crise estabelecida atualmente, em prol do princípio constitucional da cooperação federativa. Mas isso só pode ocorrer se o órgão gestor de saúde atestar que a cessão não implicara prejuízo ao atendimento da população carioca, de maneira que e recomendável que se colha o placet também do Prefeito, uma vez que os bens terão seu uso cedido para unidade de saúde que se localiza fora do território municipal carioca.

Como bem destaca o opinamento jurídico em análise, devem ser observados requisitos para a formalização do pretendido termo de cessão de uso, indicados em seu tópico II. 1, quais sejam: (i) prévia autorização do Sr. Prefeito, com respectiva publicação em D.O, nos termos do art. 234, II, do RGCAF; (ii) justificativa nos autos acerca da gratuidade na cessão de uso, vez que encontra-se o p.p omissivo em determinar se a cessão dar-se-á de forma gratuita ou com encargos; (iii) e manifestação da Pasta no sentido de indicar que não haverá prejuízo para o serviço público municipal, bem como que o interesse público será preservado na formalização da cessão, por seu caráter temporário.

Em sendo assim, **APROVO** os fundamentos jurídicos e as conclusões exaradas na **Manifestação Técnica PG/PADM/PA/002/COVID/2020/MNM**, da lavra do Ilustre Procurador Martinho Miranda, para determinar a viabilidade jurídica quanto à formalização de termo de cessão de uso de bens móveis à UERJ, desde que atendidos os requisitos conforme indicados no referido pronunciamento.





**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Procuradoria Geral do Município  
Procuradoria Administrativa

29/002.282/20

14/06/20 H. MT



Cabe destacar que, nos termos do art. 242 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, o referido termo de cessão de uso deve ter seu prazo de vigência vinculado ao tempo de duração necessário ao prosseguimento das ações estatais necessárias ao combate à pandemia gerada pela COVID-19, que cessarão com a fim da situação de emergência sanitária instituída pelo Decreto Rio n. 47.263/2020, de modo de sugiro que a clausula de vigência tenha dicção similar à dos contratos temporários prevista na Lei Federal n. 13.979/2020.

Por fim, observo que a minuta de fl. 113 e 114 reproduz o modelo que já aprovara no precedente firmado pela Dra. Simone Britz, **Manifestação Técnica PG/PADM/PA/001/COVID/2020/SBG** e que o Reitor da UERJ, desde 1º de Janeiro deste ano, é o Magnífico Ricardo Lodi Ribeiro, restando no mais aprovada, com a ressalva acima apontada.

*monte* *Secretaria Municipal de Saúde, em proteção*

**ARÍCIA FERNANDES CORREIA**

Procuradora-Chefe da Procuradoria Administrativa  
Mat. 11/152.446-1 - OAB/RJ 79.271

PROTOCOLO - S/GAB

DATA: 15 / 08 / 2020

HORA: 10:25

Jorge Luiz Rodrigues Antonio  
Ag. Administração - S/GAB  
Mat.: 99/991.056-0

Processo nº:		09/002.282/2020
Data da autuação	14/05/2020	Fls. 118
Rubrica		DCC

À S/SUBG

Encaminhamos o presente processo a essa laboriosa Subsecretaria, solicitando a publicação do extrato termo de cessão temporária em comento.

Em 04 de setembro de 2020.

*Imas*  
 Filipe Brasil Cerqueira de Almeida  
 Assessoria do Gabinete do Secretário  
 Secretária Municipal de Saúde  
 Matrícula: 60/301.297-8

SICOP/SUBG	
TD: <u>09/002.282/20</u>	Nº: <u>09/002.282/20</u>
Cód. Órgão: <u>—</u>	
D. Ent. <u>04/09/20</u>	D. Saída <u>—</u>
Nome: <u>[Assinatura]</u>	Marc: <u>99/11/20</u>



Processo n.º 09/002.282/2020	
Data do documento: 14/05/2020	Fl.:
Rubrica	

## TERMO DE CESSÃO DE USO DURANTE A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA POR COVID-19 N.º 02/2020 – SMS

Aos dias 21 do mês de maio de 2020, na Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Bloco I – 13º andar, Cidade Nova, presentes MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, por meio de sua Secretaria Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ sob o n.º 29468.055/0001-02, neste ato representado pela Sra. ANA BEATRIZ BUSCH ARAÚJO, Secretária Municipal de Saúde, casada, médica, portadora da carteira de identidade n.º 07.931881-2 (IFP/RJ), inscrita no CPF/MF n.º 011.188.367-90, e a UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/ HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO (HUPE) CNPJ n.º 335.400.14/0017-14, situado ao Boulevard 28 de Setembro, 77 – Vila Isabel, CEP n.º 20.551/900, doravante designado simplesmente **CESSIONÁRIA**, neste ato representado pelo Reitor RICARDO LODI RIBEIRO, brasileiro, portador da carteira de identidade n.º 07768873-7 (IFP/RJ), inscrito no CPF/MF sob o n.º 000.407.767-94, tendo em vista o despacho do Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro à fl. 112 do processo n.º 09/002.282/2020, é assinado perante as testemunhas abaixo mencionadas o presente **TERMO TEMPORÁRIO DE CESSÃO DE USO**, com fundamento nos arts. 1º; 3º, inc. I, III e IV; 4º; 23, II; 24, XII, 30, inc. I, II e VII, 196 a 200 da Constituição da República; arts. 4º e 239 a 244 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro; Lei Federal n.º 8080/1990; Lei Federal n.º 13.979/2020, por analogia, no que couber; art. 116, caput, da Lei Federal n.º 8.666/93; o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do MRJ e seu Regulamento; Decreto RIO n.º 21.251/2002, por analogia, no que couber, e lei slação municipal que regulamenta a gestão patrimonial e os sistemas de inventariança dos órgãos municipais, as legislações municipais sobre as situações de emergência sanitária e calamidade fiscal pelas quais passam as partes, fluminense e nacional, bem como as vedações constantes da Lei Eleitoral e o previsto no art. 37, §1º, da Constituição, e, também, as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA (Objeto)** – Constitui objeto da presente Cessão de Uso 16 equipamentos de ventilação mecânica, sendo 11 ventiladores MAGNANED modelo OXymag (números de série: 10071, 10041, 10160, 10128, 10114, 10036, 10146, 10066, 10122, 10120 e 10145) , e 5 ventiladores Leistung modelo LUFT 3 (números de série: D20111, D20113, D20133, D20122 e D20115) , sob gestão patrimonial da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA (Uso)** – Os bens imóveis objeto deste TERMO destinam-se exclusivamente ao tratamento de pacientes acometidos ou com suspeita de



Covid-19, vedado qualquer outro uso, constituindo o desvio de finalidade, causa necessária da extinção do presente TERMO, na forma do artigo 242 c/c 244 da lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro - LOMRJ.

**CLÁUSULA TERCEIRA (Prazo)** – A cessão é outorgada pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da assinatura deste TERMO, renováveis por períodos sucessivos, mediante aplicação, por analogia, do disposto no art. 4º, I da Lei Federal n.º 13.979/2020, enquanto mantida no Município Cessionário a situação de emergência por Covid-19.

**Parágrafo Único** - A CESSIONÁRIA reconhece que a cessão lhe é concedida em caráter eminentemente precário, podendo ser cancelada a qualquer tempo, como também pode dar por encerrada a presente, a qualquer momento, obrigando-se a CESSIONÁRIA a devolver os bens objeto deste TERMO tão logo receba a ordem de devolução, sem direito a qualquer indenização ou retenção, seja a que título for.

**CLÁUSULA QUARTA (Cessão Gratuita)** – O uso temporário dos bens móveis identificados no ANEXO I deste Termo de Cessão será gratuito, por força da cooperação interfederativa neste momento pandêmico de enfrentamento à situação de emergência por Covid-19, conforme decisão e justificativa do Excelentíssimo Senhor Prefeito de fl. 112, bem como declaração de fls. 111, verso, da Secretária Municipal de Saúde, de que não haverá prejuízo ao atendimento dos pacientes da rede pública de saúde do MUNICÍPIO Cedente.

**CLÁUSULA QUINTA (Obrigações acessórias)** - Obriga-se a CESSIONÁRIA, a:

- a) conservar os bens objeto desta Cessão de Uso, mantendo-os em bom estado, às suas expensas, incumbindo-se também de guardá-los e devolvê-los, ao final da situação de emergência sanitária por Covid-19 decretada, ou, antes, se assim, necessitar o MUNICÍPIO, em condições de uso e conservação, sob pena de, a critério do MUNICÍPIO, pagar os prejuízos ou consertar os danos, renunciando desde já ao direito de retenção, nos termos da LOMRJ, art. 241, inc. I;
- b) fazer uso dos bens exclusivamente nos pacientes confirmados ou suspeitos de Covid-19 do Município Cessionário;
- c) assegurar o acesso dos servidores públicos encarregados da fiscalização patrimonial dos bens cedidos, assim como do Ministério Público, haja vista, neste caso, o disposto no art. 73, §8º da Lei Eleitoral;
- d) pagar todas as despesas que direta ou indiretamente decorram do uso dos bens, inclusive tributos, tarifas e preços públicos;
- e) devolver, ao final da cessão de uso (por extinção, resolução ou resilição) à Secretaria Municipal de Saúde, os bens cujo uso lhe tenha cedido, devolvendo-os em perfeitas condições de uso;
- f) providenciar o seguro contra incêndio às suas expensas, apresentando à Secretaria Municipal de Saúde a respectiva comprovação.

**Parágrafo Único** - O MUNICÍPIO não se responsabiliza pelas obrigações da CESSIONÁRIA diante de terceiros, nem pelo mau uso dos equipamentos, bem



como pelo tratamento dos pacientes por parte do Município Cessionário, que são de sua inteira responsabilidade.

**CLÁUSULA SEXTA (Rescisão)** – A cessão rescindir-se-á de pleno direito, a qualquer tempo, se a CESSIONÁRIA descumprir qualquer das obrigações previstas neste TERMO.

**Parágrafo Único** - Rescindida a cessão, o MUNICÍPIO, de pleno direito, se reintegrará na posse dos bens móveis, sendo oponente a reintegração inclusive a eventuais usuários da rede pública de saúde do Cessionário.

**CLÁUSULA SÉTIMA (Multas)** - No caso de descumprimento de quaisquer das obrigações previstas neste TERMO, independente da faculdade de ser declarada rescindida esta Cessão de Uso, a CESSIONÁRIA ficará sujeita à multa na forma da legislação vigente.

**Parágrafo Único** - A CESSIONÁRIA ficará ainda sujeita à multa na forma da legislação vigente se, terminada por qualquer das formas aqui previstas a Cessão de Uso, não restituir os bens na data determinada e nas condições em que a recebeu, descontada apenas a depreciação do uso. A multa será aplicada até o dia em que os bens sejam efetivamente restituídos, seja por providências da CESSIONÁRIA, seja por medidas tomadas pelo MUNICÍPIO e, nessa última hipótese, ficará a CESSIONÁRIA responsável por todas as despesas realizadas com essa finalidade.


**CLÁUSULA OITAVA - (Remoção de bens)** - Extinto o presente ajuste, por qualquer motivo, ou verificado o abandono ou mau uso dos bens pela CESSIONÁRIA, poderá o MUNICÍPIO imitir-se imediatamente na posse dos mesmos, promovendo a imediata busca e apreensão, estejam eles sob a posse da CESSIONÁRIA ou de seus empregados, prepostos, subordinados, contratantes ou terceiros.

**Parágrafo Primeiro** - O MUNICÍPIO notificará a CESSIONÁRIA pessoalmente e, na sua impossibilidade, fará publicar no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, edital concedendo à CESSIONÁRIA, o prazo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento da notificação e de 60 (sessenta) dias a partir da publicação, para a devolução dos bens.

**CLÁUSULA NONA (Devolução)** – A devolução dos bens dar-se-á em até 30 dias a contar do término do presente instrumento, ficando a cargo da CESSIONÁRIA todos os custos relativos à devolução incluindo seguro e transporte dos equipamentos.

**CLÁUSULA DÉCIMA (Força Maior)** – Não se poderá alegar a pandemia por Covid-19 como evento de força maior para o inadimplemento das condições ora pactuadas, uma vez que a cessão se dá em razão do momento pandêmico.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (Foro)** - Ficam as partes cientes de que o Foro Central da Comarca da Capital é o competente para dirimir eventuais conflitos entre elas.






**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (Disposições Gerais)** – A eficácia deste TERMO fica condicionada a sua publicação, em extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo de 20 (vinte) dias contados da assinatura, devendo ser enviadas cópias aos órgãos de controle municipais, Controladoria Geral do Município e Tribunal de Contas do Município, nos prazos legais.

Pelas partes foi dito que aceitam o presente instrumento, tal como se acha redigido, o qual é assinado em 04 (quatro) vias para um só efeito, na presença de testemunhas.

E para constar, foi o presente TERMO lavrado e deverá ser anexado ao sistema de inventariança de bens da Secretaria Municipal de Saúde.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2020.

  
\_\_\_\_\_  
ANA BEATRIZ BUSCH ARAUJO  
MUNICÍPIO

*Ana Beatriz Busch Araujo*  
Secretária Municipal de Saúde  
Mat.: 11/191423-3

  
\_\_\_\_\_  
CESSIONÁRIA

**Ricardo Lodi Ribeiro**  
Reitor  
Matr. 34967-0 / ID: 433433-2

TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
RG n.º: \_\_\_\_\_  
CPF n.º: \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
RG n.º: \_\_\_\_\_  
CPF n.º: \_\_\_\_\_

Processo n.º 09/002.282/2020	
Data do documento: 14/05/2020	Fl.:
Rubrica	

## TERMO DE CESSÃO DE USO DURANTE A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA POR COVID-19 N.º 02/2020 – SMS

Aos dias 21 do mês de maio de 2020, na Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Bloco I – 13º andar, Cidade Nova, presentes **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, por meio de sua Secretária Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ sob o n.º 29468.055/0001-02, neste ato representado pela Sra. ANA BEATRIZ BUSCH ARAÚJO, Secretária Municipal de Saúde, casada, médica, portadora da carteira de identidade n.º 07.931881-2 (IFP/RJ), inscrita no CPF/MF n.º 011.188.367-90, e a **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/ HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO (HUPE)** CNPJ n.º 335.400.14/0017-14, situado ao Boulevard 28 de Setembro, 77 – Vila Isabel, CEP n.º 20.551/900, doravante designado simplesmente **CESSIONÁRIA**, neste ato representado pelo Reitor RICARDO LODI RIBEIRO, brasileiro, portador da carteira de identidade n.º 07768873-7(IFP/RJ), inscrito no CPF/MF sob o n.º 000.407.767-94, tendo em vista o despacho do Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro à fl. 112 do processo n.º 09/002.282/2020, é assinado perante as testemunhas abaixo mencionadas o presente **TERMO TEMPORÁRIO DE CESSÃO DE USO**, com fundamento nos arts. 1º; 3º, inc. I, III e IV; 4º; 23, II; 24, XII, 30, inc. I, II e VII, 196 a 200 da Constituição da República; arts. 4º e 239 a 244 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro; Lei Federal n.º 8080/1990; Lei Federal n.º 13.979/2020, por analogia, no que couber; art. 116, caput, da Lei Federal n.º 8.666/93; o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do MRJ e seu Regulamento; Decreto RIO n.º 21.251/2002, por analogia, no que couber, e lei slação municipal que regulamenta a gestão patrimonial e os sistemas de inventariança dos órgãos municipais, as legislações municipais sobre as situações de emergência sanitária e calamidade fiscal pelas quais passam as partes, fluminense e nacional, bem como as vedações constantes da Lei Eleitoral e o previsto no art. 37, §1º, da Constituição, e, também, as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA (Objeto)** – Constitui objeto da presente Cessão de Uso 16 equipamentos de ventilação mecânica, sendo 11 ventiladores MAGNANED modelo OXymag (números de série: 10071, 10041, 10160, 10128, 10114, 10036, 10146, 10066, 10122, 10120 e 10145), e 5 ventiladores Leistung modelo LUFT 3 (números de série: D20111, D20113, D20133, D20122 e D20115), sob gestão patrimonial da Secretária Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA (Uso)** – Os bens imóveis objeto deste TERMO destinam-se exclusivamente ao tratamento de pacientes acometidos ou com suspeita de



Covid-19, vedado qualquer outro uso, constituindo o desvio de finalidade, causa necessária da extinção do presente TERMO, na forma do artigo 242 c/c 244 da lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro - LOMRJ.

**CLÁUSULA TERCEIRA (Prazo)** – A cessão é outorgada pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da assinatura deste TERMO, renováveis por períodos sucessivos, mediante aplicação, por analogia, do disposto no art. 4º, I da Lei Federal n.º 13.979/2020, enquanto mantida no Município Cessionário a situação de emergência por Covid-19.

**Parágrafo Único** - A CESSIONÁRIA reconhece que a cessão lhe é concedida em caráter eminentemente precário, podendo ser cancelada a qualquer tempo, como também pode dar por encerrada a presente, a qualquer momento, obrigando-se a CESSIONÁRIA a devolver os bens objeto deste TERMO tão logo receba a ordem de devolução, sem direito a qualquer indenização ou retenção, seja a que título for.

**CLÁUSULA QUARTA (Cessão Gratuita)** – O uso temporário dos bens móveis identificados no ANEXO I deste Termo de Cessão será gratuito, por força da cooperação interfederativa neste momento pandêmico de enfrentamento à situação de emergência por Covid-19, conforme decisão e justificativa do Excelentíssimo Senhor Prefeito de fl. 112, bem como declaração de fls. 111, verso, da Secretária Municipal de Saúde, de que não haverá prejuízo ao atendimento dos pacientes da rede pública de saúde do MUNICÍPIO Cedente.

**CLÁUSULA QUINTA (Obrigações acessórias)** - Obriga-se a CESSIONÁRIA, a:

- a) conservar os bens objeto desta Cessão de Uso, mantendo-os em bom estado, às suas expensas, incumbindo-se também de guardá-los e devolvê-los, ao final da situação de emergência sanitária por Covid-19 decretada, ou, antes, se assim, necessitar o MUNICÍPIO, em condições de uso e conservação, sob pena de, a critério do MUNICÍPIO, pagar os prejuízos ou consertar os danos, renunciando desde já ao direito de retenção, nos termos da LOMRJ, art. 241, inc. I;
- b) fazer uso dos bens exclusivamente nos pacientes confirmados ou suspeitos de Covid-19 do Município Cessionário;
- c) assegurar o acesso dos servidores públicos encarregados da fiscalização patrimonial dos bens cedidos, assim como do Ministério Público, haja vista, neste caso, o disposto no art. 73, §8º da Lei Eleitoral;
- d) pagar todas as despesas que direta ou indiretamente decorram do uso dos bens, inclusive tributos, tarifas e preços públicos;
- e) devolver, ao final da cessão de uso (por extinção, resolução ou resilição) à Secretaria Municipal de Saúde, os bens cujo uso lhe tenha cedido, devolvendo-os em perfeitas condições de uso;
- f) providenciar o seguro contra incêndio às suas expensas, apresentando à Secretaria Municipal de Saúde a respectiva comprovação.

**Parágrafo Único** - O MUNICÍPIO não se responsabiliza pelas obrigações da CESSIONÁRIA diante de terceiros, nem pelo mau uso dos equipamentos, bem



como pelo tratamento dos pacientes por parte do Município Cessionário, que são de sua inteira responsabilidade.

**CLÁUSULA SEXTA (Rescisão)** – A cessão rescindir-se-á de pleno direito, a qualquer tempo, se a CESSIONÁRIA descumprir qualquer das obrigações previstas neste TERMO.

**Parágrafo Único** - Rescindida a cessão, o MUNICÍPIO, de pleno direito, se reintegrará na posse dos bens móveis, sendo oponível a reintegração inclusive a eventuais usuários da rede pública de saúde do Cessionário.

**CLÁUSULA SÉTIMA (Multas)** - No caso de descumprimento de quaisquer das obrigações previstas neste TERMO, independente da faculdade de ser declarada rescindida esta Cessão de Uso, a CESSIONÁRIA ficará sujeita à multa na forma da legislação vigente.

**Parágrafo Único** - A CESSIONÁRIA ficará ainda sujeita à multa na forma da legislação vigente se, terminada por qualquer das formas aqui previstas a Cessão de Uso, não restituir os bens na data determinada e nas condições em que a recebeu, descontada apenas a depreciação do uso. A multa será aplicada até o dia em que os bens sejam efetivamente restituídos, seja por providências da CESSIONÁRIA, seja por medidas tomadas pelo MUNICÍPIO e, nessa última hipótese, ficará a CESSIONÁRIA responsável por todas as despesas realizadas com essa finalidade.


**CLÁUSULA OITAVA - (Remoção de bens)** - Extinto o presente ajuste, por qualquer motivo, ou verificado o abandono ou mau uso dos bens pela CESSIONÁRIA, poderá o MUNICÍPIO imitir-se imediatamente na posse dos mesmos, promovendo a imediata busca e apreensão, estejam eles sob a posse da CESSIONÁRIA ou de seus empregados, prepostos, subordinados, contratantes ou terceiros.

**Parágrafo Primeiro** - O MUNICÍPIO notificará a CESSIONÁRIA pessoalmente e, na sua impossibilidade, fará publicar no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, edital concedendo à CESSIONÁRIA, o prazo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento da notificação e de 60 (sessenta) dias a partir da publicação, para a devolução dos bens.

**CLÁUSULA NONA (Devolução)** – A devolução dos bens dar-se-á em até 30 dias a contar do término do presente instrumento, ficando a cargo da CESSIONÁRIA todos os custos relativos à devolução incluindo seguro e transporte dos equipamentos.

**CLÁUSULA DÉCIMA (Força Maior)** – Não se poderá alegar a pandemia por Covid-19 como evento de força maior para o inadimplemento das condições ora pactuadas, uma vez que a cessão se dá em razão do momento pandêmico.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (Foro)** - Ficam as partes cientes de que o Foro Central da Comarca da Capital é o competente para dirimir eventuais conflitos entre elas.



**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (Disposições Gerais)** – A eficácia deste TERMO fica condicionada a sua publicação, em extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo de 20 (vinte) dias contados da assinatura, devendo ser enviadas cópias aos órgãos de controle municipais, Controladoria Geral do Município e Tribunal de Contas do Município, nos prazos legais.

Pelas partes foi dito que aceitam o presente instrumento, tal como se acha redigido, o qual é assinado em 04 (quatro) vias para um só efeito, na presença de testemunhas.

E para constar, foi o presente TERMO lavrado e deverá ser anexado ao sistema de inventariança de bens da Secretaria Municipal de Saúde.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2020.

  
*Ana Beatriz Busch Araujo*  
Secretária Municipal de Saúde  
Mat. 11/191423-3

ANA BEATRIZ BUSCH ARAUJO  
MUNICÍPIO

**Ricardo Lodi Ribeiro**  
Reitor  
Matr. 34967-0 / ID: 433433-2



CESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_

Nome:

RG n.º:

CPF n.º:

2) \_\_\_\_\_

Nome:

RG n.º:

CPF n.º:



Processo nº	09/002282/20	
Data da autuação	14/05/2020	Fis. 127.
Rubrica		

A S/SUBG/CTAC/GCT,

Encaminha-se o presente, na  
forma da solicitação de fl. 118  
(publicação do extrato do Termo  
de cessão).

RJ, 04/09/2020.

*Keyci*  
Keyci C. A. Mattos  
Assessora  
Subsecretaria de Gestão  
Secretaria Municipal de Saúde  
Matrícula nº 60/319.351-3

S/SUBG/CAC  
Recebido em 04/09/2020  
As \_\_\_\_\_ horas.  
Nome Luciana S. Barreto  
S/SUBG/CTAC/GCT  
Matrícula: Matrícula nº 096 196-0



09/002 - 282/20

128

**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**  
**(Decreto nº 3221, de 18 de setembro de 1981).**

**Processo Instrutivo nº:** 09/002.282/2020

**Termo de Cessão:** Termo de Cessão Temporária de Uso durante a situação de Emergência por COVID19 nº 02/2020 - SMS.

**Data da Assinatura:** 21 de maio de 2020.

**Partes:** O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, como CEDENTE, e a UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/ HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO HERNESTO, designado como CESSIONÁRIO.

**Objeto:** Constituem objeto da presente Cessão de Uso, 16 (dezesseis) equipamentos de ventilação mecânica, sendo 11 ventiladores MAGNAMED modelo OXymag (número de série: 10071, 10041, 10160, 10128, 10114, 10036, 10146, 10066, 10122, 10120 e 10145), e 5 ventiladores Leistung modelo LUFT 3 (número de série: D20111, D20113, D20133, D20122 e D20115), sob gestão patrimonial da Secretaria Municipal de Saúde.

**Valor Total:** cessão gratuita.

**Fundamento:** Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, o Decreto nº 7 3.221/81 (RGCAF), além da Lei Federal nº 13.979/2020.

**Publique-se.**

Em 04 de setembro de 2020.

**Ana Beatriz Busch Araújo**  
Secretária Municipal de Saúde





Processo nº 09/002.282/2020	
Data da autuação 14/05/2020	Fl.
Rubrica	

**À Subsecretaria de Gestão,**

Restituímos o p.p com a solicitação atendida à fl. 129.

Rio de Janeiro, 09/09/2020.

  
**José Robson da Silva**  
Assistente I  
S/SUBG/CTAC/GCT  
Matrícula: 60/319.230-9

SICOP/SUBG	
TD: 	Nº 09/002.282/2020
Cód. Orgão: _____	
D.Entr. 4/09/2020	Saída _____
Nome: 	Mat: 09/11780

Processo nº:		09/002.282/2020
Data da autuação	14/05/2020	Fls. 131
Rubrica		DCC

À S/SUBG/CTAC

Encaminhamos o presente processo para ciência e acompanhamento.

Em 24 de novembro de 2020.

  
 Eliete Brasil Centurion de Meirelles  
 Assessora do Gabinete do Secretário  
 Secretaria Municipal de Saúde  
 Matrícula: 60/301.297-8

S/SUBG/CAC  
 Recebido em: 24/11/2020  
 Às \_\_\_\_\_ horas.  
 Nome: Luciana S. Barreto  
 Matrícula: S/SUBG/CTAC/GET  
Matrícula: 60/306.196-A



Processo nº: 09/002.282/2020	
Data: 114/05/2020	Fl. 132
Rubrica	

**À S/SUBG,**

Trata o presente processo da cessão temporária dos equipamentos listados abaixo para a UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO (HUPE):

- 11 ventiladores da marca MAGNAMED
- 05 ventiladores da marca LEISTUNG

CONSIDERANDO que o Termo de Cessão Temporária foi assinado em 21/05/2020 e conforme consta na Cláusula Terceira, o seu prazo de vigência é de 06 (seis) meses, a contar da data de assinatura, renováveis por períodos sucessivos, mediante aplicação, por analogia, do disposto no art. 4º I, da Lei Federal nº 13.979/2020, enquanto mantida no Município Cessionário a situação de emergência por Covid 19;

*"Art. 4º-I. Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato". (art. 4º I, da Lei Federal nº 13.979/2020).*

CONSIDERANDO que o prazo previsto encerrou-se em 20/11/2020 e nos autos não consta registro da manutenção da situação de emergência por Covid 19 no Município Cessionário, assim como, não consta autorização prévia para a prorrogação do referido Termo de Cessão;

Encaminhamos a S/SUBG para conhecimento e, s.m.j., verificação da pertinência quanto à solicitação de devolução por parte do cessionário dos equipamentos cedidos.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2021.

**CAROLINA BARROS INÁCIO**  
Coordenadora I  
Matrícula: 11/237.922-0  
S/SUBG/CAC

SICOP/SUBG	
TD: <u>Puente</u>	Nº <u>09/002282/20</u>
Cód. Órgão: <u>—</u>	